

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA – FEFD  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO

**PATRÍCIA VIVIANE CARVALHO DOS SANTOS**

**GÊNERO, JOGOS E BRINCADEIRAS E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE DA  
PRODUÇÃO ACADÊMICA NO ÂMBITO EDUCACIONAL**

**Goiânia, 2020**



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

### **E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### **1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação       Tese

#### **2. Nome completo do autor**

Patrícia Viviane Carvalho Dos Santos

#### **3. Título do trabalho**

Gênero, jogos e brincadeiras e Educação Física: Uma análise da produção acadêmica no âmbito educacional

#### **4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Ana Márcia Silva, Usuário Externo**, em 04/12/2020, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA VIVIANE CARVALHO DOS SANTOS, Discente**, em 22/01/2021, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1728229** e o código CRC **AC560C6C**.

---

# **GÊNERO, JOGOS E BRINCADEIRAS E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO ÂMBITO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF, junto à Universidade Federal de Goiás e ao Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – NEAD/UNESP como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação Física.

Mestranda: Patrícia Viviane Carvalho dos Santos  
Orientadora: Profa. Dra. Ana Márcia Silva

**Goiânia, 2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Viviane Carvalho dos Santos, Patrícia  
Gênero, jogos e brincadeiras e Educação Física [manuscrito] : Uma análise da produção acadêmica no âmbito educacional / Patrícia Viviane Carvalho dos Santos. - 2020.  
xv, 121 f.

Orientador: Profa. Dra. Ana Márcia Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD), Programa de Pós Graduação em Educação Física em rede, Goiânia, 2020.  
Bibliografia.  
Inclui siglas, abreviaturas, lista de tabelas.

1. Gênero. 2. Jogos e Brincadeiras. 3. Educação Física. 4. Escola e Educação Básica. I. Márcia Silva, Ana , orient. II. Título.

CDU 796



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 15 da sessão de Defesa de Dissertação de Patrícia Viviane Carvalho dos Santos, que confere o título de Mestre(a) em **Educação Física**, na área de concentração em **Educação Física Escolar**.

Ao/s **vinte de novembro de dois mil e vinte**, a partir da(s) **14:00**, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “Gênero, jogos e brincadeiras e Educação Física: Uma análise da produção acadêmica no âmbito educacional”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) Ana Márcia Silva (FEFD/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) Roberto Pereira Furtado (FEFD/UFG), membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) Aline da Silva Nicolino (FEFD/UFG), membro titular externo e Professor(a) Doutor(a) Valéria Araújo de Oliveira, membro suplente externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Ana Márcia Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte de novembro de dois mil e vinte**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Aline Da Silva Nicolino, Professor do Magistério Superior**, em 20/11/2020, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Márcia Silva, Usuário Externo**, em 20/11/2020, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pereira Furtado, Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valleria Araujo De Oliveira, Subchefe**, em 02/12/2020, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1694781** e o código CRC **3AECA25**.

## **AGRADECIMENTOS**

É com muita satisfação e alegria que inicio este depoimento em forma de um desabafo que acalenta e expressa o amor e o carinho que eu recebi por todo o tempo em que eu passei realizando esta dissertação, pois sei que tenho muitos defeitos, mas há uma qualidade em mim que é o meu cartão de identificação: A gratidão!

Inicio esta declaração, agradecendo imensamente a Deus e ao Nosso Senhor Jesus Cristo pela dádiva de poder chegar até o dia de hoje, completando esta pesquisa com saúde e paz, cercada por minha família que amo tanto, como também pela ternura de pessoas que tenho profunda amizade e apreço, ainda que distantes, devido à quarentena.

Há muitas incertezas neste momento tão difícil e triste que estamos atravessando, por conta desta pandemia mundial. Ainda mais no nosso Brasil que encontra-se desoladamente abandonado por um desgoverno desumano, onde inúmeras pessoas estão na miséria e muitas milhares já vieram a falecer ou estão lutando por suas vidas, em meio às sequelas oriundas da Covid-19, portanto: Defendam o SUS! Defendam o Sistema Único de Saúde!

Adquiri depressão e relutei muito para terminar esta dissertação, tamanho foi o meu esgotamento mental, no entanto recebi muito amor, carinho e atenção de pessoas que somente querem o meu sucesso. Deste modo, hoje sinto-me melhor e sigo desejando o bem universal para que haja a cura, tanto para a depressão, quanto para a Covid-19, a fim de podermos voltar à nossa vida normal de trabalho e lazer, convivendo em comunhão, calorosamente e ativamente como era.

Quero agradecer intensamente ao meu filho Henrique, administrador de empresas e à minha filha Luana, artista plástica, ambos graduados na mesma renomada instituição de ensino superior, que também tive a oportunidade de fazer parte, ao estudar neste mestrado, que é a Universidade Federal de Goiás (UFG), a qual merece notável honra e louvor, pois é um importante veículo de transformação de vidas das classes desfavorecidas, as quais são oprimidas e relegadas. Reitero que meus filhos são meus melhores amigos e que só me dão alegrias e muito me

incentivaram a realizar a prova de seleção deste mestrado, pois não estava nem um pouco confiante que eu iria passar, uma vez que eu fiquei por 18 anos sem estudar, sistematicamente.

Igualmente importante nesta jornada foi a minha mãe Elizabete, cujo amor e paciência e todas as orações de desejos de melhora da depressão, fizeram-me continuar firme nesta pós-graduação, bem como ressaltar a Izabelle, namorada do meu filho Henrique, a qual é professora e mestra em Geografia, também pela UFG e que lado a lado com o meu filho, em muito contribuíram com seus apontamentos de grande incentivo, como também a minha filha Luana, sempre meus grandes companheiros, sobretudo nesta linha de chegada, com vistas à conclusão desta importante dissertação.

E, com extrema felicidade e profundo respeito e admiração, venho especialmente expressar o quanto Deus me abençoou por colocar em minha vida de mestranda, a minha querida professora e doutora Ana Márcia Silva, a qual esteve sempre muito atuante, desde o início do meu percurso investigativo, constantemente profícua, solícita e paciente, com a qual eu tive a honra e o prazer de ter uma orientação científica de excelência, neste meu caminhar pós-acadêmico e sem a qual eu jamais teria conseguido finalizar este trabalho: A você, a minha infinita gratidão.!

Aproveito para agradecer muitíssimo à minha banca de qualificação da FEFD/UFG, perfeitamente composta pelas professoras e doutoras Aline Nicolino e Valéria Oliveira e o professor e doutor Roberto Furtado, os quais atribuíram grandes pontuações e contribuições para que eu pudesse melhorar o desempenho do produto final desta pesquisa científica.

Agradeço também a todas as professoras e a todos os professores da FEFD/UFG, sempre muito contributivas/os com o meu desenvolvimento discente, com vistas ao meu aperfeiçoamento acadêmico, bem como a todas as doutoras e a todos os doutores da UNESP/PROEF e por seus trabalhos virtualmente intermediados pelo AVA.

Quero agradecer as minhas e aos meus colegas docentes e discentes desta primeira turma de Mestrado de Educação Física, pela parceria neste percurso

científico em que atravessamos presentemente e virtualmente no mesmo barco, remando por uma práxis pedagógica significativa e dedicada às nossas alunas e aos nossos alunos da escola pública.

Assim como, agradeço muito a minha amiga Letícia, professora de Educação Física, que mesmo quando sobrecarregada, pois é mãe de pequeninos, muito me apoiou nesta pós-graduação e, inclusive foi ela quem me avisou da seleção para este importante mestrado.

Agradeço ao povo brasileiro, pelo custeio desta pós-graduação, proveniente de um trabalho árduo, derivado dos seus impostos, sem os quais seria impossibilitado o funcionamento das universidades públicas do país, uma vez que as Universidades Federais contribuem sobremaneira com o aprimoramento da educação superior, nos avanços e potencialidades provenientes de incontáveis pesquisas e projetos de extensão, culminando na formação de profissionais gabaritadas/os e qualificadas/os para a obtenção de um título que é o sonho de muitas e muitos acadêmicas/os e pós-acadêmicas/os, assim como eu.

A todas e todos, a minha excelsa gratidão e desejos de muitas felicidades!

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AVA</b>	Ambiente Virtual de Aprendizagem
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CONEP</b>	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
<b>DCN</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>ESP</b>	Escola Sem Partido
<b>ESEFFEGO</b>	Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás
<b>FEFD</b>	Faculdade de Educação Física e Dança
<b>IFECTSP</b>	Instituto Federal Educação Ciência Tecnologia - São Paulo
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>LGBTTI</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexual
<b>MBL</b>	Movimento Brasil Livre
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PIBID</b>	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
<b>PNDH</b>	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNPM</b>	Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UDESC</b>	Universidade do Estado de Santa Catarina
<b>UE</b>	Unidades de Ensino
<b>UEG</b>	Universidade Estadual de Goiás
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá
<b>UFAL</b>	Universidade Federal de Alagoas
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis
<b>UFSCar</b>	Universidade Federal de São Carlos
<b>UFSM</b>	Universidade Federal de Santa Maria
<b>UFVSF</b>	Universidade Federal do Vale do São Francisco
<b>UGF</b>	Universidade Gama Filho
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>UNIEURO</b>	Centro Universitário Euro Americano

**UNIJUÍ**  
**USJT**  
**USP**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
Universidade São Judas Tadeu  
Universidade de São Paulo

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 Distribuição Geral dos Artigos por Revista .....</b>	<b>52</b>
<b>Quadro 2 Artigos da Revista Movimento .....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 3 Artigos da Revista Conexões.....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 4 Artigos do Journal of Physical Education .....</b>	<b>57</b>
<b>Quadro 5 Artigos da Revista Motrivivência .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro 6 Artigos da Revista Brasileira de Educação Física e Esportes.....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 7 Artigos Selecionados para Análise .....</b>	<b>63</b>

## RESUMO

Este trabalho surge da necessidade de compreender e intervir nas problemáticas sociais presentes no âmbito educacional e em especial, nas questões de gênero que são vivenciadas na escola, buscando enaltecer a importância desta discussão e deste debate, em cinco periódicos brasileiros. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com uma estratégia de análise de conteúdo, consubstanciada pela leitura de Laurence Bardin (1977), por intermédio de uma revisão sistemática da produção acadêmica do campo da educação e da Educação Física, a respeito do tema gênero e dos objetos de conhecimento jogos e brincadeiras, com foco na Educação Básica. O estudo descreveu e analisou a produção acadêmica sobre gênero e jogos e brincadeiras, a partir dos periódicos selecionados, produzindo uma síntese com as principais indicações dos artigos analisados, a fim de compreender como se dá o atravessamento destas questões de gênero. Para isso, abordou-se o conceito de gênero em sua construção histórica da diferença, tentando trilhar possíveis caminhos para perspectivar uma instituição escolar mais equânime, igualitária e repleta de conhecimentos e relações que permitam superar preconceitos e desigualdades de gênero em todas as etapas da Educação Básica, visando contribuir e subsidiar a formação docente brasileira, sobretudo, em Educação Física.

**Palavras-chave:** Gênero; Jogos e Brincadeiras; Educação Física; Escola e Educação Básica.

## RESUMEN

Este trabajo surge de una necesidad de comprender y intervenir en los problemas sociales presentes en el ámbito educativo y, en particular, en las cuestiones de género experimentado en la escuela, buscando resaltar la importancia de esta discusión y debate, en cinco revistas brasileñas. Se trata de una investigación cualitativa, con la estrategia de análisis de contenido, establecida en la lectura de Laurence Bardin (1977), mediante una revisión sistemática de la producción académica en el campo de la educación y la Educación Física, en torno al tema juegos y juegos de género y contenido, con enfoque en Educación Básica. El estudio describió y analizó la producción académica sobre género y juegos y niñerías, de las revistas seleccionadas, produciendo una síntesis con las principales indicaciones de los artículos analizados, con el fin de comprender cómo se cruzan estas cuestiones de género. Para ello, se abordó el concepto de género en su construcción histórica de la diferencia, tratando de seguir posibles caminos para vislumbrar una escuela más equitativa, igualitaria, llena de conocimientos y relaciones que permitan superar prejuicios y desigualdades de género en todas las etapas de la Educación Básica, con el objetivo de contribuir y subsidiar la formación docente brasileña, especialmente en Educación Física.

**Palabras clave:** Género; Juegos y Niñerías; Educación Física; Escuela y Educación Básica.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
Objetivo Geral .....	9
Objetivos Específicos .....	9
1. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	12
1.1. Fundamentos metodológicos.....	12
1.2. Procedimentos metodológicos.....	14
2. EDUCAÇÃO FÍSICA, GÊNERO E JOGOS E BRINCADEIRAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	17
2.1. Gênero e a construção histórica da diferença .....	20
2.2. Gênero na educação e na Educação Física escolar .....	27
2.3. Os objetos de conhecimento jogos e brincadeiras e o gênero .....	42
3. GÊNERO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: REVISTANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA.....	50
3.1. Apresentação da coleta dos dados.....	50
3.2. Análise dos dados .....	62
3.3. Entremeando saberes e sentires: Por uma Educação Física com equidade	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
REFERÊNCIAS.....	112

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge da necessidade de compreender e intervir nas problemáticas sociais presentes no âmbito educacional, principalmente, no tocante às questões de gênero. Busca evidenciar, então, a importância desta discussão e da publicização em periódicos brasileiros, por meio de uma revisão sistemática da produção acadêmica do campo da Educação Física, englobando a Educação Básica, a escola, o tema gênero e os objetos de conhecimento jogos e brincadeiras.

Ao ingressar no mestrado, compreendi a Educação Física como uma disciplina orientada pela visão cultural e que, portanto, necessita dialogar mais com os dados da realidade e com a cultura escolar, para nela intervir, fazer parte e não para negá-la. Essa compreensão foi possível, ao ler Paulo Freire, quando traz que “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever, por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 2015, p.59).

Cada vez mais, tenho identificado o quanto este componente curricular toca nas relações sociais, culturais e afetivas, possibilitando uma enorme interação com a corporalidade e a sensibilidade. Isto corrobora pedagogicamente para experienciar os elementos da cultura corporal que devem ser apoderados/apropriados pelas e pelos estudantes em nossas aulas. Contudo, sabe-se que há inúmeras problemáticas existentes na sociedade contemporânea e dentre elas a problemática de gênero, que é tema deste trabalho e que integra as questões socioculturais da Educação Física, as quais denotam-se invariavelmente no âmbito escolar.

Para tanto, esta pesquisa busca mapear e analisar a produção acadêmica que relaciona gênero e jogos e brincadeiras, voltada ao âmbito educacional e espera-se, com isso, auxiliar no desenvolvimento de uma percepção renovada/inovada, com novas possibilidades pedagógicas frente à problemática da desigualdade de gênero dentro do contexto escolar.

A justificativa para a escolha do tema gênero e dos objetos de conhecimento de jogos e brincadeiras partiu do cotidiano da minha realidade escolar, cujas questões de gênero foram sumariamente evitadas, negligenciadas e combatidas nas mais diversas práticas corporais que eu pude experimentar. Não obstante, o interesse em articular e justificar o elemento da cultura corporal jogos e brincadeiras

a ser analisado neste estudo, partiu do ponto de vista científico, da produção acadêmica sobre gênero, relacionando-o a um conteúdo que explora a espontaneidade, a ludicidade e a perspectiva humana, nos diversos níveis de ensino, o qual tenho muito prazer em partilhar/compartilhar em minha prática pedagógica, ao longo de 28 anos de exercício docente.

Com certa personalidade, admito e reconheço que predominava em minha linguagem oral e escrita, um comportamento linguístico habitualmente impregnado de androcentrismo. Um costume marcadamente sexista que demarcava o meu linguajar e que, somente após as leituras feministas realizadas, atentei-me para esta questão. Outrossim, isto resultou em provocações que me fizeram refletir e deixar de mencionar substantivos, artigos, pronomes e adjetivos que enalteciam o masculino, em detrimento do empoderamento feminino proveniente das palavras. De modo que, tenho procurado manter acertadamente, a centralidade do gênero feminino em meus escritos e dizeres.

Guacira Lopes Louro (2010, p.89) levanta um ponto interessante a esse respeito:

Ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino – não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação “científicos” e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos.

Destarte, explico que este estudo segue contextualizando as minhas vivências corporais e experiências pessoais e profissionais, especialmente minha trajetória docente, sob as quais pretendo escrever com a devida competência e sensibilidade, problematizando e consubstanciando a Educação Básica, a escola, a Educação Física, os objetos de conhecimento jogos e brincadeiras e o tema gênero, juntamente com a literatura acadêmica.

Assim como relata Joan Scott (1995), abordar e refletir acerca do gênero como um processo histórico, político e cultural é uma tentativa de mostrar as razões pelas quais essas relações são construídas e como se dão, trazendo elementos essenciais para as minhas análises. Dagmar Meyer (2004) acrescenta que é preciso

mostrar que o gênero trata das diferentes formas de se constituir e de se afirmar as diferentes “feminilidades” e “masculinidades”, enfatizando as construções sociais, culturais e históricas que estão implicadas nos processos que diferenciam os indivíduos, transformando essas diferenças em desigualdades sociais.

Torna-se muito significativo que a minha interpretação, argumentação e raciocínio sejam efetuados em primeira pessoa, uma vez que é uma marca significativa dos estudos feministas. É preciso desmitificar o padrão de que as pesquisas devem ser neutras, visto que este é um dos paradigmas que o feminismo busca desconstruir. Em consonância a isto, surgiu a necessidade de colocar-me subjetivamente/particularmente, historicamente e politicamente nas discussões, nas indagações, nos diálogos e nos debates pessoais, profissionais e investigativos.

Comunico que a lei que vigorou por toda a minha formação discente (da básica até a universitária) foi a LDB de 1971, documento que regulamentava a Educação Física como uma mera atividade com fim em si mesma, centrada na aptidão física, com exercícios repetitivos e exaustivos, dando ênfase à iniciação desportiva e ao treinamento desportivo, com vistas a engrandecer discentes/atletas notáveis para representarem a sua instituição, o seu município, o seu estado e o seu país.

Muito além de vivenciar esta situação deprimente, compartilho ainda que toda a minha formação educacional foi marcada pela presença constante da divisão de gênero, deixando evidente que o “papel” feminino estava demarcado por características patriarcais, em que as meninas sempre eram estigmatizadas como frágeis e menos competentes que os meninos. Esta relação desigual acentuava-se ainda mais, nas aulas de Educação Física, visto que os meninos sempre eram apresentados como os mais qualificados para as práticas esportivas e as meninas caracterizadas como desajeitadas ou inaptas para estas mesmas práticas.

Carmem Lúcia Soares realizou uma colocação que remeteu-me ao túnel do tempo, posto que tristemente recordei da exclusão que nós, as/os consideradas/os fracas/os, sofriamos nas aulas de Educação Física, “a aula não é apenas o lugar onde aquelas/es que dominam técnicas rudimentares de um determinado esporte

vão “praticar” o que já sabem, enquanto aquelas/es que não sabem continuam no mesmo lugar” (SOARES,1996, p.11).

A despeito disto, eu vivia asfixiada/sufocada por uma voz emudecida pela opressão do patriarcado, que é o pano de fundo da discussão deste trabalho. Vale ressaltar, que no mundo em que eu subsistia/sobrevivia, havia o reflexo da submissão e subserviência que era, e ainda é imposto às mulheres. Haja vista que, “aparentemente” as mulheres são permitidas e possibilitadas na sociedade, mas efetivamente há a impossibilidade de fala no nosso processo de socialização primária, secundária, enfim nas relações humanas, em que somos cotidianamente silenciadas.

Durante a minha formação superior, o machismo estrutural manteve-se, principalmente pelo fato de ter sido uma estudante universitária no mesmo momento em que estive gestante por duas vezes. E, como era de costume, a maioria das gestantes graduandas trancava a matrícula com a proposta de continuarem os estudos após a licença maternidade, mas, em geral, abandonavam a faculdade. Então, eu decidi não trancar o curso e voltar à universidade o quanto antes, para não perder a motivação. Desta feita, eu era alvo de críticas e opiniões desencorajadoras, criando um cenário em que parecia impossível conciliar uma e outra gravidez, os cuidados com uma e outro bebê, assim como, o curso de Educação Física.

Graduei-me em 1993 na Escola Superior de Educação Física do estado de Goiás (ESEFEGO/UEG) sob um viés totalmente tecnicista, cujo currículo vigente era o tradicional-desportivo. Somente tive a chance de estudar novamente, sete anos mais tarde, quando realizei uma especialização na Universidade Salgado de Oliveira (Universo/GO), em 2000. Neste momento, pude conhecer uma abordagem propositiva e sistematizada, nomeada de Perspectiva Crítico-Superadora, a qual foi-me apresentada ao ler a obra Metodologia do Ensino da Educação Física/Coletivo de Autores (1992).

Consequentemente, após a obtenção deste título, permaneci por 18 longos anos sem estudar, sendo que somente em 2018, consegui voltar ao ambiente da pós-graduação, fomentado por este sensacional mestrado profissional em rede. A partir de então, eu tive a felicidade de conhecer excelentes professoras e

professores da FEFD/UFG e de muito aprender/apreender com estas doutoras e estes doutores, bem como a possibilidade de ampliar o meu leque de abrangência acadêmica, cultural, social, histórica, filosófica e política, oportunizado por leituras diversas de renomadas autoras e de renomados autores e suas grandes contribuições à educação e à Educação Física.

Nesse sentido, vislumbro expressar neste trabalho o quanto o estudo das problemáticas da Educação Física e, em particular das problemáticas de gênero, mostram-se de fundamental relevância para mim. Enquanto professora da rede pública, lanço-me como uma pesquisadora inquieta, persistente, interessada e articuladora dos conhecimentos produzidos no campo acadêmico e escolar.

Perspectivo contribuir para estreitar os vínculos entre a academia e a escola, na intencionalidade de aproximar professoras e professores da Educação Básica com as discussões pedagógicas da universidade, pois sou uma profissional que vivencia a necessidade dessa produção acadêmica fazer parte do dia-a-dia da escola, porém não só do cotidiano escolar, mas das relações humanas. Isto é, possibilitar o acesso, o trânsito e a participação de docentes na universidade, exaltando-a como um espaço mais republicano, com propostas democráticas e equânimes que possam ser aplicadas nas escolas.

Como professora de Educação Física com pouco mais de 28 anos de magistério na rede municipal de ensino da cidade de Goiânia/Go, eu busco ampliar e desenvolver a percepção sobre os problemas sociais, procurando ser uma educadora mais fraterna, solidária, leve, sensível, tolerante e dedicada, visando ressignificar a contribuição desta temática social, tanto para as e os sujeitos escolares, quanto para as e os colegas da Educação Básica, tentando cooperar com aulas mais justas, inclusivas, equitativas e igualitárias.

Sob esta perspectiva, esta pesquisa visa contribuir com uma atuação docente mais consciente e atenta às desiguais relações de gênero para melhor estruturar a prática pedagógica, buscando ampliar a formação humana e cidadã das e dos estudantes, tentando oferecer-lhes possibilidades de identificar e de tentar solucionar os problemas sociais, históricos, culturais e políticos que ocorrem a nossa

volta e no mundo, bem como de rever os próprios comportamentos, buscando intervir na capacidade de avaliar e de julgar a experiência vivida.

Uma vez mais, dentre todos esses problemas sociais, há a referência da desigualdade de gênero que é parte integrante da luta pelos direitos humanos e, a partir da qual, estrutura-se o problema desta pesquisa: Como vem sendo tematizado o gênero quando relacionado com o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras na produção acadêmica, publicada em periódicos do campo da Educação Física?

De acordo com Souza Júnior (2018), por gênero entende-se a condição social através da qual nos identificamos como masculinos e femininos, ao passo que o sexo é o termo utilizado para identificar as características anatômicas que diferenciam os homens das mulheres. Em vista disso, o gênero não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino.

Os estudos de gênero na Educação Física possibilitam-nos construir formas de inovar o ensino, para que os ditos que foram naturalizados no senso comum, em que os meninos são mais “fortes” que as meninas, mais “ágeis” e mais “espertos” possam ser desmitificados e problematizados. Ditos esses, que criam um ambiente em que os meninos são comumente vistos como mais capazes, reforçando uma concepção de que meninas são limitadas e frágeis em diversos aspectos.

Investigar a generificação das práticas corporais na escola, entendendo esse processo como uma problemática sociocultural e pedagógica, faz-se urgente no campo da Educação Física, especialmente, ao olhar para os jogos e as brincadeiras como um dos conteúdos da cultura corporal com uma potente possibilidade de manifestação e de expressão corporal.

A metodologia é uma questão importante, ou seja, o “como” a/o professora/r desenvolve o conteúdo em sala, assim sendo, além de ensinar os aspectos inerentes aos jogos e brincadeiras nas aulas de Educação Física, a/o professora/r deve assumir uma metodologia com conceitos que favoreçam a compreensão dos diversos sentidos e significados deste conteúdo, que são produzidos neste diálogo

pedagógico, nessa relação com o outro, atingindo outras discussões, linguagens e conteúdos igualmente pertinentes.

Deste modo, mediante o meu processo pedagógico, enquanto professora de Educação Física, venho identificar o elemento da cultura corporal jogos e brincadeiras como essencial, pois possui relevante abrangência social, cultural e histórica, sendo uma importante ferramenta de diálogo e de conhecimento no campo da Educação Física. Neste contexto, faz-se salutar que as e os estudantes apreendam-no por meio dos estudos de gênero, da linguagem científica, visto que sua transversalidade tem urgência em ser problematizada no contexto escolar.

Sendo assim, o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras, quando inserido nas aulas de Educação Física, é um conteúdo significativo para instigar as professoras e os professores a ensinar as e os estudantes a identificarem como os elementos da cultura corporal estão situados dentro da sociedade. Para além de compreenderem a fundamentação pedagógica que as práticas corporais abarcam, os jogos e as brincadeiras, eleitos para esta pesquisa, são investigados, perpassados pelas problemáticas de gênero.

Assim, ao contemplar pela via da escolarização, as marcas das manifestações corporais no processo de formação humana, a Educação Física escolar tem-se inserido no plano de uma reflexão sobre diferentes problemáticas sociais, algumas têm se tornado, há muito, objeto de preocupação das educadoras e dos educadores, e outras que surgem conforme se transforma a própria organização social (TABORDA DE OLIVEIRA; OLIVEIRA; VAZ, 2008, p. 101).

A pesquisa parte do pressuposto de que as diferenças que se apresentam na generificação dos corpos escolares são ensinadas e reforçadas cotidianamente, dentro e fora da escola, em atitudes e comportamentos, nas risadas e nos choros, bem como na memória motora de muitas vidas que sofreram e/ou que ainda sofrem com a segregação de gênero, mais ainda, nas aulas de Educação Física escolar.

Conforme nos indicam Meyer e Soares (2004) trata-se de perceber que as questões de gênero permeiam o contexto escolar, tal como estão presentes em outras instâncias sociais. A escola tende a ser reprodutora de atitudes e comportamentos discriminatórios e estigmatizados, mas essa mesma instituição pode permitir ultrapassar tais atitudes e comportamentos segregadores e,

justamente estes contrastes e possibilidades é que precisam ser investigados na produção acadêmica.

Esses estereótipos e preconceitos de gênero são acionados para produzir/reproduzir generificações nos corpos escolares, pois a escola apresenta regras, as quais também estão dentro de um contexto sexista e binário que demonstra ser uma instituição patriarcal que pode funcionar para normatizar corpos, por meio de uma projeção homogeneizadora e controladora, que desconsidera as diferenças dos sujeitos que a atravessam, refletindo nas questões de gênero.

Tarcísio Vago (2009, p.6) cita: “Compartilho do entendimento de que a escola é um espaço público de cultura e da cultura. Compreendê-la assim é uma perspectiva muito interessante se quisermos pensar seu lugar na sociedade”.

Considero que esta pesquisa apresenta relevância pessoal, pedagógica, política e uma significativa contribuição social frente à problemática da desigualdade de gênero na sociedade como um todo, fazendo um recorte na produção acadêmica sobre a Educação Física e a Educação Básica, compreendendo a correlação da educação formal para a constituição cidadã e humana dos sujeitos, reafirmando que as relações de respeito à diversidade devem ser trabalhadas no ambiente escolar, enaltecendo os saberes inerentes aos princípios pedagógicos.

Esta pesquisa busca, então, mapear e problematizar alguns dos processos generificadores propostos e produzidos nas aulas de Educação Física, inclusive nos objetos de conhecimento jogos e brincadeiras, a fim de se refletir e dialogar sobre as relações sociais e políticas que marcam os corpos de meninas e meninos, uma vez que estes processos também podem ser ocasionados pela intervenção docente.

Dito de outro modo, os jogos e as brincadeiras configuram-se em uma atividade humana criativa, inventiva e de possibilidades, tradicionalmente trabalhada como conteúdo curricular da Educação Física, constituindo-se assim um importante eixo de atuação no âmbito educacional, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Ao brincar e jogar, as crianças vão se constituindo como sujeitos de sua experiência social, organizando com autonomia suas ações e interações, elaborando planos e formas de ações conjuntas, criando regras de convivência social e de participação nas brincadeiras (FALCÃO *et al.*, 2012, p.623).

Por tudo isso, como parte integrante da cultura corporal e por sua grande aceitação entre educadoras e educadores e educandas e educandos, dada a sua ludicidade, possibilidade de interação e diálogo com as diferenças, que selecionou-se este conteúdo para estudar a produção acadêmica em correlação com os estudos de gênero no âmbito da Educação Física.

Partindo da problemática de como a produção acadêmica no campo da Educação Física vem abordando as questões de gênero relacionadas com os jogos e as brincadeiras no contexto educacional, eis que temos os seguintes objetivos:

#### **Objetivo Geral**

- Mapear e analisar a produção acadêmica sobre gênero e jogos e brincadeiras no âmbito da Educação Básica em periódicos brasileiros do campo da Educação Física.

#### **Objetivos Específicos**

- Identificar, descrever e analisar a produção acadêmica sobre gênero e jogos e brincadeiras nos periódicos selecionados;

- Identificar e sintetizar as principais indicações pedagógicas dos artigos analisados sobre gênero e jogos e brincadeiras para subsidiar a docência em Educação Física.

Para contemplar os objetivos propostos, o trabalho foi organizado em capítulos, sendo que o primeiro capítulo evidencia a trajetória metodológica do trabalho, com destaque para o campo das Ciências Sociais, cuja pesquisa é de abordagem qualitativa, juntamente com uma estratégia de análise de conteúdo, consubstanciada pelas leituras de Laurence Bardin (1977). E, como ferramenta utilizei de/a revisão sistemática, por possibilitar uma análise transversal na produção acadêmica, aprofundando nos referenciais teórico-metodológicos da Educação Física escolar, bem como no debate em torno do gênero e jogos e brincadeiras.

O segundo capítulo, apresenta o referencial teórico de pesquisa, tratando das problemáticas da Educação Física brasileira e, dentre elas, a temática do gênero em sua categoria analítica, cuja construção histórica, política, social, cultural e humana, pretende perspectivar a equidade e a igualdade que o fundamenta. Este levantamento bibliográfico aborda a produção do conhecimento no campo das

Ciências Sociais, da educação e da Educação Física escolar, procurando discutir o objeto de estudo jogos e brincadeiras, o qual é um dos objetos de conhecimento primordial para o desenvolvimento da infância e da adolescência, culturalmente desenvolvido no ambiente escolar.

O terceiro capítulo configura a produção acadêmica nos artigos publicados, a partir do problema de pesquisa levantado, de forma a analisar os estudos voltados ao âmbito educacional, nos diferentes níveis de ensino. Este capítulo trata, portanto, do levantamento e da análise dos trabalhos presentes em 5 (cinco) periódicos da Educação Física brasileira. Assim como, traz uma análise das problemáticas de gênero, entremeando os sentires provenientes da minha vivência pedagógica e os saberes presentes nos estudos relacionados à Educação Física, à escola e à Educação Básica, culminando em uma síntese das principais indicações pedagógicas dos artigos analisados sobre gênero e jogos e brincadeiras para subsidiar a docência em Educação Física. Por fim, apresento as Considerações Finais com uma síntese dos principais achados da pesquisa.

Importante demarcar que o jogo e a brincadeira se constituem em um tipo de conteúdo que, do ponto de vista metodológico, permite abordar melhor este objeto de estudo, por permitir que uma série de relações sociais se explicitem e, dentre estas, as relações de gênero. No entanto, ao longo da investigação realizada no terceiro capítulo, motivada pelos critérios da minha pesquisa, eu acabei ampliando este objeto de análise, em outros diferentes contextos. De modo que no primeiro capítulo, que trata da Metodologia, há a explicação deste processo de produção e seleção dos artigos. Nesse sentido, mediante as palavras-chave selecionadas a partir da revisão da literatura e demarcando a instituição escolar e a Educação Básica, apareceram artigos investigados também no recreio, no momento do parque, na aula do conteúdo balé, assim como na prática pedagógica quase como um todo, pois de acordo com alguns destes textos, o objeto de conhecimento jogo e brincadeira também é um meio para ensinar outros conteúdos, além de ser, em si, um conteúdo. Para concluir, o terceiro capítulo apresenta uma síntese, que busca ressignificar o atravessamento das questões de gênero nos conteúdos existentes nos artigos selecionados e suas implicações pedagógicas, culminando em uma

produção dos principais achados desta revisão sistemática para a formação continuada e à docência em Educação Física.

## **1. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Organizar e sistematizar os dados é muito relevante para a construção de um estudo teórico, nesse sentido, este momento dedica-se à reflexão das estratégias e caminhos a serem traçados, com o intento de atingir os objetivos propostos para esta pesquisa. Para isso, toma-se como referência os estudos de cunho metodológico, a fim de identificar o que mais se aproxima da pesquisa, de modo que possa delimitar os recortes a serem realizados e principalmente, estabelecer o pensamento científico.

### **1.1. Fundamentos metodológicos**

A respeito da relevância da metodologia nos trabalhos científicos, destaca-se neste estudo a abordagem qualitativa, a qual mostra-se propícia para investigar o universo pedagógico, pois é voltada à subjetividade e às interações sociais. Dentro desse cenário, Del-Masso; Cotta; Santos (2018, p.3), explicitam que no universo da escola, a escolha da pesquisa qualitativa permite descrever a complexidade de determinado problema e compreender e classificar os processos dinâmicos, as mudanças e particularidades de docentes e discentes que se incluem nesse contexto.

Com relação a isto, Neves (1996, p.1) também destaca que a pesquisa qualitativa:

Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

A pesquisa qualitativa constitui a base desta pesquisa ao recorrer aos estudos expressos nos artigos em foco e, posteriormente, interpretá-los e analisá-los sob o recorte de gênero pensado na e para a Educação Básica. Partindo desse pressuposto, a intenção é que essas análises cheguem às/aos leitoras/es, primordialmente às professoras e aos professores da Educação Básica, de forma a contribuir com seu processo formativo, seja ele inicial ou continuado, promovendo o

confronto de informações (LUDKE; ANDRÉ, 2012) e a formação contínua e processual.

Para isso, trabalhou-se com a técnica de análise de conteúdo, utilizando como referência Bardin (1977), por ser uma metodologia que permite desvendar e identificar uma crítica sobre determinados assuntos, desde que se considere as mais distintas fontes de dados. Bardin (1977), ao fundamentar a análise de conteúdo, destaca alguns momentos considerados fundamentais na construção metodológica da análise, sendo eles: *pré-análise, a exploração e o tratamento de resultados*. A pré-análise consiste na organização do material a ser estudado, bem como se pensa nas possibilidades e hipóteses a serem construídas e reconstruídas, a fim de contribuir no processo de reflexão final. Quanto à exploração, refere-se ao momento processual, em que o material é analisado como um todo. E, por fim o tratamento dos resultados, no qual a pesquisadora cria um produto de sua análise e os dados que serão transformados e ressignificados.

Junto à análise de conteúdo, fizemos uso da metodologia de revisão sistemática que traz a possibilidade de integração de diversas/os autoras/es e que ao serem confrontadas/os, podem ou não se complementar. Gomes e Caminha (2014) salientam que:

[...] a revisão sistemática (ou síntese criteriosa) como opção para não apenas acastelar informações, mas acompanhar o curso científico de um período específico, chegando ao seu ápice na descoberta de lacunas e direcionamentos viáveis para a elucidação de temas pertinentes (p. 397).

Nessa direção, Sampaio e Mancini (2007) classificam a revisão sistemática como um recurso que permite a classificação e a reprodução de dados com novos olhares, dependendo do tipo de pergunta e questão feita pelos sujeitos envolvidos na pesquisa e destacam que:

Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84).

Não sendo uma pesquisa de campo, este estudo é considerado de cunho secundário, do tipo meta-análise, pois é feita apoiada em estudos primários, a partir do problema de pesquisa e cuja finalidade é atender os objetivos já anunciados na Introdução.

Após a elaboração do problema de pesquisa, iniciamos uma busca nos periódicos científicos do campo da Educação Física com a intenção de encontrar uma quantidade significativa de artigos relacionados à temática gênero e ao conteúdo jogos e brincadeiras, base desta pesquisa. Em seguida, selecionamos 5 (cinco) periódicos dentre os mais relevantes do campo acadêmico e que publicaram textos ligados à Educação Física escolar.

No próximo tópico dessa discussão, apresentaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa, tendo como referência as leituras e as análises apontadas anteriormente.

## **1.2. Procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento desta pesquisa, alguns procedimentos foram utilizados, com vistas a consolidar os objetivos do trabalho. Desta feita, organizou-se uma sequência de processos a serem realizados, conforme listados a seguir:

1. Elaboração do problema de pesquisa, bem como dos objetivos do estudo;
2. Levantamento bibliográfico sobre os descritores *Educação Física, Educação Física escolar, gênero, jogos e brincadeiras*;
3. Levantamento bibliográfico a respeito das metodologias possíveis de serem aplicadas no trabalho em questão: *Pesquisa Qualitativa, Análise de Conteúdo e Revisão Sistemática*;
4. Seleção de revistas/periódicos a serem analisados no estudo, tendo como referência a abordagem no campo da Educação Física escolar, em pesquisa qualitativa;
5. Triagem das palavras-chave – gênero (and) jogos (and) brincadeiras - descritores a serem utilizados na recuperação dos textos nos periódicos;

6. Leitura e descrição inicial dos textos recuperados, com destaque para o título, o resumo e as palavras-chave;

7. Organização e tabulação dos textos periódicos que tratam de gênero e jogos e brincadeiras na Educação Física Escolar, afinando ainda mais os artigos, com as palavras instituição escolar e Educação Básica;

8. Análise dos dados, sistematização e ressignificação dos trabalhos, enquanto produto final a ser utilizado pelas/os demais professoras/es da Educação Básica.

Na sequência, gostaria de detalhar os procedimentos metodológicos desenvolvidos para o processo de Revisão Sistemática na seleção dos periódicos, recuperação e análise dos artigos, etapas 4 a 8, acima indicadas.

Na etapa 4 dos procedimentos desta pesquisa, foram selecionados 5 (cinco) periódicos da Educação Física brasileira, quais sejam: Revista Movimento/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS); Revista Motrivivência/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC); Revista Conexões/Universidade de Campinas (UNICAMP/SP); Revista Brasileira de Educação Física e Esportes/Universidade de São Paulo (USP/SP) e Journal of Physical Education/Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR).

Os periódicos propostos selecionados são provenientes apenas de duas regiões brasileiras: a Sul e a Sudeste. Buscamos outros periódicos bem conceituados em suas avaliações, nas demais regiões do país que também publicavam pesquisas qualitativas, ligadas ao âmbito da educação. No entanto, não foi possível localizar nenhuma outra revista com esses critérios ou pode ser que suas plataformas eletrônicas de recuperação dos textos não estivessem funcionando, em junho de 2020, momento desta coleta de dados.

Em seguida, fiz uma busca utilizando os 3 (três) descritores centrais desta pesquisa, por meio dos conceitos: gênero (and) jogos (and) brincadeiras. Tendo como referência a ocorrência e discussão destes nos resumos dos trabalhos. Logo após encontrar as palavras-chave nas páginas de cada uma das 5 (cinco) revistas, elaborei quadros com os resultados desta busca que serão apresentados e descritos no início do terceiro capítulo. O Quadro 1 mostra a distribuição geral de artigos por

revista, com seus nomes, a instituição a qual pertence e a quantidade de artigos que cada revista havia publicado ao longo de sua existência e/ou disponíveis *online* para pesquisa. Um total de 31 (trinta e um) artigos fora capturado nas referidas revistas: 7 (sete) artigos da Movimento (UFRGS/RS); 3 (três) artigos da Revista Motrivivência (UFSC/SC); 2 (dois) artigos da Revista Conexões (UNICAMP/SP); 17 (dezesete) artigos da Revista Brasileira de Educação Física e Esportes (USP/SP) e 2 (dois) artigos da Journal of Physical Education (UEM/PR).

Para este momento, li os títulos, os resumos e as palavras-chave de cada um destes artigos e excluí aqueles que não eram pertinentes ao estudo, porque usavam os descritores com outro sentido que não os atribuídos para esta pesquisa, como “jogo de palavras”, “gênero gramatical”. Posteriormente, confeccionei uma nova tabela só com o número de artigos por revista, que tratam de gênero e jogos e brincadeiras e o ano em que cada um destes trabalhos foi publicado.

Nos Quadros 2 ao 6, há a demonstração correspondente a cada uma das 5 (cinco) revistas, identificando em cada um dos 5 (cinco) quadros, logo após o nome e a instituição/estado, o título, as/os autoras/es e instituição/estado, o volume, o número, o(s) mês(es) e o ano de sua publicação.

E, para afunilar os resultados da pesquisa, elaborei o quadro 7 contendo os 14 (catorze) artigos que além de abordar das temáticas gênero, jogos e brincadeiras também tratam de escola e Educação Básica.

Logo em seguida, fiz a análise sistemática do quadro 7, em que apresentei as características gerais dos artigos. E, por fim fiz uma análise entremeando os artigos, relacionando suas temáticas e discussões, assim como com o referencial teórico estudado e minha experiência como professora da Educação Básica há décadas, refletindo sobre o contexto educacional.

## **2. EDUCAÇÃO FÍSICA, GÊNERO E JOGOS E BRINCADEIRAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

A presente pesquisa reconhece o Movimento Renovador no campo da Educação Física, compreendendo-o como um episódio de crise que impulsionou fortes transformações pedagógicas, como um divisor de águas, para demarcar a Educação Física brasileira. Foi um movimento que veio defender uma perspectiva de discussão e debate, de conscientização e de inclusão da Educação Física e que acompanhou um desenvolvimento mais amplo em toda a educação, com características intensamente democráticas e republicanas.

Este movimento de abertura democrática configurou o prenúncio de uma educação e de uma Educação Física renovadora/inovadora, crítica e reflexiva, oportunizado pela criação de leis educacionais brasileiras, inspiradas no movimento de reformulação constitucional e pelo empenho dos estudos da pedagogia progressista, propositiva e humanista. Tratava-se de pesquisas e propostas educacionais contra hegemônicas, notadamente voltadas para a socialização do acesso às produções científicas, educacionais, culturais e históricas que ganharam fundamento constitucional a partir da década de 1980.

A Constituição Federal de 1988, entre outros avanços sociais, possibilitou o estabelecimento de políticas educacionais de nível nacional, estadual e municipal que valorizassem os trabalhadores da educação, além de uma gestão democrática das instituições educacionais e da problematização de importantes questões como desigualdade de acesso e permanência (WEBER, 2009).

A república brasileira vai elencar um conjunto de leis, de normas para suas instituições, e dentre estas, as instituições educacionais. A república só pode ser democrática porque envolve a participação do povo, o direito ao voto, a transparência, a prestação de contas que devem ser divulgadas. Ou seja, a sociedade tem o direito às informações, aos relatórios daquilo que é produzido pelas instituições. E só parte da legislação, porque vivemos numa república democrática (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009).

Há o direito de aprendizagem, em que a Educação Física como prática corporal representa um direito a ser usufruído pelas e pelos estudantes. A escola pública tem que aceitar as e os considerados diferentes, trata-se do princípio de inclusão. Todos os sujeitos com necessidades especiais devem pertencer, devem ser incluídas/os no sistema educacional de ensino. Todas/os nós, professoras/es escolares temos que incluir a/o aluna/o com limitações físicas e/ou mentais, de quaisquer crenças e dogmas ou ligação étnica (BRASIL, 2013; VAGO, 2009).

Tal como nos indica Neira (2009) ao discutir a Educação Básica, talvez seja a Educação Física a disciplina que mais se alterou nas últimas décadas, deixando de enfatizar a aptidão física ou os rudimentos do treinamento desportivo para abordar as manifestações da cultura corporal como um patrimônio da humanidade que deve ser acessado pelas novas gerações, auxiliando-as a melhor compreender e participar da sociedade e atuar criticamente para melhorá-la.

Esta mudança é muito significativa, considerando que em momentos anteriores com a Lei de Diretrizes Bases de 1971 apregoava a Educação Física como uma atividade física obrigatória a todos os níveis e ramos de escolarização, com exceção das/os dispensadas/os, posto que havia uma nítida intenção de preparação física de trabalhadoras/es, expressando a lógica biologicista e capitalista (IMPOLCETTO; DARIDO, 2018, p. 2-3).

Outras autoras e outros autores também indicam que a legislação daquele período apresentava o esporte como o único conteúdo da Educação Física, por isso imperava o esporte “na” escola, que era o mesmo que “esportivização” da Educação Física escolar, uma vez que era subordinado ao modelo do esporte de rendimento. A relação predominante era a de treinador/atleta, pois bastava a/o professora/r mandar e a/o aluna/o saber fazer. Isto resultava numa técnica mecânica e repetitiva. As alunas e os alunos menos habilidosas/os eram excluídas/os e as turmas eram separadas por gênero, inferiorizando as meninas (CAPARRÓZ, 1997; SOARES *et al.*, 1992; VAGO, 1996).

O Movimento Renovador da década de 80 do século passado, ocorrido após a queda da ditadura militar, configurou em um momento de flexibilidade política. Promoveu-se uma ruptura com as práticas tecnicistas provenientes do esporte hegemônico, empreendendo fortes críticas ao esporte de rendimento. As

concepções tradicionais do campo, centradas na aptidão física e saúde orgânica declinaram, permitindo colocar em perspectiva, propostas críticas voltadas para a construção social da Educação Física brasileira (SILVA et al., 2012; GONZÁLEZ, 2018).

Todavia, este movimento de redemocratização do país só foi devidamente percebido como um processo reflexivo, pelas/os professoras/es de Educação Física, a partir da década de 90. Esta percepção deveu-se ao ressurgimento desta disciplina como um viés de reflexão crítica/contextualizada sobre a cultura corporal e de tematização/problematização destes conteúdos como produções culturais, estabelecidas como patrimônios da humanidade.

[...] no âmbito da metodologia do ensino da Educação Física escolar com a proposição de pedagogias críticas para a Educação Física que parecem ter também na América Latina e no Brasil, em especial, origem de suas elaborações. Formuladas na década de 1990, apresentam novos fundamentos, metodologias e conceitos construídos como uma contraposição às aulas de perspectiva tecnicista que visavam a mera exercitação ou aptidão física (SILVA et al., 2015, p. 287).

Um exemplo disso foi o conteúdo esporte, em que objetivou-se não mais organizá-lo 'na' escola, mas sim 'da' escola, sendo desmitificado e reconhecido como um objeto de conhecimento, um fenômeno social de produção histórico/cultural, inserido nas aulas de Educação Física como um dos elementos da cultura corporal (CAPARRÓZ, 1997; SOARES et al., 1992; VAGO, 1996). Neste contexto, o esporte deixa de ser o conteúdo exclusivo nas aulas e a Educação Física passa a abordar proposições críticas e progressistas, direcionando o seu olhar para questões relacionadas à cultura.

A Educação Física passa a incorporar o aspecto sócio-pedagógico-cultural, onde passamos a experimentar os saberes culturais e populares nas nossas aulas. O corpo é onde se realiza a cultura, portanto há um maior relacionamento pedagógico da Educação Física na escola, promovendo a subjetividade, a afetividade, as emoções, o toque, o acolhimento e o pertencimento.

Silva e colaboradores (2015, p. 288) contribuíram significativamente, ao expressar que:

Essas proposições tratam a Educação Física, especialmente referindo-se à atuação no campo escolar, como fundamentada na cultura e, portanto, com um conjunto de conhecimentos a serem trabalhados ao longo de toda educação básica. Na esteira desse pensamento, parte da ideia do movimento como produção cultural e histórica que defende uma educação que auxilie as/os estudantes a situar-se crítica e autonomamente.

Haja vista que a escola é composta por uma diversidade de pessoas formadas por várias opiniões e cada um desses indivíduos (estudantes, docentes, gestoras/es, funcionárias/os, comunidade de bairro, pais/mães e responsáveis) são constituídos de uma característica fortemente defendida por (Tarcísio Vago, 2009) que é o seu “protagonismo do sujeito”. Protagonistas são os sujeitos da ação, então produzem algo, não apenas reproduzem, produzem cultura, sendo a escola um ‘lugar das culturas, de culturas e entre as culturas’ (VAGO, 2009).

Pode-se constatar que a escola não está isenta dos acontecimentos fora de seus muros, pois é um ambiente que lida com a realidade social que as/os alunas/os trazem para esta instituição, como sua “cultura de chegada” (NEIRA, 2009) a qual será articulada com a cultura da escola. Este raciocínio contribui para definir a escola como um lugar em que o conceito de cultura é central, é um local de muitas culturas, por isso precisa fazer circular as culturas (NEIRA, 2009; VAGO, 2006).

Com uma importante perspectiva republicana, democrática e em transformação, identificamos que os conhecimentos culturais produzidos pelo campo da Educação Física podem contribuir para que, efetivamente o direito à diferença, o respeito, a dignidade, a igualdade de gênero, a inclusão e a integridade possam se concretizar no âmbito educacional. É lá no chão da escola que precisa acontecer a intervenção/transformação da realidade das e dos estudantes, gerando cidadãs e cidadãos autônomas/os e comprometidas/os com a justiça social.

## **2.1. Gênero e a construção histórica da diferença**

Para esta pesquisa, torna-se imprescindível discutirmos o conceito de gênero que é, também, uma temática tão mal resolvida em nossa sociedade. Problematicar este conceito no processo de construção histórica da diferença, analisando a trajetória de luta das mulheres, da qual irradiou o Movimento Feminista,

extremamente relevante à constituição contemporânea de uma categoria analítica de gênero.

Ao longo da História, as mulheres recebem um tratamento desigual em relação às oportunidades na vida social, gerando um desequilíbrio no desenvolvimento social de homens e mulheres: os primeiros são educados para a vida pública, enquanto elas são educadas para a vida privada (JESUS; DEVIDE, 2006, p. 127).

Por séculos, as mulheres carregam uma herança de invisibilidade e de exclusão social, política, filosófica, histórica, cultural e econômica, em detrimento do papel de visibilidade e de pertencimento, fundamentalmente privilegiado aos homens, em diversos setores da sociedade. Essa é também a reflexão que faz Guacira Louro:

A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência. [...] Mais ainda, as estudiosas feministas iriam também demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes” (LOURO, 2010, p. 17).

Guedes (1995) complementa em seu estudo “Gênero, o que é isso?”, uma importante crítica referente aos significados de mulher e de homem no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 1986) em que os significados são totalmente adversos, para além do gênero, mas em relação à desvalorização/subalternidade da palavra mulher. A autora informa que em tal dicionário a palavra mulher é basicamente referida como parideira, prostituta, ao passo que a palavra homem é enaltecida e valorizada como macho, dotado de grandes qualidades e alguém com um alto grau na escala evolutiva.

Para além do sentido de injustiça e revolta, ao observar o significado da palavra mulher abordado no dicionário em questão, o pior é reconhecer que o autor deve ter refletido nestes verbetes, o senso comum que predomina no seio da população brasileira. Um senso comum construído e constituído, a partir do patriarcalismo que desvaloriza a mulher, negando a sua virtude, as suas potencialidades, as suas contribuições políticas, históricas, culturais e sociais, desdenhando do seu preponderante papel frente às gerações.

Ao delimitar esta problemática, é importante estabelecer que, para dar significado à mulher, as definições tradicionais e conservadoras de homem e mulher aproximam-se de uma constatação verificada por Albernaz e Longhi (2009, p. 86) “[...] como é fácil “cair” nos padrões naturalizados, reproduzindo e reforçando as desigualdades de gênero, sem nem mesmo se dar conta disso”.

Ao longo dos vários enfrentamentos que a mulher teve de travar em sua história, houve uma tentativa de dar um fim/um basta à condição de subalternidade feminina, quando um grupo de mulheres almejou conquistar o seu lugar no espaço, surgindo, desse modo o feminismo. Um movimento de iniciativa política, filosófica e social, cujo objetivo era disseminar e defender a igualdade de direitos entre os gêneros. Por meio de uma história de lutas que proporcionou o início de grandes mudanças nos papéis femininos mediante a sociedade, as mulheres adquiriram o direito ao voto, melhorias nas leis trabalhistas e modificações de comportamentos e de valores do mundo ocidental (ALBERNAZ; LONGHI, 2009; ALMEIDA, 2015; MONTEIRO, 2016).

Complementando esse horizonte histórico, Louro (2010) nos informa que os movimentos sociais contribuíram significativamente com a luta das mulheres, por meio do movimento feminista contemporâneo que subdividiu o feminismo em três ondas. A “primeira onda” do feminismo foi iniciada no final do século XIX e início do século XX com o movimento sufragista para a conquista do “direito ao voto feminino”. A “segunda onda” do feminismo deu-se no final dos anos 60, com o surgimento dos estudos do gênero, denunciando a história de desigualdade que as mulheres sofriam e propondo a igualdade de direitos e de oportunidades com os homens. A “terceira onda” do feminismo começou na década de 90, como uma forma de represália aos prováveis equívocos da “segunda onda” e que segue até os dias atuais.

Os movimentos sociais vêm travando muitas lutas em busca dos direitos sociais das mulheres. Gradualmente, na década de 1970, o movimento feminista lançou-se fortemente, trazendo construções teóricas a respeito do gênero. Esse movimento visava compreender e enaltecer o papel da mulher na sociedade. Posteriormente, nos anos 80 houve uma movimentação política que pretendia

descobrir a identidade da mulher, a posição que ela ocupava/desocupava. Em contrapartida, a mulher sofria provocações por parte dos homens que, reafirmavam a assimetria do masculino e do feminino na sociedade (GUEDES, 1995).

De 1989 até os dias atuais evidencia-se uma maior discussão a respeito dos papéis e representações do masculino e do feminino na sociedade, retirando a invisibilidade da mulher e rejeitando o determinismo biológico em detrimento da relevância cultural, política e social (GUEDES, 1995).

Em contraponto ao universo machista, sexista e misógino, as mulheres necessitam mostrar constantemente a sua força de vontade e capacidade intelectual, em seus afazeres, em suas lidas no trabalho formal e/ ou informal, nas ruas, nas instituições, na mídia e em diversas repartições, travando batalhas diárias em busca de reconhecimento, de respeito e da igualdade de gênero.

O conceito de gênero para Sousa e Altmann (1999, p. 53) é definido como “construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres”.

Louro (2010, p. 14) traz que gênero “[...] está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo constituinte desse movimento, ele está implicado linguística e politicamente em suas lutas [...]”.

É importante relevar estas considerações, primordialmente para esta pesquisa, que tematiza o universo educacional e a produção de conhecimento científico e pedagógico, assumindo a autoria e a identidade de gênero também nas ações como professora e pesquisadora.

Contudo, destaca-se ainda, que há um forte cruzamento do conceito de gênero com o de sexo, vinculando o gênero a uma questão biológica como mero fruto da natureza, conforme indicam Gonçalves Júnior e Ramos (2005). As autoras da próxima citação, argumentam que

A biologia, portanto, não determina os comportamentos humanos, o que os homens e as mulheres fazem, decorre principalmente da leitura cultural sobre seus corpos. Se estas leituras são uma criação humana, então nós podemos fazer novas escolhas e alterar o que é tido como imutável no comportamento humano. A categoria gênero foi cunhada com essa finalidade, para compreender como a relação

entre natureza e cultura opera como justificativa das desigualdades entre homens e mulheres (ALBERNAZ; LONGHI, 2009, p. 82).

O conceito cultural de gênero contraposto ao conceito natural, contribuiu sobremaneira com a tentativa de buscar o entendimento da condição de gênero, visto que a mulher, o homem e outros gêneros existentes em diferentes culturas e tempos históricos, não podem ser justificados por suas atribuições e caracteres biológicos, e sim por suas orientações sexuais, vontades, sonhos, convicções, ideologias e preferências. Ainda nesta direção, do confronto entre as construções sociais e questões biológicas no âmbito da educação, encontra-se o trabalho de Nicolino (2017) que informa:

A produção teórica denuncia, então, o quanto as diferenças anatômicas dos corpos são utilizadas para justificar a produção das desigualdades no contexto escolar. Anuncia o quanto as relações de gênero são reguladas por uma lógica generificada em que a mulher é representada como feminina e detentora de uma vagina e o homem como masculino e detentor de um pênis. Questiona, nesse sentido, a legitimidade de uma educação corporal que se constituiu pela reiteração de como cada uma/um deve se comportar, agir e pensar de forma heteronormativa (NICOLINO *et al.*, 2017, p.74-75).

Não se poderia deixar de falar de gênero sem trabalhar com as ideias de Joan Scott, estudiosa que se tornou uma referência mundial sobre o tema. Nos anos de 1990, esta autora publicou um grande trabalho intitulado “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”, com o qual defendeu que a única forma de escrever a história das mulheres, seria através do conceito de gênero, cuja proposição é a de que, enquanto o sexo refere-se às diferenças biológicas entre mulheres e homens, o gênero é uma categoria fluída que denota os papéis sociais atribuídos ao sexo. A historiadora, portanto, traz elementos essenciais a respeito do gênero, como a busca por engajamento histórico, social, político e cultural, o qual foi renegado não somente às mulheres e às sexualidades, como às demais minorias excluídas ao longo de toda a história.

Na visão de Scott (1995), muitas/os historiadoras/es confundiram as categorias de sexo e gênero, encarando os papéis de gênero como tão naturais quanto o sexo biológico e considera tal fato como uma posição sexista, pois naturaliza os homens como dominantes e as mulheres como dominadas, ao passo que a dominação é socialmente construída e não biológica pré-existente. Para esta autora, o termo gênero surgiu entre as feministas anglo-saxãs que queriam enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo, rejeitando um determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

A respeito desta categoria de análise, Scott (1995, p. 73) assim explicita-nos:

A maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta, dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise. [...] O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento da/o pesquisadora/r com uma história que incluía as narrativas das/os oprimidas/os e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos. A litania "classe, raça e gênero" sugere uma paridade entre os três termos, mas na verdade, eles não têm um estatuto equivalente.

A reflexão de Guacira Lopes Louro (2010) se faz fundamental para este estudo, porque afirma que o conceito de gênero é, ao mesmo tempo, uma ferramenta analítica e política. Scott (1995, p. 86) reitera que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, mas alerta que estas relações sempre se dão em, ao menos dois sentidos dentre a complexidade da vida em sociedade. Deve-se considerar, portanto, que as mulheres, juntamente com os pobres, as/os homossexuais, as/os negras/os, as/os portadoras/es de necessidades especiais, as/os indígenas, as/os quilombolas, as/os ciganas/os, as/os camponesas/es, etc, são os grupos estigmatizados e chamados de minorias na história, frente à dominação dos homens brancos, heterossexuais e capitalistas.

Em contrapartida, é importante frisar que há homens que também sofrem com a sociedade machista, devido à imposição de estereótipos que fomentam a não

aceitação das emoções no sexo masculino, o qual não pode chorar, não pode ter sentimentos, não pode sensibilizar-se, que logo surgem termos condenando-o, como nos seguintes ditos populares: “Seja homem, homem não chora”; os homens são, portanto, também controlados para a construção e a manutenção de sua masculinidade (TORRÃO FILHO, 2005).

Refletindo ainda mais sobre o feminismo, Albernaz e Longhi (2009, p. 77) frisam que:

[...] devemos legitimar e reconhecer a existência desse movimento e sua história de lutas. Podemos discordar daquilo que o feminismo propõe, mas não temos o direito de negar que ele existe e é legítimo, sendo um dos principais vetores para as críticas aos valores que dão sustentação às desigualdades de gênero.

É relevante estabelecer que o movimento feminista que cunhou o termo mulher foi pensado e proposto pela mulher branca, escolarizada e, portanto, da classe média urbana. Valer-se desta categoria para pensá-la enquanto um outro construído a partir do homem, em um processo histórico de submissão, é trazer uma entre as várias versões da história. Mulheres constituem-se no plural e isso é importante ser dito e reconhecido, pois trazemos as humanidades de mulheres indígenas, negras, ribeirinhas, da floresta, ciganas, deficientes, LGBTTI.

E, mesmo com toda a história de luta das feministas ao longo dos séculos XIX ao XXI, os seus feitos ainda são pouco conhecidos/disseminados na nossa sociedade. Considero primordial que haja mais informações na mídia, em tecnologias de informação, de comunicação e em instituições políticas, culturais, históricas, sociais, com destaque para a escola, local privilegiado para muitas/os que são excluídas/os das informações, por conta da carência socioeconômica.

O espaço escolar, por vezes, torna-se a única ou a maior possibilidade para se pensar/repensar valores e hábitos, bem como para se adquirir informações pertinentes sobre as questões de gênero, a respeito desta batalha social, política, cultural e filosófica tão relevante às mulheres e aos homens que são sujeitos atuantes do feminismo.

Ao procurar investigar/ir ao cerne da motivação que me levou a estudar/pesquisar o tema gênero...Tento responder, neste momento, por que estudar gênero? Souza Júnior (2018) nos informa que:

Gênero é uma construção social e cultural que marca a corporeidade e o comportamento de mulheres e homens, portanto é diferente de sexo e orientação sexual. Tratar o gênero na escola é essencial para promover uma reflexão sobre as estratégias para estimular os sujeitos escolares a procurarem formas de eliminar o preconceito e a discriminação nas nossas aulas, evidenciando que as diferenças entre meninas e meninos estão mais relacionadas aos aspectos sociais e culturais do que aos aspectos biológicos. Não estamos, contudo, negando estes aspectos, porém são entendidos como menos relevantes no âmbito da Educação Física.

As questões de gênero têm implicações com as identidades de gênero e a orientação sexual, a segregação de meninas e meninos nas aulas, os componentes biológicos do ser, em detrimento dos componentes sociais e culturais do ser – culminando em não dar as mesmas oportunidades a meninas e meninos, aos valores tanto das e dos docentes, quanto das e dos discentes, diante deste contexto e das questões de preconceito que precisam ser rompidas para uma aproximação de todas/os, intentamos pela igualdade e equidade nas nossas aulas, por este motivo é tão significativa estudar gênero nas instituições de ensino.

Passo, então, a refletir mais sobre essas questões na Educação Básica.

## **2.2. Gênero na educação e na Educação Física escolar**

Para este momento, discuto como a temática de gênero se localiza no cotidiano escolar, no âmbito educacional e especialmente na Educação Física escolar, bem como a situação em que se encontra na legislação brasileira. Trata-se de um desafio para a teorização e fundamentação do gênero na prática pedagógica da Educação Física escolar, uma vez que estamos num momento político atual consternado e conflitante.

Há o acometimento de preconceitos e discriminações como uma constante entre a população brasileira que vivencia a invisibilidade, a negação, o desrespeito, a violência e a desigualdade de raça, etnia, classe e gênero. Como nos apontam

Costa e Silva (2002, p. 44), “tradicionalmente, a mulher tem desempenhado papel secundário na sociedade em relação ao homem que, apoiado no poder de muitas instituições, ciências e religiões, mantém status privilegiado”.

Há muitos ‘nós’ de conservadorismo na sociedade brasileira que insistiram em amarrar as mulheres à responsabilidade das obrigações domésticas, desprestigiando-as e privando-as do direito à sua independência financeira e intelectual. Muito embora, nos dias atuais haja leis, pesquisas e diversos avanços concernentes à emancipação feminina, muitos entraves ainda inferiorizam e menosprezam as mulheres, por isso, estes ‘nós’ precisam ser urgentemente desatados.

No início do século XX, a separação de meninas e meninos, nos momentos destinados aos exercícios físicos na escola, se dava em função de objetivos sociais diferenciados para esses sujeitos, para esses corpos, a partir de “proposições absolutamente naturalizadas e definitivas do que é ser homem e do que é ser mulher, conseqüentemente determinando práticas corporais diferenciadas” (GOELLNER; FRAGA, 2004, p.165).

Guedes (1995, p.1) nos alerta que “aceitando o desafio que é discutir um tema tão complexo e ainda não bem delimitado pelos vários ramos das ciências, sejam elas humanas ou naturais...” e indica que o termo gênero é complexo, porém importante para a pesquisa científica e as disciplinas que perpassam a escola, bem como para toda a sociedade.

Cabe a nós professoras/es transformar ou não, a opinião dessas e desses estudantes com experiências positivas, mudando e/ou melhorando o nosso trato pedagógico. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) rememoram que a educação em direitos humanos se inicia em princípios dos anos 2000 e tratam de temas como igualdade, fraternidade, justiça social e inclusão e se alicerçaram em movimentos sociais anteriores (BRASIL, 2013).

A educação em direitos humanos é primordial para a democracia de um povo, pois não há como apagar a história de vida do corpo. As penalidades, os traumas, as violências físicas são sofridas pelo corpo. Trazemos/carregamos uma história que está no nosso corpo e que nos perpassa e atravessa. Por conseguinte, os princípios

de inclusão, a pluralidade de ideias, a liberdade com circulação de pensamentos e de opiniões diferentes é um direito de todo ser humano.

Vago (2006, p. 4-5), reflete que:

Nos corpos humanos estão guardadas histórias de cada um, histórias partilhadas, histórias de humanidade, histórias da humanidade. O corpo não é, assim, algo que possuímos “naturalmente”. Nem é somente uma construção pessoal, mas também sociocultural: ele é suporte e expressão máxima de uma dada cultura (e são infinitas as expressões culturais de povos e tempos distintos marcadas nos corpos).

Nesta perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013), chamam a atenção para a necessidade de implementar processos educacionais que promovam a cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural, de identidade de gênero, de orientação sexual, religiosa, dentre outras, enquanto formas de combate ao preconceito e à discriminação (BRASIL, 2013).

A sociedade brasileira é composta por racistas, machistas, homofóbicos, misóginos, xenofóbicos, enfim por uma infinidade de sujeitos preconceituosos que se despertaram ainda mais com o advento das redes sociais, em que tais pessoas encontram a liberdade de manifestar sobre suas crenças e dogmas, diminuindo e desprestigiando o que repudiam e consideram como diferente dos seus “padrões”.

A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas contemporâneos em uma perspectiva integrada tal como indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Essa abordagem deve ser apoiada por meios adequados. Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete à produção e disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, com o objetivo de contribuir para a eliminação de discriminações, racismos e preconceitos, e conduzir à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente (BRASIL, 2013, p. 115).

Em contrapartida, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) salientam que, a educação é destinada aos mais diversos grupos sociais, onde a troca de conhecimentos e saberes torna-se referência na formação de sujeitos capazes de vivenciar em seu cotidiano as mais diversas dinâmicas

sociais e emocionais independentemente de “condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias” (BRASIL, 2013, p. 25).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) vêm demarcar e problematizar que as minorias são grupos que historicamente não tiveram acesso à cultura, desta forma podemos verificar que a questão cultural é seríssima/importantíssima para humanizar o indivíduo, pois quando o sujeito humaniza-se, passa a fazer parte da cultura própria do seu povo.

É a escola um dos primeiros espaços de socialização das/os alunas/os, onde estes sujeitos aprenderão a lidar com os desafios contemporâneos supracitados, que muitas vezes são intensificados pela gestão do estado. Sendo esta gestão, a responsável pela execução e manutenção deste espaço, enquanto ambiente formativo de qualidade para a sociedade. Venâncio e Darido (2012, p. 99) consideram a escola:

Espaço caracterizado também por relações de poder conflituosas, com ausência de proposições que discutam a diversidade dos aspectos éticos, étnicos, religiosos, sociais, econômicos, culturais e de gênero que imprimem suas marcas dentro e fora da sala de aula ou da quadra constituindo um espaço de culturas próprias, porém desarticuladas e individualizadas.

Podemos constatar em nosso cotidiano pedagógico, que meninas e meninos ainda carregam em sua cultura de chegada resquícios de padrões comportamentais que reproduzem as diferenças e hierarquizam comportamentos. É o caso daquelas formas que indicam que menino não pode ajudar a mãe a limpar a nem brincar de bola e de carrinho. Tais imposições comportamentais são reflexos da ideia de gênero relacionada às diferenças culturais, assim implicando nas relações do ser feminino e do ser masculino. Por isso é fundamental a ressignificação/reconstrução de uma práxis pedagógica voltada à categoria analítica de gênero, em que a/o professora/r seja a/o mediadora/r nesse processo de construção de mudanças paradigmáticas, pautado e comprometido com a formação humana.

De modo geral, é possível identificar que a discussão de gênero na Educação Física começa a ter maior circulação na produção teórica nos anos de 1990, especialmente, após a construção do conceito de gênero proposto por Joan Scott (1995), e com o aumento da

participação das mulheres em diferentes espaços profissionais (NICOLINO *et al.*, 2017, p. 80).

Assim como, havia uma discussão fortalecida de gênero e demais marcadores sociais nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) que estava abordando a questão das diferenças, porém da noite para o dia, tudo é interrompido e proibido, porque de repente é considerado um erro, um pecado.

Infelizmente, há trocas de governo que afetam muito a qualidade da educação, pois se interrompem os projetos curriculares que estavam engajados e em andamento, de modo a suscitar prejuízo às/aos professoras/es que são peças fundamentais para a aplicação, execução e implementação do currículo no chão da escola. Muito embora, haja docentes revoltadas/os com estas imposições, empreendendo e desenvolvendo estratégias de resistência a estes mandos e desmandos arbitrários.

O momento econômico e político atual ultraconservador de extrema direita é contrário à constatação da diversidade sexual existente e conspira contra a democracia, a cidadania e os direitos humanos de incontáveis brasileiras/os, sobretudo, das e dos integrantes da classe trabalhadora, das minorias sociais e da população carente, discriminadas/os e destituídas/os de recursos mínimos para sua sobrevivência/subsistência, cuidado e proteção.

O governo brasileiro está tomado por políticos que nada têm de democráticos e humanos, mas de conservadores e fundamentalistas religiosos que querem modificar leis para que estas atendam apenas os interesses e privilégios próprios e das classes empresariais, industriais e burguesas, os quais são os grandes donos dos lucros do sistema capitalista e imperialista.

Antas e Arantes (2019) demonstram que movimentos conservadores como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Escola Sem Partido (ESP), vêm conquistando notoriedade e respaldo entre uma parcela considerável da população e do Congresso Nacional. Isto é bastante preocupante, pois devemos nos manter alertas para que as desigualdades historicamente, socialmente e culturalmente instituídas não sejam perpetuadas, interferindo na construção de políticas públicas

educacionais, referentes à perspectiva de gênero nas escolas, inferiorizando ainda mais os grupos de minorias sociais, colocados em situação de exclusão, no decorrer da história.

O Escola Sem Partido (ESP) tenta derrubar conquistas sociais e políticas desses grupos, tanto por meio da desconstrução dos estudos feministas e de gênero, quanto pela “dessubstancialização dos sentidos histórico, socioantropológico e político” (GONÇALVES; MELLO, 2017) do conceito de gênero. Para isso, investe na desvalorização docente, incitando a desconfiança no ato pedagógico, e criminalizando professoras/es que discutem o tema na escola (PENNA, 2018).

O Escola Sem Partido (ESP) apropria-se do *slogan* ideologia de gênero, construído ideologicamente em seu início, pela religião católica, para coadunar aos interesses de bancadas políticas e religiosas, que não param de ampliar seu poder de mando no congresso brasileiro. A junção do campo religioso e político ultraconservador, e muitas vezes mais que isso porque sequer conservam o que tinha de conservador, pois é reacionário, culmina em efeitos nefastos, cujos projetos de lei têm interesse em demonizar e atacar as questões de gênero e suas discussões históricas, filosóficas e políticas, visando silenciar e extinguir toda uma trajetória de luta social e científica de reparação de danos históricos.

O Escola Sem Partido (ESP) é inconstitucional, pois condena o debate, a pluralidade de ideias, a diversidade cultural e a livre circulação de pensamentos diferentes na sociedade brasileira, portanto fere os princípios liberais republicanos de uma educação e de uma Educação Física democráticas.

Então, esse movimento que antes era um projeto, mas que desde 2014 torna-se um movimento com o apoio de sujeitos e repartições com convicções ultrapassadas/arcaicas, serve para se pensar/refletir o quanto isto vem impactando as escolas e o quanto essas discussões e debates são significativos e devem estar contidos nos currículos escolares e, consonantemente as/os docentes precisam ter este entendimento e engajamento, partindo de suas formações inicial e continuada.

As expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” foram suprimidas do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014 e da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica, sob a Resolução

CNE/CP nº 2, de 22/12/2017. Esta supressão estendeu-se a muitos estados e municípios, o que configurou em um relevante retrocesso, posto que o Brasil é um país com dados alarmantes de violência contra a mulher e LGBTIfobia e de poucas políticas públicas educacionais direcionadas às questões de gênero e sexualidades (ANTAS; ARANTES, 2019).

Há um movimento grande, sobretudo na América Latina, de uma volta de um viés muito conservador, alimentado pela atual conjuntura política do país, em que há todo um conjunto de elementos retroagindo. O Plano Nacional de Educação (PNE) demorou 4 anos para ser implementado, porque não passava nas bancadas, justamente por causa da discussão de gênero. E que se não houvesse algumas pessoas sendo retiradas de cargos estratégicos e outras, simplesmente sendo retiradas, quase nada restaria de um trabalho de 8 anos.

Haja vista que, havia uma discussão fortalecida de gênero, de orientação sexual e dos demais marcadores sociais, na primeira versão e na segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), versões estas que estavam abordando a questão das diferenças. Em contrapartida, veio o golpe político-jurídico de maio de 2016 e o grande capital tomou conta da BNCC, barrando todo o debate teórico de gênero e das demais diferenças. Todo o discurso crítico foi interrompido, proibido e suprimido da terceira e última versão da BNCC, como constata-se no documento que foi finalizado em 2017 (BRASIL, 2017; NEIRA, 2018).

Antas e Arantes (2019) intensificam que em 2015, houve a apresentação de um projeto oriundo do Anteprojeto de Lei Federal do “Escola Sem Partido” que objetiva a proibição do que nomeiam erroneamente de “ideologia de gênero”, pois gênero é uma das categorias que compõe as identidades do sujeito. Este Anteprojeto proíbe o estudo do gênero na escola como fruto de uma construção sócio-histórico-cultural e recua no tempo, denotando o gênero como fator biológico de sexo, desclassificando a ideologia de gênero como absolutamente natural.

No Brasil, há representantes de bancadas religiosas das lideranças políticas de direita, que são ultraconservadoras/es reacionárias/os, que falam em nome das igrejas e de suas próprias ideologias e fazem um discurso de família tradicional e, são contrárias/os aos estudos, discussões, debates e pesquisas feministas, de

gênero e de sexualidade nas escolas, para tanto enviaram ao Congresso Nacional, o lastimável Anteprojeto 'Escola Sem Partido' e a ideologia de gênero que este termo enganosamente apregoa (NICOLINO *et al.*, 2017; 2020).

Estes sujeitos em questão costumam conceituar enquanto 'ideologia de gênero', situações relacionadas às feições e condições biológicas de determinadas pessoas, desconsiderando que os indivíduos são múltiplos e heterogêneos. Logo tendem a desrespeitar, marginalizar e inferiorizar todos os padrões que fogem a uma ideia dogmática e conservadora (NICOLINO *et al.*, 2017).

Nas palavras de Antas e Arantes (2019), o 'Escola Sem Partido' é um projeto deplorável, e não é o único que já passou pelo legislativo brasileiro procurando censurar o debate de gênero nas escolas nas esferas municipais, estaduais e federais. Esses projetos ferem princípios como a livre docência e a liberdade de expressão e desrespeitam a pluralidade das pessoas. Essas ideias ferem tanto a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) quanto a Organização das Nações Unidas (ONU, 1997) que vão de encontro ao Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007).

Nicolino *et al.* (2017) enaltece que estes projetos de lei ameaçam a educação escolar, o que significa dizer que os projetos proíbem a discussão de gênero em sala de aula e as/os educadoras/es que adotarem discursos de tolerância e de liberdade em suas práticas de ensino, descumprindo tal lei, poderão ser punidos com pagamento de multa, demissão do cargo e até cadeia.

Esta também é a perspectiva de Antas e Arantes (2019, p. 397) que afirmam:

Assim, mesmo com o avanço de ideias conservadoras ingressando nas esferas públicas brasileiras, ao assumir tais compromissos perante a comunidade internacional, o Brasil não pode se refutar de tratar das temáticas de gênero, seja nas áreas da saúde, educação, direito, etc, pois estes compromissos reconhecem e legitimam os direitos de grupos excluídos socialmente como pessoas com deficiência, LGBTTI, mulheres indígenas, negras/os, etc.

Essas mesmas autoras agora mencionadas, nos informam que há outros documentos que promovem a implementação de políticas públicas que visam a equidade de gênero, tais como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH, 2007) que ratifica os compromissos assumidos internacionalmente pelo

Brasil (BRASIL, 2007), o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (PNPM, 2013), que dedica um capítulo à área de educação intitulado “Educação para a Igualdade e Cidadania” (BRASIL, 2013) e a Nota Técnica 24, de 17/08/2015 (BRASIL, 2015) da Coordenadoria de Direitos Humanos do Ministério da Educação (MEC) que corrobora com a importância de tratar da perspectiva de questões de gênero e sexualidade na educação, servindo como instrumento para a implementação de políticas e para o desenvolvimento do trabalho docente.

Conforme ressaltam acerca do contexto goiano Nicolino, Leite e Wanderley (2013, p. 105)

[...] em Goiás a materialização das propostas, que discutem e denunciam marcas e linguagens heteronormativas, homofóbicas, sexistas, discriminatórias em gênero e sexualidades, centram nos movimentos sociais, militância, esforços pessoais e coletivos, alguns no âmbito institucional (universidades e centros de formação profissional), que ao se deparar cotidianamente com necessidades e demandas advindas do processo educativo e social, sensibilizam-se e criam resistências, desenvolvendo alternativas para superar o pouco investimento e assistência fornecidos pelo estado.

Uma parcela da população partilha de uma cultura muito conservadora ou mostra-se desinteressada/desinformada sobre o tema gênero ou o considera um tabu, um assunto incomum. Conseqüentemente, gênero é uma temática desconhecida ou muito pouco conhecida para muitas pessoas/famílias tratarem em seus lares e centros de convivência, especialmente se imbuídas de certo fundamentalismo religioso ou se forem integrantes de comunidades tradicionalistas, as quais se negam a abordar o gênero ou quando chegam a mencioná-lo é somente para contestá-lo e negá-lo como uma abordagem antinatural.

Para além do contexto do estado de Goiás, Guedes (1995) segue relatando que o assunto gênero é evitado em muitas escolas, embora saibamos que as educadoras e os educadores são consideravelmente as/os melhores preparadas/os para abordarem esta questão tão relevante para a sociedade republicana e democrática. Louro (2010, p. 89) verbaliza que “[...] a escola é atravessada pelos gêneros: é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”.

Ao trazer a minha experiência, sobre as vivências corporais de crianças e jovens na escola, objetivo mostrar o quanto a corporeidade é uma aprendizagem coletiva e que a violência praticada pela direção, professoras/es, professoras/es de Educação Física e estudantes para significar o “diferente”, constitui a própria condição de existência do normal. Compreende-se com isso, que a produção do diferente na escola é uma forma de conhecimento. E que o fato de não ter as temáticas de gênero e sexualidades no currículo, sob a justificativa de pertencer ao âmbito privado-familiar, não impede que elas sejam ensinadas, porque são ensinadas diariamente, tanto é que me tocaram de uma forma tão profunda que eu estou aqui tratando sobre isto.

Verbalizando mais ainda com relação à corporeidade, a questão da escola e a questão da intervenção profissional, porque trata a questão da vivência e faz parte de um conhecimento. Verifica-se então, mediante estas constatações, o quanto é importante deixarmos uma porta aberta para se pensar a sociedade brasileira que precisa ser protagonista de sua história, convictos de que possuem identidades próprias com responsabilidade social e que necessitam da escola como um lugar onde o conceito de cultura é central na reflexão dos estudos de gênero.

Assim, ao ensinar o que não se reconhece como conhecimento, a escola negligencia humanidades e, ao mesmo tempo, não deixa de assumir a responsabilidade pedagógica que refuta e ignora. Então, mesmo que a escola afirme que não é um problema dela, isto é cobrado, isto é uma responsabilidade, porque isto está no dia-a-dia. Está na pedagogia de educação dos corpos. E que, nesse sentido, a visibilidade de corporeidades emergentes não as tornam necessariamente mais compreensíveis e que uma prática pedagógica ampliada e comprometida com os direitos humanos pode possibilitar novas experimentações de existência, de vidas vivíveis. Ou seja, não é o fato dessas pessoas estarem na escola, de enfim, das mulheres estarem lá com as suas potencialidades e habilidades que isto dá às mulheres as mesmas possibilidades.

Com este engajamento, cito Louro (1999, p.11), ao reflexionar que a “inscrição dos gêneros – feminino e masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura”.

Considero majoritariamente relevantes, as palavras de Weber (2009, p.34) ao frisar que, a escola é uma instituição de referência social para reflexão sobre respeito e justiça social, entre outras importantes temáticas sociais, sendo

O espaço social formador de cidadãos/os, mas ainda marcado por uma postura preconceituosa com relação aos grupos tidos como diferentes”, “espaço acolhedor para a promoção da diversidade cultural que vivemos”, “local onde se vive com pessoas de gêneros diferentes, todos os tipos de classe social e de raça”, “a escola deveria ser espaço de valorizar e preservar as diversas culturas, [...].

Essa mesma autora defende uma prática docente comprometida, especialmente com a escola pública, fazendo-se compreender, respeitar e conviver com as diferenças, “ou seja, é preciso que a/o professora/r acredite numa construção de valores éticos e morais sem oprimir nem hierarquizar pessoas, direcionando-as a não alimentar uma situação de poder, geradora da violência” (WEBER, 2009, p.35).

Weber continua em seu texto, refletindo sobre as dificuldades de professoras e professores, ainda mais, frente às questões ligadas à sexualidade por temer a opinião dos familiares das e dos estudantes, o preconceito e a discriminação e para evitar a violência e o machismo e defender a laicidade da escola. Especialmente em um país tão multicultural como o Brasil, é que a tradição e o conservadorismo não podem predominar porque as diferenças são muitas. Exigem que os preconceitos sejam enfrentados e “dependeriam não somente de mudanças de posturas pessoais e institucionais, mas também da disposição de conhecimentos que possam fundamentar argumentos favoráveis a uma convivência democrática no âmbito escolar” (WEBER, 2009).

Partindo desta premissa, destaca-se a ideia de pedagogias feministas/emancipatórias, de perspectiva não-sexista em que é possível vislumbrar a possibilidade de usufruir do acesso a experiências de relações de gênero bem-sucedidas nas escolas, para que meninas e meninos possam transformar-se em mulheres e homens pertencentes a um mundo com igualdade de direitos e de oportunidades.

[...] as pedagogias feministas na perspectiva das pedagogias emancipatórias, que pretendem a “conscientização”, a “libertação”, ou “transformação dos sujeitos e da sociedade. Se algumas das

ideias aqui apontadas lembram as propostas de Paulo Freire, isso também não é uma coincidência. Suas críticas à “educação bancária” e sua proposta de uma “educação libertadora” são conhecidas internacionalmente e frequentemente são referências destacadas nas pedagogias feministas (LOURO, 2010, p. 114-115).

Como também, é pertinente implementar uma educação e uma Educação Física flexíveis e acessíveis a todas/os, onde haja a possibilidade do exercício de uma educação libertadora e da manutenção da cooperação, da autonomia, da participação social e dos princípios democráticos da cidadania de um povo. Padilha (2003, p. 62) considera que “a cidadania seja o exercício pleno, por parte da sociedade, de seus direitos e deveres, baseado no exercício da democracia”.

Ao compreender gênero como uma construção cultural, compreende-se também que o mesmo é reflexo de tensões relativas de poder, desigualdades, superioridades e inferioridades. Essas relações são evidenciadas no cotidiano escolar, as relações entre os sujeitos pesquisados impõem condições de conflitos, disputas e jogos de poder (MACHADO, 2016, p. 4).

Guacira Louro complementa essa ideia, alertando que “se em algumas áreas escolares a constituição da identidade de gênero parece, muitas vezes, ser feita através dos discursos implícitos, nas aulas de Educação Física esse processo é geralmente, mais explícito e evidente” (LOURO, 2010, p. 72).

É preciso, mais do que nunca, identificar como um importante desafio a realização de trabalhos com o tema gênero na educação e na Educação Física, e reverter esta realidade, sendo a escola um lugar com grande potencial de socialização e de transformação para que a/o aluna/o possa experimentar novas formas de intervenção pedagógica.

[...] transformar as relações de gênero é algo que vai muito além do que juntar meninos e meninas nos trabalhos escolares ou dar o mesmo presente para meninos e meninas no dia das crianças. Não é uma mudança apenas racional, pois mexe com as emoções, com relações investidas de afeto além de incidir nas estruturas institucionais (família, escola, política, etc.) que organizam nossas vidas (ALBERNAZ; LONGHI, 2009, p. 89).

Haja vista que a multiplicidade de disciplinas trabalhadas no currículo escolar contribui sobremaneira com um bom trabalho sobre o gênero, sobretudo na

Educação Física, componente curricular que lida com a prática pedagógica voltada ao movimento, ao contato corpo a corpo, cara a cara, aos afetos e às emoções das e dos partícipes escolares.

Não obstante a sua importância, o tema gênero é percebido como melindroso para muitas educadoras e muitos educadores e um tanto complicado para quem não se propõe a compreendê-lo e estudá-lo, principalmente no meio escolar. Neste meio, se encontra ressalvas e temores, em que se recusa muitas vezes, a abordar o gênero por recear causar debates e/ou polêmicas, ao tentar uma transformação de pensamento das novas gerações de educandas e educandos.

As professoras e os professores são fundamentais no processo de construção e apropriação do conhecimento, sendo precursoras/es de mudanças culturais em suas aulas, para que haja a transformação. Ademais, a pesquisa em sala de aula, a princípio, requer uma/um professora/r prática/o reflexiva/o, a fim de melhorar a sua prática (PENITENTE; DEL-MASSO; CASTRO, 2019).

É um desafio permanente das professoras e dos professores, como de outras/os educadoras/es envolvidas/os no âmbito educacional de buscar uma mudança na cultura escolar. Trata-se de produzir uma cultura escolar também de Educação Física que “mobilize práticas que afirmem valores e sentidos que ampliem as possibilidades formativas, evitando formas de discriminação, segregação e competição exacerbada” (TABORDA DE OLIVEIRA; OLIVEIRA; VAZ, 2008, p. 108).

As e os docentes precisam assumir posições em defesa das minorias sociais que frequentam a escola, contribuindo com a democratização de condições que promovam um modo de vida, em que possa ocorrer a igualdade de oportunidades para diferentes raças, gêneros e classes. Igualdade de direitos para que a comunidade escolar não sofra quaisquer discriminações, fomentando uma sociedade plural e cidadã, que seja livre de preconceitos.

Ainda sobre o papel da professora e do professor na desconstrução dessa ideia, Saraiva (2002, p. 83) cita que a Educação Física precisa repensar a respeito da “[...] importância do papel das professoras e dos professores na problematização e vivência das questões de gênero na prática pedagógica junto às suas alunas e aos seus alunos. E, para isso, elas/eles próprias/os precisam estar esclarecidas/os”.

Fica evidente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) que, para além da Educação Física, todos os demais componentes curriculares devem perpassar pelos marcadores sociais da diferença, numa concepção multicultural, para que sejam disciplinas propícias e relevantes às transformações pertinentes à construção/reconstrução dos princípios de inclusão, de equidade, de igualdade e de justiça social.

Este cenário sugere que todos os demais componentes do currículo escolar precisam voltar-se aos anseios dos marcadores de gênero, os quais mostram-se primordiais para este estudo e para a boa convivência de meninas e meninos, com vistas à propiciar transformações fundamentais à construção/significação da igualdade e equidade de gênero no âmbito intra e extraescolar.

Segundo minha experiência profissional de quase trinta anos de docência, além de estudos e leituras que realizei, pude constatar o quanto a temática de gênero parece ser ignorada por muitas/os profissionais que, engessadas/os em didáticas e metodologias acrícticas/não-propositivas, negam-se ou se omitem do papel de desenvolver práticas pedagógicas que possam modificar as relações de gênero e, assim sendo, acabam por manter o ciclo de poder, aplicando aulas com atividades separadas para meninas e meninos, totalmente destituídas de sentidos e significados.

Há pesquisas que confirmam esta minha experiência, como nos informam Venâncio e Darido (2012, p. 102) ao frisarem que, apesar do destaque que a LDB deu à escola, enquanto instituição que goza de certa autonomia, os princípios da LDB (1996) são pouco ou quase nada aproveitados pelas instituições escolares, provavelmente pelo desconhecimento ou pelo pouco entendimento da sua função.

Verifica-se, que por vezes, infelizmente, a escola reforça as desigualdades e preconceitos existentes fora de seus muros, quando aceita a discriminação, a violência de qualquer espécie, a exclusão, a intolerância, o bullying e a inferiorização das meninas ou dos considerados mais fracos ou fora dos padrões de beleza.

A comunidade escolar necessita respeitar, defender e proteger todas as alunas e todos os alunos que, incompreendidas/os pela sociedade e/ou por suas famílias, não têm outro espaço, a não ser o ambiente escolar, para recorrerem em

suas angústias e em seus conflitos, decorrentes das diversas desigualdades existentes em toda a sociedade.

Quando as professoras e os professores dividem suas aulas por grupos, separando as meninas dos meninos, não conseguem dar atenção necessária, simultaneamente aos dois grupos, o que prejudica a qualidade do ensino, levando em consideração que a maioria das escolas nem sequer possui espaços adequados para tal divisão. Como argumento, as e os docentes se apoiam na inabilidade motora das meninas, justificando que as mesmas atrapalham as aulas de Educação Física (JESUS; DEVIDE, 2006).

Ao negar-se a trabalhar com todo o grupo de forma igualitária e continuar separando as e os estudantes por gênero, a/o docente reforça estereótipos sexistas, privando as suas alunas e os seus alunos do direito de pertencerem a uma educação inclusiva, justa e de qualidade, portanto esta professora/este professor deixa de cumprir a sua função profissional e o seu papel educacional.

O Movimento Renovador abriu um importante caminho para a Educação Física tentar promover os princípios de inclusão, de pluralidade, de igualdade e de equidade de gêneros, em aulas com turmas mistas, na tentativa de potencializar uma busca pelo respeito às diferenças e à diversidade cultural, com vistas a proporcionar uma maior horizontalização e relação dialógica na escola.

A questão da inclusão, da diversidade, dos marcadores sociais de gênero, classe, raça, etnia, geração, sexualidade, deficiência, e outros, precisa ser apropriada, lida, estudada, discutida, debatida, interpretada, desconstruída e ressignificada. Posto que, desde o Discurso Renovador da década de 1980, movimento que redemocratizou as diferentes comunidades e populações em termos de sistema político educacional e políticas republicanas para o sistema educacional, o multiculturalismo brasileiro permite que o povo esteja antenado com a ampliação dos seus direitos.

Contudo, o termo gênero, inevitavelmente, ainda causa muitos conflitos religiosos, sociais, políticos, culturais, geracionais, o que o leva a ser pouco explorado no meio escolar e nas aulas de Educação Física. Justamente porque a família, a igreja, bem como, diversas instituições e a maioria da comunidade, de um

modo geral não compreendem o conceito de gênero e sequer fazem questão de estudar, ler ou mesmo falar sobre o assunto, simplesmente por ignorância, indiferença ou preconceito.

Vislumbro uma vez mais, a relevância que a abordagem de gênero alimenta na escola, nutrindo-a para que haja aulas verdadeiramente inclusivas nas salas de aula, pátios e quadras, onde alunas e alunos têm as mesmas oportunidades de conviver, aprender e experienciar esses espaços, longe de estereótipos e preconceitos.

Dado que a escola é o espaço de aprendizagem por sua própria função, para que observando-se, descobrindo-se e compreendendo-se, as alunas e os alunos possam adquirir maior tolerância e respeito mútuo, e assim, não terão tempo, nem motivação para discriminarem-se e sentirem-se diferentes, nem melhores, nem piores, apenas com oportunidades e direitos semelhantes.

Ao compreendermos que gênero foi/é construído/reconstruído socialmente, historicamente e culturalmente, constatamos a importância de se proporcionar a igualdade e a equidade dos gêneros nas escolas brasileiras. Porquanto, uma abordagem pedagógica equânime moderniza as relações de meninas e meninos, consubstanciando um ensino mais participativo e igualitário, possível apenas mediante a vivência de princípios e valores proporcionados pela convivência em harmonia, com tolerância, aceitação, cooperação e respeito mútuo entre os gêneros.

### **2.3. Os objetos de conhecimento jogos e brincadeiras e o gênero**

Neste tópico pretendemos considerar possíveis caminhos que consubstanciem o gênero, uma das problemáticas mais prementes na educação e Educação Física Escolar, perpassando pelo objeto de conhecimento jogos e brincadeiras, o qual configura um trabalho de desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e lúdico, enaltecendo sobretudo o relacionamento saudável dos sujeitos, e o que possui na literatura acadêmica, demonstrações de suas contribuições à formação humana. Por conseguinte, eu o elegi para ser o objeto de estudo que vai orientar o desdobramento desta pesquisa didática, com o propósito de consolidar

que é possível trabalhar a temática de gênero na realidade em que nós docentes, vivenciamos.

Consideramos fundamentais os princípios teórico-metodológicos da intervenção pedagógica com base na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1991), a qual objetiva um desenvolvimento multidimensional, considerando o ser humano como um ser integral e constituído por suas dimensões cognitiva, cultural, psicológica, ética, estética, afetiva e política. Este autor seminal destaca a importância dos jogos e brincadeiras como uma atividade humana fundamental para o desenvolvimento da criatividade, onde imaginação e realidade dialogam e produzem novas formas de ação e interpretação no relacionamento com outros sujeitos (VYGOTSKY, 1991), o que justificou a escolha dos jogos e brincadeiras como uma das chaves para esta pesquisa.

É possível verificar que em cada instituição de ensino, tal como na sociedade, há individualidades, diferenças, interesses, universos diversos e multiculturais que transitam por toda a escola e que precisam ser respeitados e valorizados. Dornelles e Fraga (2009, p. 148) discordam da perspectiva tradicional, citando que,

[...] propostas pedagógicas para a Educação Física escolar sustentadas no conceito de homogeneidade, muito pelo contrário. As alunas e os alunos de uma mesma escola têm histórias de vida, condições socioeconômicas, experiências motoras, acervo cultural e interesses distintos, portanto, há uma diversidade de modos de ser menino e menina que não pode ser reduzida às diferenças biológicas entre os gêneros.

Há uma diversidade e uma amplitude de práticas que compõe o universo da cultura corporal e que podem e devem ser pedagogizadas como conteúdo escolar. Com este pressuposto, o Coletivo de Autores (SOARES *et al.*, 1992, p. 50) definiu a Educação Física como uma “prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”.

A perspectiva Crítico-Superadora (Soares *et al.*, 1992) cita a importância de se valorizar as vivências e o conhecimento que a e o estudante traz consigo, ao mesmo tempo em que visa propiciar o acesso à cultura sistematizada e à educação

de valores em busca dos direitos humanos. Esta perspectiva defende uma proposta clara de conteúdos, do ponto de vista da classe trabalhadora que viabiliza a leitura da realidade, estabelecendo laços concretos com as mudanças sociais e, para tanto, se faz necessário repensar e refletir constantemente sobre a prática pedagógica. Essas/es mesmas/os autoras/es entendem a escola como um espaço democrático de diálogo e questionamento. Isso porque partem de uma concepção de ser humano como “sujeito histórico” e uma Educação Física escolar contribuindo com conhecimentos fundamentais para a formação integral das e dos discentes.

Além desses conteúdos, considera-se metodologicamente que a Educação Física precisa perpassar a escola com a alegria contagiante dos corpos que jogam, que brincam, que “se-movimentam” (KUNZ, 2000) e que se expressam de múltiplas formas. É preciso que meninas e meninos aprendam com as diferenças existentes dentro e fora da sala de aula, possibilitando que experimentem os princípios de inclusão social e de equidade/igualdade.

Conforme afirma Souza Júnior (2018, p. 6):

[...] a importância das questões de gênero nas aulas de Educação Física que, diferentemente dos demais componentes curriculares, revela uma série de tensões nos encontros de corpos que convivem de forma supostamente harmoniosa quando a relação se dá separada por carteiras escolares.

Charlot (2009, p. 243) enaltece que: A Educação Física não é uma disciplina ‘como as demais’. E acrescento: felizmente. Não é igual as demais porque ela lida com uma forma do aprender. Em vez de tentar anular ou esconder essa diferença, dever-se-ia destacá-la e esclarecê-la.

Nesse prisma, compreende-se que o convívio de meninas e meninos nas aulas de Educação Física precisa ser incentivado pelas e pelos docentes, buscando constantemente um ambiente lúdico, inclusivo, de fraternidade e de solidariedade. É de fundamental relevância tratar o tema gênero no âmbito escolar, tendo como alvo promover a reflexão crítica e contextualizada, defendendo que os aspectos socioculturais suprimem os aspectos biológicos. O comportamento sexista e segregador precisa ser transformado, partindo do pressuposto de que o componente

biológico não pode ser utilizado como justificativa para possibilitar a separação de meninas e meninos em qualquer etapa da educação escolar.

A prática de separar meninas e meninos na transição entre o primeiro e o segundo ciclos do Ensino Fundamental tem como pano de fundo o paradigma biológico, que estabelece a transição entre infância e puberdade como determinante para as transformações físicas que distanciam os corpos de meninas e meninos, acarretando em um desnível de performances que coloca as meninas em situação de suposta debilidade em relação aos meninos (SOUZA JÚNIOR, 2018, p. 7).

Diferenças de habilidade motora entre meninas e meninos não podem justificar as marcas das meninas como inferiores aos meninos, reproduzindo uma cultura que tradicionalmente mantinha as meninas presas em casa, movimentando-se apenas para executar os afazeres domésticos, enquanto os meninos eram e são criados livres para desfrutar uma ampla variedade de movimentos nas ruas, praças, avenidas, campos e bosques.

Com isso, a sociedade reforça um empobrecimento do repertório motor, social e cultural a que as famílias sujeitam as meninas, ao conferir-lhes apenas atividades e obrigações domésticas. E, notadamente Costa e Silva (2002, p.50) vêm salvaguardar a importância da Educação Física, sobretudo para as meninas, quando diagnostica que: “Ao rever a Educação Física na escola para as meninas, talvez possamos dizer que esta talvez signifique, em muitos casos, a única possibilidade para aprender e desenvolver as atividades físicas e corporais”.

Isto significa que, cabe à Educação Física contribuir para potencializar as singularidades e universalidades das alunas e dos alunos com acolhimento, respeito e aceitação, trabalhando com um amplo repertório cultural, partindo de experiências vividas, mas também garantir-lhes o acesso a experiências que não teriam fora da escola, levando em consideração um princípio de desenvolvimento humano, um direito e uma necessidade social.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) encontra-se presente esta mesma concepção de ser humano que acabamos de indicar, a qual demarca o seguinte:

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas

cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura (BRASIL, 2013, p. 86).

Minha experiência como professora de Educação Física das Séries Iniciais/Ciclo da Infância reforça esta perspectiva. Quero externar que as práticas corporais de jogos e brincadeiras foram e continuam sendo essenciais na minha prática pedagógica e muito apreciadas pelas e pelos estudantes, especialmente, desta faixa etária. Nesta pesquisa, escolhi trabalhar este conteúdo, por intermédio da transversalidade do gênero, valendo-me dos jogos e brincadeiras como uma prática pedagógica lúdica e prazerosa, visto que mesmo para tematizar e contextualizar qualquer outro elemento da cultura corporal, vez ou outra, me apropriava/aproprio de jogos e brincadeiras, *como um vasto repertório cultural de educativos*.

Identifico-me, sobremaneira, com Falcão *et. al* (2012, p. 618) que considera que a escolha do objeto de conhecimento jogos e brincadeiras é devida por se tratar de um “conhecimento socialmente produzido que deve ser aprendido, assistido, refletido e modificado, de modo a promover a ampliação do universo motor e cultural das/os alunas/os”.

Desta feita, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) assinalam que:

Uma atividade muito importante para a criança pequena é a brincadeira. Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz. [...] Além disso, à medida que o grupo de crianças interage, são construídas as culturas infantis (BRASIL, 2013, p. 87).

Devemos considerar que desde a infância, as crianças precisam ser conscientizadas de que há inúmeras discriminações e preconceitos em nossa sociedade, para tanto necessitamos dialogar com estas crianças sobre a existência dos marcadores sociais dentre os quais, as relações de gêneros desiguais e

injustas. Sobre isso as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) vêm refletir que:

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas (BRASIL, 2013, p. 87).

Para que a cultura infantil seja trabalhada na escola dinamicamente, um dos conteúdos propícios para educar e alfabetizar corporalmente, socializando as/os alunas/os e interagindo-as/os de maneira lúdica e cativante é a prática corporal de jogos e brincadeiras.

Quando as e os estudantes ampliam o seu acesso à cultura, as/os professoras/es tornam-se colaboradoras/es de sua formação integral, desempenhando seu papel de levar as concepções culturais e o conhecimento capazes de construir uma educação que faz jus ao seu propósito de universalizar o conhecimento científico, se constituindo como sujeitos. Destaca-se então Soares *et. al* (1992, p.66), pois em relação aos jogos, afirma que,

O jogo (brincar e jogar são sinônimos em diversas línguas) é uma invenção do homem, um ato em que sua intencionalidade e curiosidade resultam num processo criativo para modificar, imaginariamente, a realidade e o presente.

Esta relação presencia-se também, na fala de Falcão (2012), ao salientar a relevância das brincadeiras e dos jogos, enquanto experiências sociais que permitem às crianças tornarem-se sujeitos de suas atividades e ações, ao passo em que se divertem,

Ao brincar e jogar, as crianças vão se constituindo como sujeitos de sua experiência social, organizando com autonomia suas ações e interações, elaborando planos e formas de ações conjuntas, criando regras de convivência social e de participação nas brincadeiras. O trato com a brincadeira e o jogo seria uma possibilidade de compreender a criança como sujeito que produz histórias e culturas como linguagem própria, a infantil, indo além da capacidade de visualizá-la apenas como aluna/o (FALCÃO *et. al*, 2012, p. 623).

Os jogos e brincadeiras podem ter lugar de destaque na Educação Física, pois a referência é o próprio corpo e a motivação da e do discente, instante em que há uma relação de prazer, liberdade e espontaneidade nas aulas, configurando uma participação lúdica e plena ao realizar estas atividades.

[...] por intermédio do brincar, o indivíduo é capaz de estabelecer conexões entre o imaginário e o real, refletindo sobre os lugares sociais assumidos nas relações estabelecidas em grupo. Desse modo, é possível entre outras ações, questionarmos as diferentes formas de poder exercidas por meio da corporalidade, as situações de exclusão geradas de acordo com as características apresentadas pelos indivíduos, estejam elas ligadas à raça, à etnia, ao gênero, à classe social, marcas distintas de diferentes possibilidades da construção do brincar (TABORDA DE OLIVEIRA; OLIVEIRA; VAZ, 2008, p. 105).

A pluralidade e a diversidade presentes nos conteúdos da Educação Física bem como, o apreço mútuo que a professora ou o professor tem por suas e seus estudantes são fatores positivos para que a/o mesma/o repense sua prática pedagógica, criando metodologias capazes de proporcionar experiências e de gerar novas vivências, por meio do jogar e do brincar. A utilização dos jogos pedagógicos e lúdicos em diversas brincadeiras podem ser veículos contribuintes desse processo de releitura, criação e recriação por parte das/os alunas/os das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Vygotsky (1991) ressalta que ao brincar a fantasia, a imaginação e a realidade interagem-se na produção de novas possibilidades de expressão, de interpretação e de ação pelas crianças, bem como na produção de formas de se relacionar com outros sujeitos.

O jogo é bastante propício à aprendizagem crítico-reflexiva da/o aluna/o, pois a criança tem que obedecer regras e se vê frente a compartilhar com as/os coetâneas/os unicamente seus corpos e/ou os materiais disponíveis para aquela determinada atividade. O jogo e a brincadeira é um importante conteúdo para promover a igualdade de gênero, por meio de atividades cooperativas/colaborativas em que a inclusão, a ludicidade e o prazer devem ser a maior condição de sucesso dessa relação harmoniosa de tolerância, fraternidade, solidariedade e respeito.

Porém, estas unidades temáticas não são trabalhadas de forma isolada, além de serem trabalhadas de forma espiralada, são atravessadas por temas transversais como cultura, contexto social, ecologia, trabalho, valores humanos, diversidade e identidades (gênero, sexualidade, raça, geração, classe social, necessidades especiais,...) (SILVA *et.al*, 2012, p.160).

Não se deve privar a/o estudante de tal direito. Sim, é direito da/o aluna/o ter uma educação integral que a/o leve a conhecer as riquezas existentes dentro da diversidade, posto que para formar uma futura geração de pensadoras/es, governantes, mães/pais... precisa ser capaz de pensar de forma crítica, necessita ter o conhecimento de que as aulas de Educação Física proporcionam jogos e brincadeiras que permitem conhecer o outro, como sujeito autêntico e emancipado.

Para que a instituição educativa se constitua em um ambiente educativo democrático, local de diferentes aprendizagens, é necessário considerar também as diversas fases de desenvolvimento da criança, jovens e adultos respeitando as suas individualidades enquanto sujeitos de direitos. Assim, os jogos e as brincadeiras devem ter por princípios o respeito integral aos direitos do outro, a convivência democrática, a sociabilidade socioambiental e a solidariedade (BRASIL, 2013, p. 527).

Os conteúdos/elementos da cultura corporal devem contemplar atividades que evidenciem competências, de forma a promover uma troca entre meninas e meninos. Deste modo, é necessário trabalhar os princípios pedagógicos com atitude política no processo formativo. Os princípios pedagógicos têm relação direta/dialética com a teoria pedagógica definida pela/o professora/r, tomando como referência uma prática social inclusiva a todos envolvidos no processo educacional.

Desta feita, é preciso promover ações pedagógicas motivadoras, lúdicas e prazerosas, sugerindo e abordando jogos e brincadeiras, contemplando-os desde os tradicionais aos atuais, para que as/os docentes possam experimentar em seu movimento, a possibilidade de alcançar a autonomia e a emancipação em aulas equanimemente mais felizes e conectadas com sua história.

### **3. GÊNERO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: REVISTANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA.**

Este capítulo pretende descrever e consubstanciar a análise das produções acadêmicas brasileiras de 5 (cinco) renomadas revistas que abordam as questões de gênero na Educação Básica, mais detidamente no objeto de conhecimento jogos e brincadeiras. Não quero, contudo, desmerecer as contribuições de outros conteúdos igualmente importantes, que se apresentam vinculados a Educação Física e ao ambiente educacional, porém enfatizar este conteúdo culturalmente atrelado à formação humana dos sujeitos escolares.

O propósito é contribuir com uma análise e síntese do elemento da cultura corporal jogos e brincadeiras para esta produção investigativa, mergulhada no ambiente educacional, com vistas a valorizar o espírito plural e republicano, tratando o gênero como parte integrante dos direitos humanos. Busca fornecer uma estrutura de apoio teórico-metodológico que subsidie as professoras e os professores de Educação Física, acerca das problemáticas de gênero que afligem a escola e que necessitam de um engajamento e enfrentamento educacional, social, político, cultural e histórico no trato didático-pedagógico do objeto de conhecimento jogos e brincadeiras, fomentando tanto a formação docente inicial, quanto a formação continuada.

#### **3.1. Apresentação da coleta dos dados**

Relembrando a trajetória percorrida por esta pesquisa, a revisão sistemática priorizou 5 (cinco) periódicos da Educação Física brasileira, quais sejam: Revista Movimento/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS); Revista Motrivivência/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC); Revista Conexões/Universidade de Campinas (UNICAMP/SP); Revista Brasileira de Educação Física e Esportes/Universidade de São Paulo (USP/SP) e Journal of Physical Education/Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR), todos oriundos das regiões Sul e Sudeste.

Este capítulo inicia-se com a descrição dos dados desta Revisão Sistemática na plataforma eletrônica das revistas selecionadas, utilizando as 3 (três) palavras-chave: gênero (and) jogos (and) brincadeiras.

Logo após entrar com as palavras-chave nas plataformas de cada uma das 5 (cinco) revistas, elaborei quadros, sendo que o Quadro 1 mostra a distribuição geral de artigos por revista, com seus nomes, a instituição a qual pertence e a quantidade de artigos que cada revista havia publicado. Desse modo, um total de 31 (trinta e um) artigos fora capturado nas referidas revistas: 7 (sete) artigos da Movimento (UFRGS/RS); 3 (três) artigos da Revista Motrivivência (UFSC/SC); 2 (dois) artigos da Revista Conexões (UNICAMP/SP); 17 (dezesete) artigos da Revista Brasileira de Educação Física e Esportes (USP/SP) e 2 (dois) artigos da Journal of Physical Education (UEM/PR).

Os Quadros 2 ao 6 constituem a síntese correspondente a cada uma das 5 (cinco) revistas, identificando em cada um dos 5 (cinco) quadros, logo abaixo do nome e da instituição/estado, o título, as/os autoras/es e instituição/estado, o volume, o número, o(s) mês(es) e o ano de sua publicação. Seguem-se aos quadros, uma descrição que busca ressaltar alguns aspectos que chamam a atenção e que podem auxiliar e contextualizar a análise dos dados que virá no próximo item.

Para aprofundar a análise desta produção acadêmica, foi elaborado o quadro 7 (sete) contendo os 14 (catorze) artigos que, além de tratar dos descritores gênero, jogos e brincadeiras, também tratam da Educação Básica, atendendo os objetivos de pesquisa desta dissertação, vinculada ao programa de Mestrado Profissional em Educação Física, que tem na Educação Física Escolar sua área de concentração. Logo em seguida, fiz a análise sistemática do quadro 7, em que apresento as características gerais dos trabalhos, entremeando os artigos, relacionando com o referencial teórico e aprofundando em suas temáticas e discussões.

**Quadro 1. Distribuição Geral dos Artigos por Revista**

<b>Nº</b>	<b>Revista</b>	<b>Instituição</b>	<b>Quantidade de artigos</b>
1	MOVIMENTO	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	7
2	CONEXÕES	Universidade de Campinas (UNICAMP)	2
3	JOURNAL OF PHYSICAL EDUCATION	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	2
4	MOTRIVIVÊNCIA	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	3
5	BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES	Universidade de São Paulo (USP)	17
<b>TOTAL</b>			<b>31</b>

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Pode-se observar no quadro supracitado, o menor número de artigos, 2 (dois), foi encontrado na Revista Conexões e no *Journal of Physical Education*, enquanto o maior número, 17 (dezessete), foi encontrado na Revista Brasileira de Educação Física e Esportes. Com uma média de 6,2 (seis vírgula dois) artigos por periódicos, considera-se uma quantidade baixa, além da distribuição por periódico e por região do país indicar um evidente desequilíbrio.

Saliento que aparecem especialmente as regiões Sul e Sudeste, tanto em termos de instituição de vinculação das autoras e dos autores nos dados recuperados nas pesquisas, quanto nas instituições de ensino superior que mantêm revistas conceituadas no campo da Educação Física no país. Torna-se relevante, explicitar que buscamos outras revistas em outras instituições e regiões do país, porém, ou não existem revistas ativas ou suas plataformas eletrônicas não estavam funcionando para a recuperação de dados, como é o caso da Revista Pensar a

Prática da Universidade Federal de Goiás (UFG), de reconhecida importância para o campo da Educação Física escolar brasileira.

Em relação ao número de artigos recuperados por revista, ao usar os descritores concernentes a esta pesquisa, avalio que o número é baixo em relação ao total de artigos publicados em cada revista ao longo dos anos. Um exemplo disso é a Revista Brasileira de Educação Física e Esportes, uma das mais antigas e relevantes no país, a qual é mantida pela USP, instituição que é sede do mais antigo e melhor avaliado Programa de Pós-Graduação em Educação Física no país, ativo desde 1977. A plataforma eletrônica da revista apresenta artigos *online* desde 2004, sendo que há anos vem publicando 4 números por volume, por ano, com uma média de 7 a 15 artigos por número, totalizando 40 artigos em média por ano, ao longo de mais de 15 anos. O resultado recuperado dos 17 artigos que discutem gênero e jogos e brincadeiras não parece muito significativo, se contrastado ao total de artigos publicados por esta revista. O caso da Revista Conexões também chama a atenção porque só foram recuperados 2 (dois) artigos relacionados ao tema da pesquisa naquela revista. Estão *online* artigos desde 1998, ainda que com um único número neste ano, mas já no ano seguinte passando a 2 (dois) números por ano e em 2009, passando a 3 (três) números por ano e, finalmente, 4 (quatro) números por ano em 2013, o que indica um total significativo de artigos para, apenas 2 (dois) deles serem relativos a gênero e jogos e brincadeiras.

Na sequência, apresentaremos os artigos recuperados em cada uma das 5 (cinco) revistas em análise, indicando seus títulos, autoras/es, ano e volume em que foram publicados. A finalidade desta descrição inicial é mapear a produção acadêmica nesta temática, as tendências de crescimento, regiões e instituições de suas autoras e de seus autores e o enfoque que abordam, para depois seguirmos para uma análise mais aprofundada sobre as questões de gênero apresentadas no objeto de conhecimento jogos e brincadeiras.

O próximo quadro apresenta dados dos artigos da Revista Movimento e a pesquisa feita pela plataforma deste periódico, que resultou em 7 (sete) artigos recuperados com as palavras-chave pesquisadas. Observa-se que o primeiro artigo foi publicado em 2006, havendo um aumento moderado nas publicações até 2019.

## Quadro 2. Artigos da Revista Movimento

Nº	Título	Autoras/es	Volume e ano
1	Masculinidade(s) no balé: gênero e sexualidade na infância	Ileana Wenez (Universidade Federal do Espírito Santo), Christiane Garcia Macedo (Universidade Federal do Vale do São Francisco)	v. 25, jan./dez. (2019).
2	Práticas corporais e Paulo Freire: uma análise sobre a produção do conhecimento	Valdilene Aline Nogueira, Daniel Teixeira Maldonado (IFECTSP), Sheila Aparecida Pereira dos Santos Silva (USJT), Elisabete dos Santos Freire (USJT), Maria Luiza de Jesus Miranda (USJT)	v. 24, n. 4, out./dez. (2018).
3	Os Jogos das crianças nos recreios das escolas do 1º ciclo do ensino básico do norte de Portugal	Vânia Sofia Pereira (Universidade do Minho), Beatriz Pereira (Universidade do Minho), José Eugenio Rodríguez Fernández (Universidade de Santiago de Compostela), Isabel Condessa (Universidade dos Açores)	v. 24, n. 3, jul./set. (2018).
4	Caminhos da exclusão: análise do preconceito em sua manifestação nos jogos infantis	Gustavo Martins Piccolo (Universidade Federal de São Carlos)	v. 16, n. 1, (2010).
5	Análise etnográfica das relações de gênero em brincadeiras realizadas por um grupo de crianças de pré-escola: contribuições para uma pesquisa em busca dos significados	Alan Marques da Silva (UNICAMP), Jocimar Daolio (UNICAMP)	v. 13, n. 1, (2007).

6	A Construção do Gênero no Espaço Escolar	Ileana Wenez (UFRGS), Marco Paulo Stigger (UFRGS)	v. 12, n. 1, (2006).
7	Bullying nas aulas de Educação Física	Flávia Fernandes de Oliveira (Universidade Gama Filho), Sebastião José Votre (Universidade Gama Filho)	v. 12, n. 2, (2006).

Fonte: Arquivos da pesquisadora.

A autora Ileana Wenez publicou 2 (dois) artigos ao longo deste período e neste mesmo periódico. O primeiro artigo intitulado “A construção do gênero no espaço escolar” em coautoria com Marco Paulo Stigger, no ano de 2006 e ambos os autores eram vinculados a UFRGS, naquele momento, na condição de orientanda e orientador. O segundo artigo desta mesma autora, data de 2019 e tem como título: “As (des) construções de gênero e sexualidade no recreio escolar” e em coautoria com Christiane Garcia Macedo. Neste momento, observa-se que a primeira autora já está vinculada a UFES e apresenta o título de doutora, enquanto a segunda autora, também egressa do programa de pós-graduação da UFRGS, encontra-se vinculada a UFVRSF, na região nordeste do país, indicando uma continuidade e desenvolvimento de pesquisa e, talvez, uma linha de pesquisa naquela instituição.

Chama a atenção, também, o fato de que entre 2010 e 2018 não foi publicado nenhum artigo no tema, em um espaço de 8 anos que só foi quebrado por autores portugueses e espanhóis e por outro artigo neste mesmo ano de 2018, de autoria de um grupo de pesquisadoras/es de São Paulo, provenientes da USJT e do IFECTSP. As autoras e os autores dos 2 (dois) outros artigos recuperados nesta revista também são vinculadas/os a instituições públicas em cidades do interior de São Paulo, uma estadual e uma federal, respectivamente, Campinas e São Carlos.

A seguir, apresentamos o quadro com os dados dos artigos recuperados da Revista Conexões e, como podemos perceber, foram apenas 2 (dois). Este dado chama a atenção por esta revista ser situada numa das mais tradicionais instituições de formação do país (UNICAMP) e cuja publicação ocorre desde 1998, ainda que não ininterruptamente.

### Quadro 3. Artigos da Revista Conexões

Nº	Título	Autoras/es	Volume e ano
1	Recuperando, comparando e apreciando brincadeiras de rua de diferentes gerações em Bauru, SP: formação da identidade e padrão por gênero	Jorgeta Zogheib Milanezi (Universidade Estadual de Campinas), Aguinaldo Gonçalves (Universidade Estadual de Campinas), Carlos Roberto Padovani (Universidade Estadual de Campinas)	v. 6, n. 2, (2008).
2	Crianças no mundo da rua: socialização, cultura e gênero	Lídia dos Santos Zacharias (UNICAMP)	v. 1, n. 2, (1999). Publicado em 2007.

Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Os dados indicam que o primeiro artigo da Revista Conexões foi publicado em 2007, com sua primeira edição datada de 1999 e integralmente disponível online desde então, ficando, portanto, nove anos sem que nenhum artigo na temática fosse publicado. O segundo artigo desta revista foi publicado no ano seguinte, 2008 e todas/os as/os quatro autoras/es envolvidas/os nestas duas publicações são vinculadas/os à UNICAMP, universidade que também é a instituição responsável pela revista.

Não foi recuperado nenhum artigo mais recente, ou seja, nestes últimos doze anos, justamente o período em que se incrementaram as discussões de gênero no país, o que não deixa de chamar a atenção, já que a UNICAMP possui reconhecidos cursos de graduação e também um programa de pós-graduação dos mais antigos e conceituados, além da revista estar situada no estado com maior número de cursos de graduação e pós-graduação do país.

No quadro seguinte, apresentamos os artigos recuperados no Journal of Physical Education, antigamente denominada Revista de Educação Física, editada sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Maringá.

#### Quadro 4. Artigos do Journal of Physical Education

Nº	Título	Autoras/es	Volume e ano
1	Motivação de escolares das séries finais do ensino fundamental nas aulas de Educação Física	Alexandra Folle (Universidade do Estado de Santa Catarina), Fabiano Augusto Teixeira (Universidade do Estado de Santa Catarina)	v. 23, n. 1, (2012).
2	Identidade cultural e infância em uma experiência curricular integrada a partir do resgate das brincadeiras açorianas	Alexandre Fernandez Vaz (UFSC/CNPq), Leila Peters (UFSC), Cristina Doneda Losso (Prefeitura Municipal de Florianópolis)	v. 13, n. 1, (2002).

Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Nesta revista também foram recuperados apenas dois artigos utilizando os descritores com os termos-chave da pesquisa. Um dos artigos foi publicado no ano de 2002 e o outro 10 anos depois, em 2012. Coincidentemente ou não, ambos os artigos são de autoras/es vinculadas/os às instituições do Estado de Santa Catarina, situadas na cidade de Florianópolis.

Os temas dos artigos em questão estão vinculados ao âmbito educacional. Todavia, apenas o primeiro artigo “Motivação de escolares das séries finais do ensino fundamental nas aulas de Educação Física” (Alexandra Folle e Fabiano Augusto Teixeira) de 2012, trata da escola e Educação Básica no Brasil. O artigo posterior “Identidade cultural e infância em uma experiência curricular integrada a partir do resgate das brincadeiras açorianas” (Alexandre Fernandez Vaz, Leila Peters e Cristina Doneda Losso) de 2002, trata do âmbito educacional com brincadeiras de cunho tradicional da colonização da ilha. Aqui, pela primeira vez observamos uma autora que é vinculada à rede pública de Educação Básica e não a uma Universidade.

Além disso, importante lembrar que Florianópolis foi a primeira capital brasileira a tornar obrigatória a Educação Física na Educação Infantil, ainda na década de 1980, com concurso próprio para ocupação dessas vagas. Tal realidade deve ter contribuído para incrementar a produção do conhecimento voltada para essa faixa etária e ambiente educacional, como informam as/os autoras/es abaixo:

Sua relevância nasce da ênfase ao tema nos documentos que orientam a Educação Infantil no país e também naqueles elaborados pela Secretaria de Educação de Florianópolis, tanto no que se refere à Educação, em geral, quanto à Educação Física, em específico, já que o município conta, desde 1982, com a presença de profissionais dessa área em suas creches e núcleos de educação infantil (CARDOSO *et al.*, 2013, p. 69).

Os artigos recuperados na Revista Motrivivência estão apresentados no quadro 5 (cinco) a seguir e totalizam 3 (três) artigos. O primeiro artigo foi publicado em 2009 e as publicações subsequentes ocorreram nos anos de 2013 e 2016.

**Quadro 5. Artigos da Revista Motrivivência**

<b>Nº</b>	<b>Título</b>	<b>Autoras/es</b>	<b>Volume e ano</b>
1	Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino”... Aprendendo a ser “menina”	Liana Gois Leite (UNIEURO), Jane Patrícia Feijó (UNIEURO), Paula Viviane Chiés (UNIEURO)	v. 28, n. 47, (2016).
2	Jogos tradicionais/populares como conteúdo da cultura corporal na Educação Física escolar	Silvester Franchi (UFMS)	n. 40, (2013).
3	“Jogar bola, brincar na pracinha e plantar bananeira”: representações sociais de crianças sobre a Educação Física	Deise Iara Mensch (UNIJUÍ), Maria Simone Vione Schwengber (UNIJUÍ)	n. 32-33, (2009).

Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Dentre as autoras e os autores destes 3 (três) artigos recuperados, observa-se novamente a supremacia da vinculação de instituições da região sul do país, neste caso, duas vinculadas a Universidades do Rio Grande do Sul. A exceção é o artigo de 2016 com autoras/es vinculadas/os a UNIEURO, instituição privada de Brasília, Distrito Federal. A temática dos artigos recuperados nesta revista, como em quase todos os textos anteriores, está em muito vinculado à infância, aos modos de ser criança e às propostas para a educação da infância.

Por fim, apresento a seguir, o quadro com os artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Física e Esportes, periódico que está sob a responsabilidade institucional da Universidade de São Paulo (USP), instituição de referência no campo da Educação Física, como em praticamente todos os outros campos do conhecimento, na formação em nível de graduação e pós-graduação, assim como na pesquisa e produção do conhecimento.

**Quadro 6. Artigos da Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**

<b>Nº</b>	<b>Título</b>	<b>Autoras/es</b>	<b>Volume e ano</b>
1	A Educação Física na creche: tematizando as práticas corporais	Elina Elias de Macedo (USP), Marcos Garcia Neira (USP)	v. 31, n. 1, (2017).
2	A Educação Física articulada ao currículo transdisciplinar	Álvaro José Caselli (USP), Osvaldo Luiz Ferraz (USP)	v. 31, n. 3, (2017).
3	Nelson Rodrigues, leitor e escritor: "diálogos", criatividade e erudição explícita nas crônicas futebolísticas	André Mendes Capraro (UFPR), Natasha Santos (UFPR)	v. 28, n. 3, (2014).
4	Futebol: representações e práticas de escolares do ensino fundamental	Leandro Del Giudice Macagnan (UNESP), Mauro Betti (UNESP)	v. 28, n. 2, (2014).
5	As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar	Ileana Wenez (UFRGS), Marco Paulo Stigger (UFRGS), Dagmar Estermann Meyer (UFRGS)	v. 27, n. 1, (2013).
6	Rotinas, estratégias e saberes de	Mônica Urroz Sanchotene	v. 27, n. 3,

	professores de Educação Física: um estudo de caso etnográfico	(UFRGS), Vicente Molina Neto (UFRGS)	(2013).
7	Representações sociais do corpo: um estudo sobre as construções simbólicas em adolescentes	Leonéa Vitória Santiago (UFAL), Noêmia Belém de Oliveira (Instituto Superior de Maia), Alexandre Magno Câncio Bulhões (UFAL), Antonio Carlos Simões (USP)	v. 26, n. 4, (2012).
8	A educação física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação	Luciana Venâncio (EMEF Antônio Carlos de Andrada e Silva), Suraya Cristina Darido (UNESP)	v. 26, n. 1, (2012).
9	Interações sociais e proficiência motora em escolares do ensino fundamental	Luciane Akemi Miyabayashi (UEM), Giuliano Gomes de Assis Pimentel (UEM)	v. 25, n. 4, (2011).
10	Adolescente em conflito com a lei e sua noção de regras no jogo de futsal	Maria do Carmo Monteiro Kobayashi (UNESP), Valéria Cristina Zane (UNESP)	v. 24, n. 2, (2010).
11	Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico	Victor Andrade de Melo (UFRJ)	v. 24, n. 1, (2010).
12	O surfe no cinema e a sociedade brasileira na transição dos anos 70/80	Victor Andrade de Melo (UFRJ), Rafael Fortes (UFF)	v. 23, n. 3, (2009).
13	Práticas pedagógicas de dois professores mestres em educação física escolar e o tratamento da dimensão conceitual dos conteúdos	André Minuzzo de Barros (UNESP), Suraya Cristina Darido (UNESP)	v. 23, n. 1, (2009).
14	O jogo como precursor de valores no contexto escolar	Silvio Sena (UNESP), José Milton de Lima (UNESP)	v. 23, n. 3, (2009).
15	Interação social em aulas de educação física	Braulio Rocha (UNICAMP), Pedro José Winterstein	v. 23, n. 3, (2009).

		(UNICAMP), Silvia Cristina Franco Amaral (UNICAMP)	
16	Trajatória e travessias do desenvolvimento humano	Maria Beatriz Rocha Ferreira (UNICAMP)	v. 21, (2007). Número Especial.
17	Jogo e pluralidade cultural: estudo exploratório com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte e Educação Física	Selma Carneiro Felipe Knijnik (UNESP), Jorge Dorfman Knijnik (UNESP)	v. 19, n. 4, (2005).

Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Este periódico teve o maior resultado dentre as demais, com 17 (dezessete) artigos relacionados às palavras-chave pesquisadas. Seu primeiro artigo é datado de 2005 e desse momento em diante, houve um aumento significativo até o ano de 2017, sendo o ano de 2009 aquele que teve o maior número de publicações com 4 (quatro) artigos no total.

O que chama a atenção aqui, especialmente considerando o maior número de artigos e de autoras/es dentre todas as revistas pesquisadas, é que todos os artigos têm autoras/es vinculadas/os às instituições das regiões sul e sudeste. A exceção é o artigo intitulado “Representações sociais do corpo: um estudo sobre as construções simbólicas em adolescentes”, que tem como autoras/es Leonéa Vitória Santiago (UFAL), Noêmia Belém de Oliveira (Instituto Superior de Maia), Alexandre Magno Câncio Bulhões (UFAL), Antonio Carlos Simões (USP), sendo, portanto, dois ligados a Universidade Federal de Alagoas, uma vinculada ao Instituto Superior de Maia, na cidade portuguesa de Maia, localizada ao norte de Portugal, sendo que o último professor é titular da (USP) e orientador de doutorado do penúltimo autor listado no artigo.

Dentre os artigos recuperados está um intitulado “As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar” de 2013, cujas/os autoras/es são Ileana Wenez (UFRGS), Marco Paulo Stigger (UFRGS), Dagmar Estermann Meyer

(UFRGS), os dois primeiros já encontrados com publicações na Revista Movimento, especialmente Ileana Wenez com dois artigos naquele periódico.

Nesta listagem de artigos recuperados da Revista Brasileira de Educação Física e Esportes, também foi localizada uma professora de rede pública municipal como coautora do artigo intitulado “A Educação Física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação”. É o caso de Luciana Venâncio (EMEF Antônio Carlos de Andrada e Silva) que publica juntamente com sua orientadora de mestrado, Suraya Cristina Darido (UNESP).

### **3.2. Análise dos dados**

Para iniciar este item, gostaria de reiterar que esta pesquisa foi estimulada por uma série de questionamentos inerentes ao meu contexto profissional, na tentativa de responder às demandas do meu cotidiano pedagógico, cujo caráter pessoal é acrescido de uma dimensão histórica, cultural, política e social, assim como de colegas professoras e professores que vivenciam os mesmos dilemas da prática pedagógica. Ao repensar uma das problemáticas da Educação Física que tem uma episteme imperativa neste trabalho – o gênero - remeteu-me à constatação de uma desigualdade que acomete as relações estabelecidas entre sujeitos e grupos sociais considerados estigmatizados/rotulados, inclusive no universo escolar.

Com este propósito, busquei nesta exposição, contar como se deu toda esta averiguação sistematizada, a qual possui o intento de encontrar possíveis mediações, alternativas, apontamentos e encaminhamentos didático-pedagógicos para vislumbrar uma contribuição a toda a classe educativa, sobretudo às/aos docentes de Educação Física escolar, categoria da qual eu faço parte. Por conseguinte, adicionei a este cenário investigativo, as palavras-chave escola/instituição escolar e Educação Básica, primordialmente à atuação da Educação Física, com a intenção de filtrar ainda mais os 31 (trinta e um) artigos encontrados nestes 5 (cinco) periódicos elencados. Com o uso destes novos descritores ligados a Educação Básica, aprofundando mais os critérios de seleção, sobressaíram-se 14 (catorze) artigos, contextualizados com todas as palavras-chave pretendidas e concernentes ao contexto educacional.

Após a leitura detalhada e aprofundada de cada um destes 14 (catorze) artigos, eu me detive a analisar minuciosamente os elementos mais substanciais que estes poderiam oferecer a esta pesquisa, a partir de determinadas questões pertinentes a esta nova etapa da revisão sistemática. As perguntas/questionamentos para a reflexão e análise são norteadoras e imprescindíveis e podem ser assim explicitadas: i) Com quais abordagens e tipos de pesquisa e metodologia estes estudos foram realizados? ii) Houve cuidados com a realização das pesquisas de campo? Quais cuidados? iii) Como o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras e/ou demais conteúdos foram trabalhados na relação com o tema gênero? iv) Os objetivos foram atingidos? v) Que etapas da Educação Básica abrangeram? vi) Quais foram as/os participantes pesquisadas/os? vii) Houve produção de materiais científico/didático/pedagógicos relevantes para as/os professoras/es de Educação Física, estagiárias/os e graduandas/os e/ou graduadas/os?

A seguir, encontra-se o quadro com os dados dos 14 (quatorze) artigos selecionados para esta etapa da pesquisa.

**Quadro 7. Artigos Selecionados para a Análise**

<b>Nº</b>	<b>Revista</b>	<b>Título</b>	<b>Autoras/es</b>	<b>Volume e ano</b>
1	MOVIMENTO (UFRGS)	Masculinidade(s) no balé: gênero e sexualidade na infância	Ileana Wenez (Universidade Federal do Espírito Santo), Christiane Garcia Macedo (Universidade Federal do Vale do São Francisco)	v. 25, jan./dez, (2019).
2	BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (USP)	A Educação Física na creche: tematizando as práticas corporais	Elina Elias de Macedo (USP), Marcos Garcia Neira (USP)	v. 31, n. 1, (2017).
3	MOTRIVIVÊNCIA (UFSC)	Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino”...	Liana Gois Leite (UNIEURO), Jane Patrícia Feijó (UNIEURO), Paula	v. 28, n. 47, (2016).

		Aprendendo a ser “menina”	Viviane Chiés (UNIEURO)	
4	BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (USP)	As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar	Ileana Wenez (UFRGS), Marco Paulo Stigger (UFRGS), Dagmar Estermann Meyer (UFRGS)	v. 27, n. 1, (2013).
5	MOTRIVIVÊNCIA (UFSC)	Jogos tradicionais/populares como conteúdo da cultura corporal na Educação Física escolar	Silvester Franchi (UFSM)	n. 40, (2013).
6	BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (USP)	A educação física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação	Luciana Venâncio (EMEF Antônio Carlos de Andrada e Silva), Suraya Cristina Darido (UNESP)	v. 26, n. 1, (2012).
7	JOURNAL OF PHYSICAL EDUCATION (UEM)	Motivação de escolares das séries finais do ensino fundamental nas aulas de Educação Física	Alexandra Folle (Universidade do Estado de Santa Catarina), Fabiano Augusto Teixeira (Universidade do Estado de Santa Catarina)	v. 23, n.1, (2012).
8	MOVIMENTO (UFRGS)	Caminhos da exclusão: análise do preconceito em sua manifestação nos jogos infantis	Gustavo Martins Piccolo (Universidade Federal de São Carlos)	v. 16, n. 1, (2010).
9	MOTRIVIVÊNCIA (UFSC)	“Jogar bola, brincar na pracinha e plantar	Deise Iara Mensch (UNIJUÍ), Maria Simone	n. 32-33, (2009).

		bananeira”: representações sociais de crianças sobre a educação física	Vione Schwengber (UNIJUÍ)	
10	BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (USP)	O jogo como precursor de valores no contexto escolar	Silvio Sena (UNESP), José Milton de Lima (UNESP)	v. 23, n. 3, (2009).
11	BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (USP)	Interação social em aulas de educação física	Braulio Rocha (UNICAMP), Pedro José Winterstein (UNICAMP), Silvia Cristina Franco Amaral (UNICAMP)	v. 23, n. 3, (2009).
12	MOVIMENTO (UFRGS)	Análise etnográfica das relações de gênero em brincadeiras realizadas por um grupo de crianças de pré-escola: contribuições para uma pesquisa em busca dos significados	Alan Marques da Silva (UNICAMP), Jocimar Daolio (UNICAMP)	v. 13, n. 1, (2007).
13	MOVIMENTO (UFRGS)	A Construção do Gênero no Espaço Escolar	Ileana Wenez (UFRGS), Marco Paulo Stigger (UFRGS)	v. 12, n. 1, (2006).
14	MOVIMENTO (UFRGS)	Bullying nas aulas de educação física	Flávia Fernandes de Oliveira (Universidade Gama Filho), Sebastião José Votre (Universidade Gama Filho)	v. 12, n. 2, (2006).

Fonte: Arquivos da pesquisadora.

A análise dos artigos selecionados foi realizada por meio de orientação numérica presente no Quadro 7, com o objetivo de deixar a leitura mais fluída. Nesta intenção, com vistas a estabelecer a metodologia dos artigos que fundamentaram esta análise sistemática, observa-se que dentre os 14 (catorze), a grande maioria, composta de 12 (doze) artigos, tiveram uma abordagem qualitativa e as/os autoras/es mais citadas/os foram: (BOGDAN,1994; KNAUTH, 2000; MOLINA NETO; TAYLOR, BOGDAN, 1996; TRIVIÑOS, 1999).

Apenas o artigo 7 “Motivação de escolares das séries finais do ensino fundamental nas aulas de Educação Física” (2012), de Alexandra Folle (UFSC/SC) e Fabiano Augusto Teixeira (UDESC/SC) teve uma abordagem quantitativa (SERAPIONI, 2000), bem como apenas o artigo 10 “O jogo como precursor de valores no contexto escolar” (2009), de Sílvio Sena (UNESP/SP) e José Milton de Lima (UNESP/SP) apresentou uma abordagem qualitativa-quantitativa, com predominância qualitativa.

Quanto aos tipos de pesquisa, sobressaíram-se as pesquisas etnográficas (ANDRÉ, 1995, 2000; STIGGER, 2002) com um total de 5 (cinco) artigos: Sendo os artigos 1, 2, 4, 12 e 13. O artigo 14 “Bullying nas aulas de Educação Física” (2006), de autoria de Flavia Fernandes de Oliveira (UGF/RJ) e Sebastião Josué Votre (UGF/RJ) trata de uma pesquisa que consta de relatos da própria coautora do artigo, cujas análises são de alguns casos típicos do fenômeno bullying (FANTE, 2005; NUNAN, 2003; SAFFIOTI, 1987). A “análise das condições sociais de funcionamento dos enunciados performativos que funcionam sempre que aquele que os produz tem autoridade ou poder para fazê-lo”, análise realizada pelo viés do antropólogo e sociólogo-Bourdieu (1996, p. 61), o qual tomou como base as pesquisas clássicas de Austin e Searle sobre atos de linguagem/filosofia da linguagem.

O artigo 9 “Jogar bola, brincar na pracinha e plantar bananeira”: representações sociais de crianças sobre a Educação Física” (2009), de Deise Iara Mensch (UNIJUÍ/RS) e Maria Simone Vione Schwengber (UNIJUÍ/RS) foi resultado de uma pesquisa de representação social (GUARESCHI, 1995) com dinâmicas, entrevistas, observações e ilustrações.

O artigo 10 “O jogo como precursor de valores no contexto escolar” (2009), de Sílvia Sena (UNESP/SP) e José Milton de Lima (UNESP/SP) foi uma pesquisa de intervenção, com registros escritos e intervenções dos pesquisadores em relação às crianças.

O artigo 7 “Motivação de escolares das séries finais do ensino fundamental nas aulas de Educação Física” (2012), de Alexandra Folle (UFSC/SC) e Fabiano Augusto Teixeira (UDESC/SC) foi uma pesquisa de estudo descritivo, em que foi utilizado um questionário de múltipla escolha adaptado de Darido (2004).

A pesquisa do artigo 5 “Jogos Tradicionais/Populares como conteúdo da cultura corporal na Educação Física escolar” (2013) de Silvester Franchi (UFSM/RS) foi um relato de experiência, com questionários de investigação. Já o artigo 6 “A Educação Física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação” (2012), de Luciana Venâncio (EMEF Antônio Carlos de Andrada e Silva) e Suraya Cristina Darido (UNESP/SP) foi uma pesquisa realizada pelo método de observação sistemática, com uma entrevista semiestruturada pela professora da turma. O artigo 1 “Masculinidade(s) no balé: Gênero e sexualidade na infância” (2019), de Ileana Wenez (UFES/ES) e Christiane Garcia Macedo (UFVSP/PE) também foi construído, mediante entrevistas semiestruturadas (ALBARELLO et al., 1997).

Um total de 7 (sete) pesquisas foram registradas em um diário de campo, sendo os artigos: 1, 2, 4, 5, 8, 12 e 13 nos quais foram realizadas entrevistas, conversas entre as crianças, observações e filmagens.

Os artigos 1, 2, 4 e 13 retratam uma pesquisa com descrição da realidade, enquanto o artigo 11 “Interação social em aulas de Educação Física” (2009), de Bráulio Rocha (UNICAMP/SP), Pedro José Winterstein (UNICAMP/SP) e Sílvia Cristina Franco Amaral (UNICAMP/SP) teve seus dados categorizados em três esferas situacionais: participação, atividade e relacionamento com transcrições e filmagens. O artigo 10, de Sena e Lima (2009) foi também de cunho descritivo e teve a formalização do diagnóstico que se deu em três etapas: Etapa diagnóstica; Etapa de intervenção 1; e Etapa de intervenção 2.

Dentre os 14 (catorze) estudos, todos foram realizados como pesquisas de campo, sinalizando que em meio a estas, o artigo 5, de Franchi (2013) foi concebido como uma revisão bibliográfica. O artigo 6, de Venâncio e Darido (2012) aborda uma pesquisa de análise sistemática e de revisão bibliográfica do tipo pesquisa-ação, cujas/os autoras/es mais citadas/os foram: Betti (2009); Bracht *et al.* (2003); Elliott (1998); Pereira (1993, 1998); Thiollent (2000).

Dando prosseguimento, tento aprofundar um pouco mais nos tipos de fundamentos teórico-metodológicos. A vertente mais utilizada nas pesquisas foi o Pós-Estruturalismo de Michel Foucault (2002), a qual foi abordada em 5 (cinco) artigos: 1, 6, 7, 12 e 14. Também foi identificado artigos fundamentados nas vertentes dos Estudos Culturais, cujas/os autoras/es mais mencionadas/os foram: Costa Vorraber (2000); Fabri Dermatini (2002); Geertz (1999); Hall (1997); Meyer (2000, 2001); Silva (1999, 2000a, 2000b); Veiga-Neto (1996, 2000); Wortmann Castagna (2002).

Para os Estudos de Gênero as/os autoras/es mais mencionadas/os foram: Altmann (1998); Cruz (2004); Gonçalves (2004); Grugeon (1995); Louro (2001); Meyer (2003); Thorne (1997). Não obstante, somando-se a estes trabalhos, o artigo 3 “Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino” ... Aprendendo a ser “menina” (2016), de Liana Gois Leite (UNIEURO/DF), Jane Patrícia Feijó (UNIEURO/DF) e Paula Viviane Chiés (UNIEURO/DF), apesar de não estar explicitamente vinculado aos fundamentos teórico-metodológicos, trata-se de um estudo que assume a Psicologia Social do Desenvolvimento (PEREIRA; JESUÍNO, 1985) e do Construtivismo de Piaget (1983), sendo uma pesquisa de forte aproximação com os Estudos Feministas (BEAUVOIR, 1970; SCOTT, 1989; 1995) e com os Estudos de gênero, cujas/os autoras/es mais destacadas/os foram: Altmann (1998); Beraldo (1993); Finco (2003); Mariano e Altmann (2016); Mello (2001); Morais (2004); Sayão (2001, 2002); Souza e Rodrigues (2002); Vianna e Finco (2009); Wanderlind (2006), que apresentaram os escritos de Scott (1989;1995), como uma importante categoria de análise.

Um enfoque relevante para a Educação Física escolar é a Teoria Crítico-Superadora (SOARES *et al.*,1992), a qual está presente em 3 (três) artigos

estudados: 5, 6 e 9. Outra abordagem igualmente importante é a da Cultura Corporal de Movimento, cujas/os autoras/es mais proeminentes nestes estudos foram: Bracht (2001; 2003); Betti (1998, 2009); Darido (2005), sendo esta fundamentação presente em 3 (três) artigos: 6, 7 e 9.

O artigo 6, intitulado “A Educação Física escolar e o projeto político pedagógico: um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação” (2012), de Luciana Venâncio (EMEF Antônio Carlos de Andrada e Silva) e Suraya Cristina Darido (UNESP/SP), para além da importante abordagem mencionada, trata-se de uma proposta que subsidia tanto a formação inicial, quanto a formação continuada de professoras/es de Educação Física escolar de toda a Educação Básica, cujas/os autoras/es que mais sobressaíram foram: Bourdieu; Passeron (1992); Cury (1997); Daolio (2000); Darido (2005); Freire (1989); Freire (2001); Frigotto (1996); Gadotti (2001); Imbernon (2002); Libâneo (1998); Nóvoa (1995); Paes (2002); Palma Filho (1998); Rios (1995); Sacristán (1999); Sanches Neto *et al.* (2006), a fim de poder pensar/repensar a escola, a educação e a própria Educação Física.

O artigo 12 “Análise etnográfica das relações de gênero em brincadeiras realizadas por um grupo de crianças de pré-escola: contribuições para uma pesquisa em busca dos significados” (2007), de Alan Marques da Silva (UNICAMP) e Jocimar Daolio (UNICAMP), trata de uma análise que compreende o referencial das Ciências Humanas, derivada de metodologia fornecida pela Antropologia Social, cujas/os autoras/es mais citadas/os foram: Azzan Júnior (1993); Kuper (2002); Laplantine (1998); Oliveira (1997); Sirota (2001); Tedrus (1998), bem como das categorias de gênero, mencionadas pelas/os autoras/es: Delamont (1985); Scott (1990); Louro (1995; 1999); Luz Júnior (2003); Marques da Silva (2003).

“A temática do gênero também é abordada pelas pesquisas em Ciências Humanas nas mais diversas áreas, tais como a História, a Sociologia, a Antropologia e também na própria Educação Física” (MARQUES DA SILVA; DAOLIO, 2007, p.16).

Uma parte considerável dos artigos, num total de 3 (três): 3, 12 e 13 trabalha unicamente o conteúdo de brincadeiras (BEE, 1985; MARQUES DA SILVA, 2003), enquanto 4 (quatro) artigos: 4, 5, 10 e 11 apropriaram-se essencialmente do

conteúdo jogos (ABERASTURY, 1992; CAILLOIS, 1990). Há 3 (três) artigos: 2, 8 e 14 que abordaram o objeto de conhecimento: jogos e brincadeiras. Em 1 (um) artigo, o 7, as brincadeiras, os esportes (VAZ, 2005), a teoria sobre esportes e a importância e benefícios da atividade física são também conteúdos.

Foi possível identificar 1 (um) artigo, o 1 em que o conteúdo pesquisado foi danças, cujas/os autoras/es mais estudadas/os foram: Andreoli (2011); Araújo (2017); Assis (2012); Gonçalves (2014); Hanna (1999); Jowitt (2010); Melo (2009); Saraiva (2003). Estas danças foram desenvolvidas com o balé: Araújo (2017); Melo; Lacerda (2009); Santos (2009) e o hip-hop: Seffner; Santos (2012). Assim como, há 1 (um) artigo, o 9, que abordou apenas conteúdos conceituais e atitudinais, como: Dinâmica das palavras soltas e Ilustração e descrição das falas, com o tema: “aula de Educação Física”. Há, ainda, 1 (um) artigo, o 6 em que os conteúdos elencados foram os temas: Escola e Educação (visão das participantes), Organização dos conteúdos/conhecimentos dos componentes curriculares da escola, currículo escolar, Projeto Político Pedagógico (PPP), cujas/os autoras/es mais retratadas/os foram: Mota e Silva e Venâncio (2005); Vale (1998, 1999); Veiga (1995, 1998, 1999); Venâncio (2003, 2006, 2005a, 2005b), Educação Física escolar e PPP: Betti (1998, 2009); Bracht (2001); Freire (1989); Freire (2001) e avaliação dos encontros.

Dentre os 14 (catorze) artigos, a grande maioria destes, aborda pesquisas do desenvolvimento da infância. Há 4 (quatro) artigos: 2, 3, 8 e 12 que são exclusivamente da Educação Infantil e 6 (seis) artigos: 4, 5, 9, 10, 11 e 13 que abrangem os Anos Iniciais, havendo apenas 1 (um) destes artigos, o 1, que aborda da Educação Infantil até os Anos Iniciais, perfazendo, desse modo, 11 (onze) artigos do desenvolvimento da infância. Há 1 (um) artigo, o 14, que transita da Infância/Anos Iniciais até a Adolescência/Anos Finais e há 1 (um) artigo, o 7, que aborda unicamente o desenvolvimento da Adolescência/Anos Finais. Ressalto ainda que, para além de todos esses estudos, há 1 (um) artigo, o 6, cuja análise foi feita pelas próprias professoras de Educação Física participantes da pesquisa, num trabalho conjunto com a autora do mesmo texto, tratando-se de aspectos norteadores e relevantes para o desenvolvimento docente do Ensino Fundamental.

Dentre os 11 (onze) artigos que tratam do desenvolvimento da infância, 4 (quatro) tratam exclusivamente da Educação Infantil, quais sejam:

O artigo 2, “A Educação Física na creche: tematizando as práticas corporais” (2017), de Elina Elias de Macedo (USP/SP) e Marcos Garcia Neira (UNICAMP/SP) é o resultado de uma pesquisa realizada numa instituição escolar pública paulista. Esta análise evidenciou uma ampla colaboração/cooperação da comunidade escolar observada. A professora da turma foi bastante atuante e problematizou a ocorrência social das manifestações produzidas pela linguagem corporal, numa escola que reconhece que a prática corporal deve ser tematizada/contextualizada porque é um vasto elemento da cultura. A equipe escolar foi muito prestativa, possuindo um ambiente educacional que incentivava brincadeiras e conversas entre as crianças. A cultura infantil foi respeitada e as relações de gênero mostraram-se igualitárias e equânimes, como constatado em brincar de “casinha” X brincar de “marido”. O texto compreende que a prática corporal não é neutra ou isenta e se constitui também como espaço de luta por validação de significados, articulando e integrando diversos saberes, rompendo com o hábito de uma Educação Física infantil exclusivamente motora. Este argumento visibiliza e subsidia a importância da professora e do professor licenciada/o para o componente curricular configurar a legitimidade da Educação Física na Educação Infantil, harmonizando e compatibilizando com os princípios democráticos propostos para a Educação Básica da escola pública e republicana.

Para tanto, as atividades pedagógicas contemplam experiências que viabilizam a vivência das práticas corporais pertencentes ao universo cultural próximo e afastado, e a reflexão crítica acerca das diversas formas de representação cultural veiculadas pelas brincadeiras, danças, mímicas, cantigas, etc., oferecendo a cada criança a oportunidade de posicionar-se enquanto produtora de cultura corporal (MACEDO; NEIRA, 2017, p. 100).

O artigo 3, “Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino” ... Aprendendo a ser “menina” (2016), de Liana Gois Leite (UNIEURO/DF), Jane Patrícia Feijó (UNIEURO/DF) e Paula Viviane Chiés (UNIEURO/DF) é um estudo ocorrido em um Centro de Educação Infantil da rede privada de ensino de

Brasília/DF e teve como propósito, analisar as relações entre os diferentes gêneros e a maneira como eles se expressam no “brincar” em crianças da primeira infância. Discutiu-se possibilidades de intervenção para a desconstrução de formas rígidas de expressão lúdica na criança, refletindo acerca do quanto o meio em que a criança vive, influencia no modo como brincam, havendo interação em alguns momentos (meninas x meninos).

A brincadeira apareceu de forma espontânea entre as crianças, as quais fizeram a escolha pelo tipo de brinquedo e/ou brincadeira sem constrangimentos ou pudores. “Os jogos e as brincadeiras são mecanismos de aprendizado cognitivo e social, se caracterizando como um momento de descoberta da realidade por parte das crianças de maneira espontânea e expressiva” (LEITE, FEIJÓ; CHIÉS, 2016, p. 211).

Considero possível corroborar a hipótese de que os estereótipos vinculados a papéis sexuais, aos comportamentos pré-determinados, aos preconceitos e às discriminações são construções culturais, existentes nas relações dos adultos, mas que ainda não conseguiram contaminar totalmente a cultura da criança.

A pesquisa apresentou os cuidados necessários com as/os participantes: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de acordo com a Resolução CNS 196/96 que normatiza pesquisa com seres humanos, explicando os objetivos e procedimentos da pesquisa. Estes também receberam esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, a divulgação de dados, o anonimato das/os participantes do estudo, e que não haveria nenhum custo, ônus ou benefício.

A pesquisa proporcionou um importante material de investigação para professoras e professores de Educação Física, pois trata-se de um artigo de fácil compreensão e interpretação a todas/os as/os docentes que pretendem transformar as relações de gênero em suas instituições escolares.

O artigo 8, “Caminhos da exclusão: análise do preconceito em sua manifestação nos jogos infantis” (2010), de Gustavo Martins Piccolo (UFSCar/SP) é um artigo que está compreendido na síntese da dissertação de mestrado do referido autor, o qual procurou entender como as categorias analíticas de gênero e raça

estão presentes na produção do preconceito, identificado como um fenômeno sociocultural negativamente influente em crianças escolares.

Buscou-se em cada uma destas categorias, as contradições componentes da totalidade histórica que poderiam nos levar dialeticamente à superação e à transformação do preconceito dentro da escola, por meio de jogos e brincadeiras, almejando uma Educação Básica com igualdade/equidade de gênero e raça.

Trata-se de um estudo que destacou a pertinência das atividades mediadoras estabelecidas pelas professoras que exerceram interferências/intervenções significativas ao tipo de relação social assumida entre as/os coetâneas/os, com vistas à transformação do preconceito de raça e de gênero em uma possível materialização de relações dialógicas e cooperativas.

O estudo foi realizado no parque de uma escola situada em uma cidade no interior do Estado de São Paulo. A pesquisa apresentou a dissertação do autor deste artigo, como uma produção relevante, pois foi uma análise que deixou um valioso material de estudo e pesquisa para as/os docentes de Educação Física.

Contudo, o próprio autor considerou para este artigo/recorte de sua dissertação, os dizeres: “[...] nossa atuação não criou novos contextos pedagógicos mediativos” (PICCOLO, 2010, p.196).

O artigo 12 que tem como título “Análise etnográfica das relações de gênero em brincadeiras realizadas por um grupo de crianças de pré-escola: contribuições para uma pesquisa em busca dos significados” (2007), de Alan Marques da Silva (UNICAMP) e Jocimar Daolio (UNICAMP) é uma investigação da inter-relação entre uma das etapas da Educação Básica, que é a Educação Infantil, as categorias de infância, as categorias de gênero e a instituição escolar. Este estudo ocorreu em uma escola pública de Campinas/SP, em um ‘momento do parque’, enquanto as crianças vivenciavam brincadeiras, ora livremente, ora de modo dirigido.

(...) é importante salientar como o jogo/brincadeira promove a criação de grupos sociais diferenciados, que exprimem suas diferenças pelo e através do jogo nas mais diferentes atividades. Dessa forma, meninos e meninas são testados constantemente pelos próprios grupos na definição do lado em que estão nesse jogo do “gênero”, através de mecanismos criados pelos próprios grupos (MARQUES DA SILVA; DAOLIO, 2007, p. 29).

Durante a pesquisa foi observado um entrelaçamento de relações de poder, tanto masculino quanto feminino, na exclusão que meninos faziam com as meninas e vice-versa, sobretudo nos espaços/tempo “palco (dança)” X “pátio (futebol)”. Esta complexidade esteve presente na organização e realização das brincadeiras em relação à concepção de infância e gênero no ambiente escolar, por um viés cultural de separação de gênero, avidamente percebido por variações de violência simbólica e física, existentes no chão da escola, os quais são repassados às crianças pelo mundo adulto.

Esta pesquisa apresentou o próprio artigo como uma importante produção de materiais, a todas/os nós, professoras/es de Educação Física sinalizando para a ideia de realizarmos uma autocrítica, por intermédio dessas vivências ocorridas na hora do parque, a fim de ficarmos atentas/os e verificarmos se, de fato, estamos ou não em um bom caminho na direção e mediação de nossas aulas ou se precisamos repensar mais em nossas atitudes e práticas pedagógicas.

Conquanto haja o objetivo de buscar melhorias/aprimoramentos para promover a igualdade/equidade de gênero em nossas instituições escolares, cabe a nós docentes, a tentativa de desconstruir concepções binárias estereotipadas que se encontram impregnadas na cultura escolar, tanto em nossas ‘horas do parque’, quanto em nossas aulas propriamente ditas.

Retomando os artigos que abordam o desenvolvimento da infância, nesse instante, retrataremos os 6 (seis) estudos que contemplam os Anos Iniciais:

O artigo 5, “Jogos Tradicionais/Populares como conteúdo da cultura corporal na Educação Física escolar” (2013) de Silvester Franchi (UFSM/RS) é uma pesquisa proveniente do subprojeto “Cultura Esportiva da Escola”, cujo intento é o de ser uma complementação às aulas de Educação Física, via Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

As atividades ocorriam no turno inverso ao período de estudo das/os participantes da pesquisa. O estudo teve a pretensão de ser um meio para instigar as crianças a vivenciarem os jogos tradicionais/populares que fizeram parte da infância da maioria de seus familiares/entes mais velhos.

Desta feita, houve a tentativa de se resgatar culturalmente esta prática social que é desconhecida da maioria destas/es alunas/os, haja vista que são pouco praticados atualmente, tanto nos momentos de lazer, quanto na escola - importante espaço de intervenção pedagógica. A maior dificuldade encontrada perante este elemento da cultura corporal foi a de conciliação dos gêneros. Houve a busca por diferentes formas de tratar pedagogicamente os conteúdos de menor aceitação, incentivando as meninas e os meninos a reinventarem novas formas de jogar, aumentando ou diminuindo a dificuldade, mudando as regras, o campo de jogo. Esperava-se uma harmonia entre os gêneros, ao tentar resgatar a prática dos referidos jogos na escola. No entanto, mesmo com incentivos, as alunas e os alunos não conseguiram superar o pré-conceito generificado que demonstraram nas aulas. Mesmo que, infelizmente, a fraternidade, a solidariedade e a parcimônia entre os gêneros não tenha ocorrido nas referidas aulas, particularmente considere este trabalho muito interessante, haja vista que há neste estudo uma proposta de resgate de jogos tradicionais/populares, imbuída de uma preocupação com a boa convivência entre os gêneros, por isto traz uma importante contribuição à comunidade universitária, bem como à comunidade escolar.

Este subprojeto foi realizado por Franchi, enquanto graduando. É um trabalho imperioso para que professoras/es de Educação Física graduandas/os (bolsistas ou não) e graduadas/os (atuantes ou ainda não, no chão da escola), sejam provocadas/os pedagogicamente a compreender como se deu o desenvolvimento das aulas com o conteúdo jogos tradicionais/populares, bem como viabilizar o desenvolvimento destas atividades, sob a visão de um bolsista do PIBID/EFD. O PIBID contribui de maneira significativa para a formação inicial de graduandas/os, e para a formação continuada, de professoras/es da universidade e da escola que encontram-se presentes no programa, sendo estimulada a convivência de ações educativas, esportivas e de lazer entre a escola, a UFSM e a sociedade.

Para as/os professoras/es das escolas torna-se muito importante este programa, na continuação de seus estudos e qualificação profissional, sabendo que existem poucos projetos e políticas de formação continuada, principalmente por haver pouco incentivo dos governos (FRANCHI, 2013, p.170).

O artigo 9, “Jogar bola, brincar na pracinha e plantar bananeira”: representações sociais de crianças sobre a educação física” (2009), de Deise Iara Mensch (UNIJUÍ/RS) e Maria Simone Vione Schwengber (UNIJUÍ/RS) é uma única pesquisa de representação social, realizada com uma/um professora/r de Educação Física licenciada/o versus uma/um professora/r unidocente. Este artigo conseguiu certificar a legitimidade e a justificativa do nosso componente curricular, estabelecendo o quão singular é a presença atuante da/o professora/r de Educação Física para o desenvolvimento da infância. Investigou-se a relação estabelecida no desenvolvimento e na aprendizagem de ambas as aulas de Educação Física para o repertório cultural destas crianças, por intermédio de conteúdos conceituais e atitudinais, utilizando-se de desenhos e interpretações de texto.

Constatou-se que na escola a qual a/o professora/r era licenciada/o em Educação Física, as/os aprendentes garantiram um leque diversificado de vivências em seu acervo cultural corporal, uma vez que somente esta/e profissional conseguiu dar um tratamento pedagógico sistematizado e adequado a estes conteúdos, justificando-os e legitimando-os.

O artigo 10 “O jogo como precursor de valores no contexto escolar” (2009), de Sílvia Sena (UNESP/SP) e José Milton de Lima (UNESP/SP) é uma pesquisa que constitui-se como parte do Projeto Alternativo: “Desenvolvimento Psicomotor da criança”, estruturado na rede municipal de ensino de Presidente Prudente/SP. Para a realização desta pesquisa, a Secretaria Municipal de Educação indicou três unidades de ensino (UE) para serem atendidas pelo projeto, dentre as quais a escola que abrigou esta pesquisa.

A equipe administrativo-pedagógica de cada unidade de ensino selecionou as/os educandas/os indisciplinados e/ou antissociais para serem os participantes deste estudo. Investigou-se o jogo como um recurso pedagógico precursor na socialização de valores, no contexto escolar. A incorporação dos valores de cooperação, solidariedade, respeito mútuo e perseverança foi delimitada como um importante objeto de trabalho e análise.

Por conseguinte, houve uma sensível diminuição na incidência de agressões físicas e verbais e um maior uso do diálogo, frente à necessidade da resolução de

conflitos gerados nas situações lúdicas e um maior respeito às decisões coletivas e consequente redução de atitudes de discriminação e exclusão. Diante dessa pesquisa, consolida-se que o jogo é um elemento de natureza social, compreendido como um dos componentes da cultura corporal que enriquece a cultura lúdica e contribui com as demais aprendizagens inerentes à Educação Física. À vista disto, o artigo foi apresentado como uma produção de materiais para professoras/es de Educação Física, consubstanciando que à/ao educadora/r compete atuar como mediadora/r que contemple o jogo como uma prática pedagógica que colabora sobremaneira, na formação de valores das/os escolares nas aulas de Educação Física, acarretando no desenvolvimento integral destas crianças.

O artigo 11 “Interação social em aulas de Educação Física” (2009), de Braulio Rocha (UNICAMP/SP), Pedro José Winterstein (UNICAMP/SP) e Silvia Cristina Franco Amaral (UNICAMP/SP) é uma pesquisa proveniente das aulas de Educação Física que foram ministradas no Programa de Desenvolvimento e Integração de Crianças e Adolescentes (Prodecad) - Escola de ensino não formal. O estudo analisou formas de interação social que ocorreram durante a prática de jogos infantis. Buscou-se estudar as diferentes formas de interação social existentes entre as/os alunas/os e entre estas/es e a/o professora/r. Há que se considerar que a subjetividade é um aspecto fundamental a influenciar este processo, ainda que toda ação humana seja idealizada a partir de um emaranhado de experiências dos sujeitos.

A prática, ligada à reflexão teórica, - ou práxis - caracteriza-se pela ação, pela construção, pelo exercitar das teorias que lhe servem de balizas. Nossas balizas estão “fincadas” na teoria histórico-cultural, em especial nos estudos de Vygotsky. O ambiente social em que vivem os sujeitos é considerado o ponto central a estes estudos. Esse ambiente constitui e é constituído pelos sujeitos, pela interação social, lugar onde os símbolos e significados são elaborados. Temos aqui precisamente o que define a inovação, a proposta original de Vygotsky para compreender a formação do sujeito, ou seja, em sua teoria, o ser social se individualiza a partir do seu contato ativo cada vez maior com o outro (ROCHA; WINTERSTEIN; AMARAL, 2009, p. 235).

A partir da análise destas esferas foi possível afirmar que é no contato entre indivíduos no ambiente educacional, de forma ativa e comprometida, que a interação

social ocorre efetivamente de maneira mais interessante, pois exigem das/os alunas/os atitudes que respondam as divergências e os problemas evidenciados entre si, muitas vezes, sem a imposição da/o adulta/o.

A proposta de condução das aulas pautou-se na Concepção de Aulas Abertas de (Hildebrandt, Laging, 1986), procurando incentivar as crianças a modificarem as regras dos jogos, permitindo que houvesse uma maior chance de interação entre as mesmas. “O planejamento e a execução do ensino são, desse modo, tarefa de todas/os que dele participam, ou seja, da professora e do professor e das alunas e dos alunos” (HILDEBRANDT; LAGING, 1986, p.11).

Este projeto foi submetido e aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). A pesquisa apresentou o presente artigo como uma relevante produção de materiais que se incorporaram ao Sociointeracionismo de Vygotsky (1999) para que as/os professoras/es de Educação Física possam apropriar-se do conteúdo jogo, que conforme este estudo propõe, pretende alcançar a interação social como construtos sociais que constituem o sujeito.

O artigo 13, “A Construção do Gênero no Espaço Escolar” (2006), de Ileana Wenez (UFRGS/RS) e Marco Paulo Stigger (UFRGS/RS) é uma pesquisa que foi realizada numa escola pública de Porto Alegre/RS, nos momentos de recreio, onde acontece uma aprendizagem não formal, não oficial e não intencional, a partir da qual as crianças apreendem determinadas formas de feminilidade e de masculinidade. Buscou-se investigar como o gênero e a sexualidade constituem modos diferenciados de ser menina e modos diferenciados de ser menino nas brincadeiras do recreio escolar, instituído como um direito da Educação Básica e um dos importantes espaços pedagógicos da escola. Esse estudo denota que há uma ocupação dos espaços do pátio da escola, segundo uma geografia do gênero, que corrobora com o sexismo no ambiente escolar. Helena Altmann considera que “o esporte é um meio de os meninos exercerem domínio de espaço da escola” (ALTMANN, 1998, p. 26).

Comprovou-se que a cultura escolar desta escola carrega comportamentos generificados, notadamente intrínsecos às relações de poder. Para tanto, há a valoração e a legitimação da masculinidade, em detrimento da depreciação e

deslegitimação da feminilidade, no universo cultural desta instituição de ensino. A pesquisa apresentou o presente artigo como uma produção de materiais pertinentes para professoras/es de Educação Física que se propõem a promover as relações de gênero equivalentes no chão da escola e em quaisquer tempos e espaços da Educação Básica.

O artigo 4, “As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar” (2013), da mesma autora Ileana Wenez (UFRGS/RS) e do mesmo autor Marco Paulo Stigger (UFRGS/RS), protagonistas do artigo 13, juntamente com Dagmar Estermann Meyer (UFRGS/RS). Novamente uma pesquisa numa escola pública de Porto Alegre/RS, cuja análise ainda busca compreender os significados da produção e reprodução de gênero nas brincadeiras do recreio escolar, onde se verifica que ainda mantém uma ocupação geográfica do gênero.

Nestes espaços, as meninas “parecem” ser mais “tranquilas” e “passivas”, enquanto os meninos “se mostram” mais “inquietaos” e “agressivos”. O gênero e a sexualidade no recreio podem ser observados através da constituição dos próprios grupos e suas brincadeiras. O texto relata que, mesmo entre crianças muito pequenas podem ser encontradas ressonâncias do discurso homofóbico. A homofobia mostra-se presente quando as crianças rejeitam e rotulam comportamentos que fogem aos padrões estabelecidos pela cultura em relação à masculinidade hegemônica. Cabe destacar que foram tomados os seguintes cuidados: Os nomes das crianças e da instituição foram modificados e, tanto a escola, quanto os pais ou responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa apresentou o presente artigo como uma proposição cheia de sentidos e significados para professoras/es de Educação Física que vislumbram uma escola pública onde todos os seus ambientes sejam destituídos de generificação e homofobia.

Gostaríamos, ainda, de destacar que a escola não se constitui um lugar homogêneo e harmônico e esta investigação nos permitiu que isso fosse visualizado. Ela é uma instituição onde se disputam, se aceitam, se rejeitam e se impõem significados através de processos em que as crianças se encontram inseridas participando de negociações culturais ou imposições tanto ou mais complexas e até

tão cruéis quanto os processos de que participam os adultos (WENETZ; STIGGER; MEYER, 2013, p.126).

Há um estudo que aborda o desenvolvimento da infância, da Educação Infantil até os Anos Iniciais que é o artigo 1, “Masculinidade(s) no balé: Gênero e sexualidade na infância” (2019), da mesma autora supracitada Ileana Wenez (UFES/ES), com a coautoria de Christiane Garcia Macedo (UFVVSF/PE). Trata-se de uma pesquisa realizada em uma escola pública de Porto Alegre/RS e em um clube do bairro, onde se localizava uma escola de balé. O trabalho possui seis etapas, porém este artigo aborda apenas a última das etapas que deriva de dados de uma pesquisa maior, intitulada “Presentes na escola e ausentes na rua: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade, a qual visou problematizar as relações e os encadeamentos que podem ser estabelecidos entre gênero e sexualidade em crianças e os diversos espaços de construções e vivências das brincadeiras.

Esta análise investigou a relação de meninos e a dança, a partir do menino pesquisado, praticante de balé e hip-hop, desde o ensino infantil. É uma história que evidencia um garoto que se destacou por ser uma das crianças que mais realizava práticas corporais dentro e fora da escola. Destarte, o inusitado foi que, dentre essas práticas, estava o balé, uma dança que mesmo na atualidade é considerada predominantemente feminina. É um estudo que denuncia, também, que ideias preconceituosas associadas à orientação sexual, lamentavelmente culminam em discriminação, estigmatização e até em violência contra o homem praticante do balé.

A lógica heteronormativa repassa que, se o corpo é de menino/menina, deve-se ter um comportamento de gênero correspondente ao (masculino/feminino) e a sexualidade adequada deve ser padronizada em (heterossexualidade). Mas, o texto nos conta que, tanto a identidade de gênero, quanto a sexual são processos contínuos e não, homogêneos. Esta pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética com o número do protocolo 2008022, concedido em maio de 2009. A presente análise apresentou este artigo como uma considerável produção de materiais para professoras/es de Educação Física que necessitam desconstruir/desmitificar os estereótipos de gênero e de sexualidade, onde meninos e meninas “aprendem” a ser

de determinados “modos”. Essas aprendizagens se dão, ainda mais, por meio da corporeidade existente nas práticas corporais esportivas e/ou lúdicas das crianças, produzindo, assim, corpos marcados pelo gênero e pela sexualidade.

A partir dos processos sócio-histórico-culturais-educacionais de construções livres de sexismo e de denegação da sexualidade, adquiridos pela família, escola, comunidade e demais instituições próximas do convívio da criança, haverá uma maior abertura, tanto para a participação de meninos em práticas como o balé, quanto de meninas em atividades como o futebol, haja vista a centralidade da família e da escola na infância. Estes direcionamentos e discussões promovidos por este estudo comprovaram que é possível desnaturalizar as chamadas práticas “adequadas” para meninos e meninas e impulsionar práticas corporais prazerosas e destituídas de generificação.

Há um estudo que transita da Infância/Anos Iniciais até a Adolescência/Anos Finais. Trata-se do artigo 14, “Bullying nas aulas de Educação Física” (2006), de autoria de Flavia Fernandes de Oliveira (UGF/RJ) e Sebastião Josué Votre (UGF/RJ) que é uma pesquisa que analisou crianças e adolescentes, nas aulas de Educação Física de algumas escolas públicas do Rio de Janeiro/RJ, com o propósito de trazer uma discussão acerca do fenômeno bullying para as escolas.

A escola, além de templo da educação e casa do saber, pode desempenhar também o papel de cenário propício ao surgimento de subcomunidades voltadas ao bullying, à tortura e ao sofrimento de seus pares. Entre tais subcomunidades, avulta a da Educação Física, esporte e lazer (OLIVEIRA; VOTRE, 2006, p. 179).

Discutiu-se neste artigo, como o bullying se dá e se caracteriza, em sua inter-relação com as categorias analíticas de gênero, sexualidade, raça e classe social que atravessam as aulas de Educação Física, componente curricular que lida diretamente com a corporalidade. Este transtorno de comportamento está inserido em conjunturas históricas, culturais e sociais e as aulas de Educação Física reproduzem o contexto que o favorece. Para este estudo, cabe destacar que houve cuidados com as crianças e adolescentes participantes da pesquisa, haja vista que tiveram os seus nomes modificados e as suas instituições escolares não foram reveladas.

A pesquisa manifestou uma proposta de intervenção interessante e necessária contida no último capítulo deste artigo, a qual emite um alerta às famílias e, principalmente à escola, para que não permitam a disseminação e a propagação de quaisquer estereótipos, discriminações e preconceitos produzidos por adultos e jovens e reproduzidos por crianças e adolescentes. Haja vista que, as/os docentes precisam ficar muito atentas/os aos comportamentos desajustados/dissimulados de quem comete a violência simbólica e/ou física no ambiente escolar e intervir a respeito, chamando as famílias para dialogar e participar de projetos, debates, discussões, reflexões com o objetivo de promover uma mudança de atitudes de quem comete e dissemina o bullying. Portanto, a pesquisa trouxe uma conclusão mediata e imediata de possibilidades de enfrentamento/engajamento às/aos professoras/es escolares, com vistas a minimizar/erradicar as situações de bullying sofridas pelos sujeitos considerados “diferentes”, pertencentes aos grupos historicamente desprestigiados/desprivilegiados, especialmente nas aulas de Educação Física.

Há um trabalho que aborda unicamente o desenvolvimento da Adolescência/Anos Finais: o artigo 7, “Motivação de escolares das séries finais do ensino fundamental nas aulas de Educação Física” (2012), de Alexandra Folle (UFSC/SC) e Fabiano Augusto Teixeira (UDESC/SC). Trata-se de uma pesquisa apresentada como uma considerável produção de materiais para professoras/es de Educação Física, tanto em situação de estágio, quanto para docentes efetivas/os da Educação Básica, perspectivando o quanto é fundamental a motivação em aulas vivas, dinâmicas e alegres que são substâncias próprias da Educação Física, sem as quais seria esvaziada e destituída de significados. Houve um resultado percentual (96,5%) de alunas/os que consideram motivante participar das aulas de Educação Física, ministradas por estudantes em situação de estágio, à medida que a essência/peculiaridade das práticas corporais é a motivação, o entusiasmo e o prazer de se-movimentar intensamente e alegremente. Todavia, as/os discentes adolescentes, participantes da pesquisa, emitiram um alerta que denuncia a predominância de um tipo de “Quarteto Fantástico” (RANGEL BETTI, 1999), o qual gera e configura afastamento e desinteresse, por conta do conteúdo predominante

ser de mais ou menos, quatro esportes coletivos mais trabalhados, tais como o futebol, o handebol, o voleibol e o basquetebol. Vale considerar que este estudo é o único em que as aulas foram ministradas por estudantes estagiárias/os, as/os quais assumiram as turmas com um maior número de aulas, em relação às/aos docentes efetivas/os, durante todo o tempo de estágio supervisionado. Diante disto, torna-se prudente e sensato, as/os professoras/es efetivas/os atentarem-se aos seus planejamentos para que ocorra uma intervenção nesta realidade, buscando diversificar e ampliar a experiência/vivência do repertório de conteúdos da cultura corporal, uma vez que o componente curricular Educação Física possui um conhecimento a ser (re)conhecido pela Educação Física escolar (CASTELLANI FILHO, 1995), possui um conhecimento a ser sistematizado, transmitido/mediatizado, legitimando, deste modo a sua presença nas instituições de ensino. Nesta perspectiva, as/os estagiárias/os poderão seguir o currículo, o plano anual, o plano de unidade e o plano de aula e, ministrar conteúdos mais contextualizados, tematizados e diversificados, com a finalidade de obterem sucesso em aulas notadamente inclusivas, atrativas e motivantes.

Na opinião das/os alunas/os pesquisadas/os, o ensino das modalidades esportivas destaca-se como o conteúdo predominantemente ministrado pelas/os estudantes em situação de estágio. Neste sentido, faz-se necessário sublinhar que o conteúdo ministrado nos estágios segue o planejamento anual das/os professoras/es e supervisoras/es responsáveis pelas turmas em que ocorrem os estágios (FOLLE; TEIXEIRA, 2012, p. 42).

Há 1 (um) estudo do desenvolvimento de docentes do Ensino Fundamental, cuja análise sistemática foi feita pelas próprias professoras de Educação Física, as quais são as participantes da pesquisa. Trata-se do artigo 6, “A Educação Física escolar e o Projeto Político Pedagógico: Um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação” (2012), de Luciana Venâncio (EMEF Antônio Carlos de Andrada e Silva) e Suraya Cristina Darido (UNESP/SP). Este é um estudo do tipo pesquisa-ação que buscou comprovar que a Educação Física pode contribuir pedagogicamente, envolvendo o posicionamento de professoras pesquisadoras e pesquisadas, as quais vivenciaram intensamente o cotidiano de suas escolas. Estas professoras analisaram a escola criticamente, em seus sucessos e insucessos e em

seus progressos e retrocessos e, fundamentalmente, deixaram um recado primordial às/aos docentes, denotando que a Educação Física jamais deve se omitir, se eximir, se anular ou se ausentar de seu status pedagógico e responsabilidade para com o coletivo e o contexto escolar do qual faz parte. Outrossim, estas/estes docentes de Educação Física necessitam frequentemente estar inseridos nas pautas educativas com apontamentos, pontuações, questionamentos e contribuições, validando suas presenças nos momentos colaborativos, em encontros, debates, discussões, reuniões, palestras e reivindicações ou em quaisquer engajamentos político-pedagógicos e decisões alusivas à escola e à Educação Básica.

Este mesmo artigo indicou a necessidade da e do docente de Educação Física se organizar sistematicamente para empreender um bom trabalho pedagógico, de modo a estabelecer um planejamento de ensino eficiente para que os conhecimentos específicos deste componente possam ser transmitidos, partilhados e compartilhados. As professoras deixaram explícito o quanto a Educação Física pode cooperar com a escola e a Educação Básica, pois a nossa disciplina possui inúmeras contribuições pertinentes à transformação da realidade pedagógica, via Projeto Político Pedagógico e currículo escolar. O estudo promovido por estas professoras justificou e legitimou a Educação Física como um componente curricular de primeira classe, ao ser valorizado e potencializado como as demais disciplinas da Educação Básica, assim como norteou os limites e as possibilidades didático-pedagógicas da ação coletiva no contexto do cotidiano escolar.

Considerou-se que todas as participantes da pesquisa coadunaram que o ambiente de trabalho por si só, não garante condições para o diálogo aberto, consciente e crítico entre aquelas/es que atuam na escola. Sobre isto, a pesquisa apresentou este estudo como um importante material crítico-reflexivo para novos encaminhamentos e proposições acerca de uma consistente elaboração e fundamentação do Projeto Político Pedagógico (PPP). É uma proposta que se aplica em abrangência a uma discussão criteriosa e profícua, com vistas à transformação da realidade pedagógica da atuação docente, subsidiando tanto a formação inicial, quanto a formação continuada de professoras/es de Educação Física escolar da

Educação Básica, com o intento de pensar/repensar a escola, a educação e a própria Educação Física.

### **3.3. Entremeando saberes e sentires: Por uma Educação Física com equidade**

Em continuidade à concepção deste capítulo, desejo entremear os saberes concernentes a este mestrado profissional que culminaram nesta pesquisa de conclusão de curso, aos sentires provenientes da minha vivência/experiência pessoal e profissional no universo da minha comunidade escolar, perspectivando uma escola pública, gratuita e de qualidade, cuja Educação Física busque a inclusão, a igualdade e a equidade.

Os saberes científicos oriundos da minha formação inicial e continuada, aliados aos meus sentires, sentimentos, sonhos, desejos, sabores e dissabores, venturas e desventuras, entrelaçados à minha experiência profissional nos vários anos de magistério, bem como às minhas diversas leituras e à orientação científica que tenho recebido, repercutiram nesta trajetória fundamental para a análise deste relatório. Nesta mesma conexão, venho relatar mais detidamente a respeito das minhas principais percepções, das mais relevantes interpretações que tomei conhecimento, após os estudos e a análise dos dados desta pesquisa.

Ao investigar o que tanto me incomoda/inquieta na minha instituição escolar - que são as desiguais relações de gênero nas aulas de Educação Física, pretendo verbalizar minhas impressões/constatações acerca desta revisão sistemática. A maioria dos artigos trouxe contribuições sobretudo enriquecedoras ao tema gênero, à Educação Física, à Educação Básica e às instituições escolares, especialmente ao desenvolvimento da infância de crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, concentrando o maior número de pesquisas realizadas nos periódicos brasileiros, conforme verifiquei sistematicamente.

Vale lembrar que, a maior parte dos artigos desta revisão sistemática foi realizada em escolas públicas e gratuitas e possui um nexo/um elo comum, configurado em seus fundamentos teórico-metodológicos. Estes artigos foram mediados pelo viés epistemológico pós-estruturalista de Foucault (2002), como também pelos estudos feministas, culturais e de gênero Altmann (1998); Louro

(2001); Meyer (2003), ainda que encontre artigos com a matriz histórico-cultural de Vygotsky (1989), com a perspectiva histórico-crítica de Saviani (2000), assim como a abordagem crítico-superadora do Coletivo de Autores (1992) e com a vertente da Cultura Corporal de Movimento de Bracht; Betti (1998), não sendo, necessariamente, contraditórias entre si.

Pretendo, logo a seguir, refletir sucintamente a respeito dos artigos da Educação Básica que mais se aproximaram/corresponderam ao ideal desta pesquisa de revisão sistemática, os quais contemplaram problemas recorrentes de gênero, sexualidade e bullying, costurados nas categorias analíticas de gênero, de raça e de classe social, sobretudo no objeto de conhecimento jogos e brincadeiras. Vislumbro consubstanciar as particularidades, atravessamentos e similitudes ou discrepâncias e divergências destes trabalhos, de modo a provocar um entrelaçamento das principais considerações, tentando fechar este capítulo com a produção de um texto síntese que venha a contribuir com o máximo de docentes que, assim como eu, passam pela mesma problemática das questões de gênero em suas escolas, principalmente em suas aulas de Educação Física.

Informo que, em meio às autoras e aos autores dos 14 (catorze) artigos selecionados, Ileana Wenez (UFES/ES), destaca-se como a pesquisadora que mais publicou artigos selecionados para esta revisão sistemática, num total de 3 (três). Destes, 1 (um) foi publicado em 2013 pela Revista Brasileira de Educação Física e Esportes/USP e os outros 2 (dois) publicados pela Revista Movimento/UFRGS (2006 e 2019), todos artigos originais são derivados de pesquisas de campo.

O artigo 1 que é proveniente da pesquisa de Wenez e Macedo (2019) é um trabalho que investigou um menino considerado um aluno brilhante, tanto nas aulas de Educação Física escolar, quanto nas aulas extraclasse de balé. Este estudo denuncia o estranhamento e a opressão que a sociedade heteronormativa imprime aos sujeitos que se põem a realizar atividades consideradas ousadas/subversivas por denotarem as relações de gênero/sexualidade, sobretudo nas práticas corporais, estéticas, artísticas e culturais de crianças e adolescentes em formação.

Após a realizar a discussão sobre gênero e sexualidade na infância, debateu-se a questão da dança e masculinidades, destacando que a experiência que se deu

com o garoto pesquisado, felizmente teve o apoio de sua família, ilustrando linhas de fuga possíveis na heteronormatividade. O artigo trouxe uma profunda reflexão sobre as condições e possibilidades às quais o menino teve acesso à prática do balé, apontando para a perspectiva de se pensar nas questões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade nas diversas práticas sociais.

Como a escola é um espaço de socialização importante para as crianças, esses enfrentamentos também nos ajudam a entender que, embora a participação de meninos no balé possa ser menos problemática com discussões sobre essas questões, nos dias atuais, ainda há um longo caminho a percorrer para que meninos e meninas tenham mais liberdades em suas atividades (WENETZ; MACEDO, 2019, p.10).

É um trabalho que busca demonstrar que é possível socializar a família, a escola, a comunidade, as escolinhas de bairros e as/os professoras/es de Educação Física para que todas/os possam colaborar com a centralidade das crianças em suas práticas corporais expressivas e lúdicas. Este estudo é muito relevante, porquanto visa fornecer uma magnífica produção de materiais de estudo e pesquisa a docentes autônomos, transformadores, pensantes e formadores de opiniões.

Acerca do artigo 13, de 2006 e do artigo 4, de 2013 de Ileana Wenez (UFRGS/RS) e Marcos Paulo Stigger (UFRGS/RS), os quais são importantes pesquisadores, tendo destacados estes 2 (dois) artigos complementares, aqui analisados. Reitera-se que no artigo 4, de 2013, a coautoria apresenta também Dagmar Estermann Meyer (UFRGS/RS), uma pesquisadora igualmente significativa, com produções notórias nas vertentes dos Estudos Feministas, Culturais e de Gênero.

À vista disso, ambos os artigos, de 2006 e de 2013, divulgaram que é necessário considerar/reconsiderar uma abordagem da construção da sexualidade na escola, pretendida há sete anos no artigo de 2006, a qual procura incrementar nesta última pesquisa, a desconstrução do sexismo impregnado na norma da heterossexualidade, em detrimento da homossexualidade cerceada no ambiente escolar, partindo das brincadeiras vivenciadas no espaço educacional do recreio.

Isso leva-nos a considerar que as brincadeiras – que parecem ter só um caráter prazeroso – têm também uma dimensão produtiva; elas

disciplinam os sujeitos de forma distinta, para viverem dentro de um contexto social e histórico que valoriza alguns jeitos de ser menino e de ser menina; jeitos estes que são demarcados por padrões que os grupos culturais que eles integram consideram como normais. Nessa perspectiva, o gênero produz e é produzido, também, através das brincadeiras. A diferença se constrói como uma lógica estabelecida a priori, a partir da qual, ou através da qual, as crianças aprendem a justificar a segregação (WENETZ; STIGGER, 2006, p. 76).

O artigo 14, de Oliveira e Votre (2006) é uma das pesquisas que contempla o pós-estruturalismo e os estudos de gênero, sexualidade, raça e classe social, de modo que ao estudá-lo, lancei-me a repensar/refletir numa situação bastante triste e inquietante, a qual configura-se em um momento muito humilhante e constrangedor - o bullying - sofrido por muitas/os estudantes, o tempo todo, ao longo de suas vidas escolares.

Quando falamos em lutar por uma sociedade igualitária, temos em vista um contexto em que todos temos direitos iguais, sem que homens ou mulheres sofram preconceitos por serem diferentes, quer na força física, destreza, habilidade, flexibilidade e velocidade, quer na pertença a determinada classe, raça, religião ou idade (OLIVEIRA; VOTRE, 2006, p. 181).

Os estereótipos sexuais esperados para cada gênero invadem a Educação Física, excluindo, agredindo e inferiorizando as meninas e os meninos que não possuem o biótipo, o comportamento ou o desempenho motor esperado pela turma ou que fogem aos padrões heteronormativos, exigidos por parte da sociedade que se mostra opressora, sexista, misógina e homofóbica.

Esta análise confirma que o bullying atravessa a educação e a Educação Física fortemente, pois há a coexistência de diversos corpos que permanecem em evidência nas práticas corporais, cabendo frisar que o bullying precisa ser enfrentado com projetos educativos efetivos e eficientes, promovidos pela escola e estendidos às famílias.

Os corpos expostos e em destaque, estão atinentes aos movimentos nas quadras, nos pátios e por todo o chão da escola, de modo que ficam mais propensos à pertinência dos gestos, dos comportamentos, das expressões, dos jeitos e dos

trejeitos que parecem incomodar muito a determinadas pessoas que são carregadas/recheadas de preconceitos e atitudes excludentes e discriminatórias.

O texto sinalizou, dentre outras questões, que as crianças maiores de 10 (dez) anos são as que mais sofrem e/ou cometem este distúrbio de comportamento, perdurando às vezes, até a idade adulta. Ademais, denota que toda a coerção sexista, heteronormativa, homofóbica, racista, religiosa, classista ou étnica jamais deveria ser banalizada, mas sempre combatida/enfrentada, para que o atravessamento das relações desiguais, opressoras, violentas e injustas possa diminuir, até conseguir cessar/inexistir em nossas aulas escolares.

Em que pese, este referido trabalho foi fundamental para transmitir um alerta às e aos docentes para denunciarem e coibirem as cruéis e injustas relações de gênero e de sexualidade que precisam ser combatidas. Este artigo pretende deixar um recado às escolas para que criem possibilidades de impedimento a quaisquer desigualdades, injustiças e violências, sobretudo nas nossas aulas de Educação Física, em que os corpos e os sentimentos ficam aflorados e aguçados.

O artigo 8, de Piccolo (2010) é uma pesquisa que divulga importantes apontamentos provenientes de observações que foram realizadas durante a prática corporal: jogos e brincadeiras, conteúdo central das crianças investigadas, no período em que brincavam livremente ou quando havia intervenções de suas professoras. Devido o preconceito corporificado apresentar-se nestas crianças, o autor achou por bem, estudar sobre o desenvolvimento das manifestações preconceituosas nas categorias de gênero e raça expressos neste público específico, no início de seu percurso constitutivo, momento em que o preconceito ainda não se mostrou resistente a desconstruções e ressignificações.

O texto relata a presença de manifestações preconceituosas nos inter-relacionamentos entre meninas e meninos, assim como entre crianças negras e brancas, configurando o quanto as categorias de gênero e raça compreendem atitudes enraizadas nas várias práticas sociais, culturais e lúdicas, contendo aspectos historicamente construídos, sob um viés de conjectura racista e sexista.

Coerente a pressupostos libertários e humanistas, destacamos que o preconceito não afeta somente os discriminados, mas toda a humanidade, uma vez que nos desenvolvemos mediante as relações

sociais desempenhadas na comunicação com outros seres humanos. A/O outra/o nos forma, pois apenas nos conhecemos em contato com a diferença que, no caso humano, é extremamente rica e produtiva. Não é desvio ou desigualdade, uma vez que não há norma estabelecida, sendo que quando as possibilidades de contato entre diferentes culturas são tolhidas o desenvolvimento humano não alcança toda a sua plenitude qualitativa. Por isso, o combate ao preconceito e às suas representações ideológicas nos oferece a visualização da cooperação como uma categoria relacional basilar à própria formação do gênero humano, além de nos fornecer subsídios não apenas para aceitar ou tolerar as diferenças mas, sobretudo, para valorizá-las (PICCOLO, 2010, p.204-205)

Duas outras pesquisas tiveram a participação de dois renomados pesquisadores da Educação Física brasileira: Na pesquisa 2, Marcos Garcia Neira (Cultura pelo viés Pós-Estruturalista), e na pesquisa 12, Jocimar Daolio (Cultura pelo viés da Antropologia Social), ambos são profissionais pertencentes às instituições paulistas, USP e UNICAMP, respectivamente. A coautora de Neira foi Elina Elias de Macedo (USP/SP) e o coautor de Daolio foi Alan Marques da Silva (UNICAMP/SP).

As pesquisas anteriormente abordadas, apresentaram discrepâncias e similitudes, embora haja mais concordâncias entre si, do que discordâncias. Ambas foram realizadas em escolas públicas, abordaram os objetos de conhecimento jogos e brincadeiras e pertencem ao desenvolvimento da infância na etapa da Educação Infantil. São estudos que se apresentam como substanciais produções de materiais a todas/os nós, professoras e professores da Educação Física brasileira.

O artigo 2, de Macedo e Neira (2017) configurou numa pesquisa de enorme relevância, uma vez que buscou alicerçar a prática pedagógica de docentes que se propõem a atingir as crianças em aulas dinâmicas, participativas, inclusivas e destituídas de desigualdade de gêneros. O ambiente escolar foi muito acolhedor e atraente, facilitando às crianças o direito de pertencer à cultura infantil e vivenciar relações de gênero equivalentes. Considerou-se que esta experiência pedagógica entendeu que as professoras abordaram as brincadeiras e os jogos de maneira a proporcionar e promover a equidade de gêneros entre as crianças, compreendendo-as como sujeitos históricos, autônomos e possuidores e produtores de cultura.

Com isso, enuncia-se, por meio da tematização das práticas corporais, a voz de várias culturas infantis no tempo e no espaço – da família, bairro, cidade, estado, país, a internacional, sulista,

nortista, nordestina, urbana, rural, afro, indígena, imigrante e tantas outras que compõem a paisagem brasileira contemporânea, além de problematizar as relações de poder presentes nas questões de gênero, etnia, religião, classe, idade, consumo, local de moradia, tempo de escolarização, ocupação profissional etc., que marcam as práticas corporais (MACEDO; NEIRA, 2017, p. 100).

É interessante demonstrar que o artigo 2 vincula-se a outro importante estudo, o artigo 9, de Mensch e Schwengber (2009), no quesito legitimidade da Educação Física em todas as etapas da Educação Básica. A pesquisa do artigo 2 abordou um conteúdo procedimental (Jogos e brincadeiras) e a pesquisa do artigo 9 contemplou conteúdos conceituais e atitudinais (Dinâmica das palavras soltas; e Ilustração e descrição das falas com o tema: “Aula de Educação Física”), que registraram por escrito, os conteúdos procedimentais realizados nas aulas. Tanto um, quanto o outro estudo, manifestou um vasto empenho na renovação do campo da Educação Física, não somente promovendo a igualdade/equidade de gênero, como também justificando e engrandecendo a presença e a contribuição das professoras e dos professores licenciadas/os para ministrarem este componente curricular tão fundamental e potente, em detrimento da atuação de professoras e professores unidocentes.

As referidas pesquisas apresentaram-se como produções contributivas para a Educação Física escolar, demonstrando a relevância de se contemplar todas as dimensões do conhecimento. Nesta concepção, comprovou-se que os conteúdos e as argumentações destas pesquisas, auxiliaram ricamente na legitimidade da Educação Física em toda a Educação Básica.

O artigo 12, de Marques da Silva e Daolio (2007) apresentou-se como uma reflexiva produção de materiais às/aos professoras/es de Educação Física que precisam enfrentar as questões de gênero e de sexualidade em suas aulas e momentos pedagógicos, mas que não se atentaram ou não se despertaram ainda, para o quanto é possível construir em sua metodologia e/ou no trato pedagógico, alternativas para superar esta demanda, desconstruindo as relações injustas estabelecidas entre os muros da escola refletindo, também fora destes muros.

De acordo com os relatos desta pesquisa, fica evidente que foi um trabalho que, para aquele momento, ainda não havia alcançado uma modificação das relações desiguais de gênero, ficando subentendido que nós professoras/es devemos nos apropriar do exemplo desta investigação para nos policiar/vigiar, habituando-nos a uma autocrítica, a um autoexame, a um feedback diário.

Precisamos ficar vigilantes e mentalizar se, de fato, estamos ou não em um caminho pedagógico adequado ou se precisamos repensar mais nossas atitudes, nossas leituras e nossas aulas de Educação Física para promover a inclusão e a diversidade em aulas com oportunidades semelhantes.

Haja vista que, quando as próprias crianças se mobilizam e ficam à frente dos momentos pedagógicos ou das aulas, realizando isoladamente seu próprio jogo e/ou brincadeira, este se torna um conteúdo esvaziado e descontextualizado, ainda mais se o propósito da pesquisa fora relacionar a concepção de infância e de gênero. Por conta do abandono docente nestas horas do parque, observou-se um isolamento dos gêneros que, como consequência culminou em rixas generificadas, onde a violência real e simbólica aproximou-se muito mais do que a harmonia da equidade e igualdade de gênero, a qual só pode ser promovida por uma direção e mediatização planejada e sistematizada por uma professora e um professor comprometida/o com o seu componente curricular e com suas/seus partícipes.

O estudo em questão suscitou que as/os docentes que desinvestem pedagogicamente, com uma 'não aula' e em momentos de 'rola a bola', caminham desatentos, sem rumo e sem perspectivas, de tal modo que ocasionam a indisciplina, o afastamento e o desinteresse de muitas/os escolares, as/os quais não atingirão os objetivos de aprendizagem e muito menos uma mudança de atitudes daquelas/es que sofrem ou cometem o desrespeito e a desigualdade de gênero.

A pesquisa constituinte do artigo 3, de Leite, Feijó e Chiés (2016) possui em seu bojo, uma linguagem propícia ao entendimento do contexto educativo, pois trata-se de um texto que se destaca por sua exitosa abrangência didático-pedagógica, deixando para a comunidade docente uma literatura que visa contribuir com uma transformação satisfatória das relações de gênero em suas instituições escolares.

Toda esta notável bagagem foi muito interessante, uma vez que a escola da turma pesquisada demonstrou uma expressiva conexão com as crianças, além de proporcionar ambientes apropriados e aconchegantes para as mesmas. Houve uma excelente participação e socialização destas crianças, ao realizar brincadeiras trocando e experimentando os papéis considerados masculinos ou femininos, com naturalidade e desenvoltura, durante os momentos de brincadeira.

Trata-se da única pesquisa deste trabalho de revisão sistemática que foi realizada em uma escola particular, com crianças de famílias de classe média alta. Para tanto, levanto a seguinte reflexão: As categorias analíticas de gênero, classe e raça interferem/contribuem ou não, na promoção de relações de gênero igualitárias e equânimes.

Muito embora possamos observar que a condição social tenha interferido positivamente nas questões de gênero para esta escola, o fato é que a equipe escolar e todo seu ambiente mostraram-se propícios/apropriados à equidade e à igualdade de gênero para as crianças que ali frequentam.

Este artigo muito contribui com professoras/es de Educação Física, ainda que de escolas públicas da Educação Básica, pois compreende uma leitura inovadora e substancial para a luta por relações igualitárias bem como, por melhores condições objetivas de trabalho e por escolas com mais recursos materiais.

Dando sequência, o artigo 5, de Franchi (2013), é uma pesquisa que apresentou um relato de experiência essencial como proposta de intervenção, com informações/indicações para as/os professoras/es de Educação Física que são graduandas/os e graduadas/os. Desse modo, estas/es terão maiores informações/noções de uma boa atuação docente e de como devem se relacionar com as e os estudantes, as professoras e os professores, e demais funcionárias e funcionários, enfim terão uma noção de escola, ao estagiarem ou lecionarem. Por consequência, compreendemos o estágio de estudantes de cursos de licenciatura, como essencial para preparar futuras/os professoras/es para atuarem nas escolas.

O conteúdo abordado diz respeito a qualquer nível da Educação Básica, com adequações, possibilitando o resgate da prática de jogos tradicionais/populares na escola, para que possa ser útil às professoras/es já licenciadas/os, assim como

as/os graduandas/os. O autor deste artigo buscou evidenciar os prazeres e as frustrações referentes às vivências das/os alunas/os, mediante as questões de gênero. Isto posto, também poderá estender-se a momentos de lazer extraescolar, reconstruindo a relevância cultural, histórica e social destas importantes manifestações culturais, evidenciando que é imprescindível pensar em brincadeiras e jogos tradicionais/populares que promovam, de fato, a reconciliação dos gêneros.

O artigo 10, de Sena e Lima (2009) é um trabalho que procurou incorporar princípios, por intermédio de jogos que pudessem promover e socializar valores, na escola, com vistas a atingir as e os estudantes cujas atitudes e cujos comportamentos mostraram-se inadequados durante o desenvolvimento cotidiano do processo ensino-aprendizagem em todos os componentes do currículo da escola escolhida para a pesquisa.

Como uma recente estudiosa/pesquisadora do gênero, gostaria de indiciar que a afirmação dos autores desta pesquisa foi bastante impertinente, ao subliminar o sexismo, embutido na seguinte frase: “inclusas em times opostos, embora sendo meninas e atuando em uma atividade que, em geral, é de domínio dos meninos, mantiveram suas características de líderes. Quer dizer, estiveram à frente da organização tática de seu time” (SENA; LIMA, 2009, p.27).

Segundo inúmeros estudos de gênero, não há atividades exclusivas para meninas, bem como não há atividades notadamente masculinas. Esta afirmação – “embora sendo meninas” e “é de domínio dos meninos” mostra-se como um equívoco heteronormativo, que enaltece uma Educação Física performática, sexista, androcêntrica e excludente.

“O conceito de gênero representa a aceitação de que a masculinidade e a feminilidade transcendem a questão da anatomia sexual, remetendo a redes de significação que envolvem diversas dimensões da vida das pessoas” (LEITE; FEIJÓ; CHIÉS, 2016, p.211).

Neste terceiro capítulo, faço o seguinte fechamento: A leitura atenta dos artigos, sobretudo as perguntas feitas no mapeamento, me fizeram refletir/questionar/problematizar sobre as questões de gênero no conteúdo de jogos e brincadeiras, veiculados nos periódicos do campo da Educação Física escolar no

Brasil. Os artigos trazem o 'novo' sobre o tema gênero, relacionando-o tanto ao conteúdo jogos e brincadeiras, quanto a outros conteúdos da cultura corporal, ora mencionados e considerados propositivos, justificando e legitimando a Educação Física escolar nestas instituições educacionais, tanto nas públicas, quanto na privada.

Outros artigos focaram no conteúdo jogos e brincadeiras mais do que na temática de gênero, e também contribuíram para a legitimação na Educação Física na Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais da Educação Básica, reconhecendo esta disciplina como detentora de um conhecimento exclusivo do nosso campo específico e, por isso, a importância do profissional licenciado na escola, bem como comprovou que pode-se elevar o patamar de disciplina de primeira classe da Educação Física, por meio de maior pertencimento e participação de momentos integrativos de estudo, trabalho e planejamento coletivo.

Identificou-se artigos que denunciaram escolas que acabavam por reforçar questões consideradas do patriarcado ou mesmo da chamada ideologia de gênero. Para várias e vários docentes é muito difícil de perceber e mudar, principalmente quando não despertaram para sair do comodismo de uma 'não aula', pois ainda promovem o abandono docente que desinveste pedagogicamente e acaba por permitir as situações de afastamento, indisciplina e bullying no chão da escola.

Os momentos de recreio e de hora do parque analisados em alguns artigos me fizeram repensar que este espaço/tempo precisa ser dirigido pedagogicamente, pois as crianças e adolescentes ficam sem direção, não há aprendizagem, não há construção de valores e tampouco a resignificação das relações de gênero e sexualidade. Tanto na hora do parque, quanto no recreio ocorrem frequentemente momentos de violência simbólica e até física quando não existe um trabalho voltado às questões igualitárias de gênero. Uma vez que as e os discentes ficam dispersas/os, os meninos que comandam a situação, conforme verificado em duas pesquisas desta revisão sistemática. Na primeira investigação de construção do gênero no espaço escolar, os meninos ocupavam o espaço do recreio, territorializando-o e, 7 anos mais tarde, houve uma proposta de desconstrução do gênero e sexualidade no recreio em que verificou-se que os meninos ainda

permaneciam geograficamente, os maiores donos do pedaço, comprovando que o recreio também precisa passar por uma desconstrução de atitudes sexistas e homofóbicas.

Grande parte das pesquisas, mesmo apresentando casos ocorridos em escolas públicas, configurou recursos e estruturas favoráveis, bem como foi observado que as professoras, em sua maioria transmitiram significativo interesse em contribuir com a pesquisa. Houve aulas que trabalharam as categorias analíticas de raça e classe social, para além do gênero e que também atingiram os objetivos da pesquisa.

Somente ao participar deste mestrado, precisamente para este trabalho de conclusão de curso, foi que passei a ler trabalhos, cujos assuntos abordam o gênero e a sexualidade. Isto me proporcionou um grande aprendizado, especialmente ao constatar todas as vivências experimentadas por todas e todos as/os autoras/es pesquisadoras/es. Para tanto, considero uma experiência inusitada, irreverente e diferenciada em minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

Os sentidos e as sensibilidades para pensar a educação generificada do corpo escolar no conteúdo jogos e brincadeiras devem ser consubstanciados nas nossas aulas, em que o aspecto lúdico e prazeroso mostra-se recheado de potencialidades propositivas, que visam superar as dificuldades, transformando-as em flexibilidade-pensar/repensar as razões de seu fazer, de modo a impedir que os marcadores de gênero e sexualidade sejam um pretexto para qualquer tipo de acometimento opressivo, vexatório e exploratório às/aos discentes na escola.

Fica evidente que, as demais manifestações corporais inerentes à etapa da Educação Básica que não contemplam o jogo e a brincadeira, precisam adequar os conteúdos próprios do currículo, de acordo com o corte temporal ou momento em que serão trabalhados, entrelaçando as percepções de gênero e sexualidade para coibir as relações injustas e perturbadoras, perspectivando culminar em capacidade de enfrentamento e respeito pelas minorias oprimidas.

Venho problematizar o que não foi foco dos artigos analisados nesta pesquisa, mas vivenciado no cotidiano escolar que é a precária condição que muitas escolas brasileiras precisam enfrentar diariamente, com o sucateamento do ensino

público, em que professoras/es e administrativas/os têm o mínimo do mínimo e encontram-se exauridas/os e abatidas/os, mas que mesmo assim entendem que as/os discentes merecem ser atendidos da melhor maneira. Profissionais que muitas vezes também passaram/passam por discriminações de raça, etnia, classe social, gênero e sexualidade que resultaram em depressão e revolta, mas que compreendem que são educadoras/es e evitam repassar à escola, o que já sofreram em suas histórias de vida nesse sistema patriarcal, machista, classista, sexista, homofóbico e racista.

Por assim compreender, reflexiono que todos os textos me remeteram a uma provocação urgente e necessária para buscar compreender, inclusive a minha história de vida e procurar contribuir e ressignificar vivências, conceitos, conhecimentos, esperanças, lutas, sonhos, sentimentos de uma professora/pesquisadora que idealiza um país com uma sociedade verdadeiramente democrática e pluralista.

Importante frisar agora, os critérios de seleção para chegar aos 14 artigos selecionados para uma análise mais aprofundada. A pesquisa buscou relacionar o objeto de estudo jogos e brincadeiras com os estudos e as questões de gênero. Eu anunciei que compreendo este objeto de estudo jogos e brincadeiras como um conteúdo da Cultura Corporal, assim como os demais conteúdos da Educação Física que nós ensinamos e que são oriundos da perspectiva crítica que é a Crítico-Superadora e que foi a que elegi para este trabalho, como fundamento pedagógico.

Trabalhar este conteúdo jogos e brincadeiras significa trabalhá-lo entendendo como o mesmo é constituído socialmente, historicamente e culturalmente, compreendendo seus sentidos e significados atribuídos pela sociedade e como este objeto de conhecimento está inserido no processo de constituição social, até sua história mais ampla e as marcas das contradições sociais estão, portanto, presentes nesse conteúdo. Nesta medida, foi possível verificar que, trabalhar jogos e brincadeiras, é sim, uma ótima oportunidade para também, desmitificar/desenvolver algumas reflexões com as/os alunas/os a respeito de diversas questões que permeiam a nossa sociedade, dentre estas, o debate de gênero, a questão da desigualdade que eu aponto entre homens e mulheres, e outras demandas

correspondentes, e isto está bem demarcado no meu texto. De modo que, o conteúdo é jogo e brincadeira e a discussão de gênero nos ajuda a compreender melhor os jogos e as brincadeiras porque este conteúdo está no meio da sociedade, então apresenta em si as contradições da sociedade numa forma geral, assim como outros conceitos/outros debates teóricos que nos ajudam a compreender melhor.

Com essas considerações e para além do conteúdo jogo e brincadeira e do tema gênero, havia outro critério de afunilamento igualmente central que culminou nos 14 artigos, que era a Educação Básica e escola, como foco de análise dos artigos e que culminou neste levantamento.

Informo que esta revisão sistemática não teve nenhum enquadramento temporal. Os sistemas eletrônicos das revistas, como é o caso da Revista de Educação Física e Esportes da USP, que é uma das mais antigas do Brasil, pois vigora desde a década de 70, teve os seus volumes antigos digitalizados, de modo que estão disponíveis nos mecanismos de buscas. Há também outras revistas antigas como a Movimento e a Motrivivência.

O volume geral foi de 31 artigos publicados nestas 5 importantes revistas brasileiras que corresponderam às palavras-chave/aos descritores, e o afunilamento para 14 artigos ocorreu justamente para centrar na instituição escolar e na Educação Básica. É pertinente mencionar que a produção acadêmica brasileira parece ser aquém, pois ainda é muito magra em relação a todo este potencial de pesquisa, para conhecermos melhor esta realidade da escola e da Educação Básica, de como este conteúdo jogos e brincadeiras e o eixo transversal gênero vem sendo tratados. Tentei trazer as principais contribuições da minha pesquisa para socializar um pouco mais este conhecimento produzido. Pretendi mostrar de fato, um pouco desta grande problemática, tentando despertar relações horizontais e solidárias, em detrimento de prismas discriminatórios, hierárquicos e excludentes existentes na nossa sociedade, com vistas a auxiliar as e os docentes na construção de novos saberes que irão romper com as questões de gênero, por meio das minhas expectativas pedagógicas, costuradas com a minha experiência pedagógica de longa data.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho consistiu em uma investigação pedagógica acerca de uma das problemáticas mais prementes da Educação e da Educação Física – o gênero. Busquei relacionar esta temática a um dos conteúdos da cultura corporal - jogos e brincadeiras, analisando/pesquisando como se dá o atravessamento das questões de gênero na Educação Básica e, primordialmente nas aulas de Educação Física escolar, por intermédio da produção acadêmica publicada em importantes periódicos científicos.

Esta pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo Revisão Sistemática, investigou 5 (cinco) periódicos brasileiros, os quais estão localizados em instituições das regiões Sul e Sudeste. Apesar de não ter um recorte temporal, os artigos recuperados foram publicados de 2006 a 2019, um período de 13 anos de contribuições pedagógicas sobre o tema. Logo, este estudo propôs uma análise de conteúdo que investigou artigos que englobam as palavras-chave: gênero, jogos e brincadeiras, as quais impreterivelmente tinham que articular com as palavras instituição escolar e Educação Básica.

O capítulo 1 compreendeu a trajetória metodológica, expressando as várias etapas desenvolvidas nesta pesquisa, tais como a natureza, a abordagem e o tipo de pesquisa, a seleção dos periódicos, os encaminhamentos de leituras e de autoras e autores que embasaram este tipo de análise de conteúdo. Tudo isto, com vistas à possibilidade de construir uma espécie de estado da arte da produção acadêmica a respeito de gênero e jogos e brincadeiras no ambiente educacional.

O capítulo 2 configurou-se em uma revisão de literatura, abrangendo a produção do conhecimento no campo da Educação Física escolar, a partir do Movimento Renovador da década de 80 do século passado, evidenciando o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras como um vasto elemento da cultura corporal, com grande potencial para trabalhar as questões de gênero nas aulas de Educação Física, reverberado com apreciações sobre minha experiência profissional e interpretações de pesquisas e conceitos.

Nesta medida, foi fundamental estudar o conceito de gênero em sua construção histórica da diferença e tentar trilhar caminhos que pudessem ser percorridos por professoras e professores que, assim como eu, perspectivam uma instituição escolar mais equânime e igualitária, que venha a transformar-se em um ambiente propício em conhecimentos e relações que permitam superar preconceitos e desigualdades de gênero em toda Educação Básica.

Nesta mesma direção, corroboro que este segundo capítulo identificou as 'Problemáticas da Educação Física', disciplina que abriu este mestrado profissional, dando visibilidade a uma conjuntura que permeia nossa atuação docente. Este estudo permitiu manifestar as angústias, impotências, dúvidas, interrogações e dificuldades vivenciadas/os por professoras e professores de Educação Física de todo o país. Reforçou em mim, o dever e a obrigação de investigar e pesquisar um dos temas de grande relevância para esta primeira disciplina. Trata-se da temática de gênero, bagagem que carrego, pisando em ovos, devido às inúmeras questões inconclusas em toda minha trajetória de menina, moça, mulher, discente, mãe, docente e pesquisadora.

Posteriormente, discorri brevemente acerca das constatações mais pertinentes das demais disciplinas dentro dos 2 anos de efetivo estudo presencial e virtual. Impressões, contribuições, críticas, elogios, limites e possibilidades potencializados por aulas, mediatizadas por influentes autoras/es e seus importantes feitos, conceitos e concepções provenientes da literatura acadêmica das Ciências Humanas e Sociais, bem como do campo específico da Educação Física, possibilitadas por este tão sonhado Mestrado Profissional em Educação Física.

Concomitantemente, durante a revisão de literatura, tive a chance de me aprofundar mais nos pressupostos teóricos e agregar uma gama de conhecimentos, princípios e valores à minha vida pessoal, à minha prática pedagógica e acadêmica, devido as leituras que eu fui me apoderando e que, até então, eram desconhecidas ou pouco conhecidas por mim. Ao longo da apropriação do referencial teórico, tentei localizar o ser humano 'mulher' no debate de gênero, com o objetivo de refletir historicamente, socialmente, culturalmente, filosoficamente e politicamente, desde as

origens do movimento feminista até a contemporaneidade, cujas autoras que mais me influenciaram foram Guacira Lopes Louro e Joan Wallach Scott.

Almejei explicitar a significância do tema gênero e como este tem sido relegado à subalternidade, posto que mostra-se constantemente suprimido, negado ou contestado em leis brasileiras essenciais, culminando em incompletude de uma política educacional nacional, em que tenta-se sobreviver cotidianamente ao acirramento do negacionismo e da banalização da violência simbólica e física, tanto de gênero quanto de sexualidade.

Compartilho que revisei a literatura disponível em livros, artigos, relatos, dissertações, teses e monografias, a fim de identificar algumas propostas, sugestões, relatórios ou experiências de pesquisadoras e pesquisadores que, assim como eu, desejaram investigar o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras, abarcando o tema gênero. Procurei pontuar a literatura, articulando com o impacto pedagógico das leituras em minha prática pedagógica cotidiana, do porquê da escolha do objeto conhecimento jogos e brincadeiras, dentre outros conteúdos e conhecimentos, igualmente substanciais para trabalhar este tema tão relevante e polêmico que é o gênero.

O capítulo 3 consubstanciou a coleta e a análise dos dados da pesquisa, culminando nos principais resultados acadêmicos e profissionais, os quais poderão acrescentar vários elementos para explorar a prática pedagógica docente, oferecendo contribuições e subsídios, tanto à formação inicial, quanto à formação continuada. Espera-se que essas contribuições e subsídios pedagógicos, manifestados em uma síntese das principais indicações pedagógicas dos artigos analisados sobre gênero e jogos e brincadeiras para subsidiar a docência em Educação Física, possa chegar às professoras e aos professores, bem como às/aos estudantes de graduação, fornecendo contributos às suas atividades escolares, em momentos de estágio curricular, práticas de ensino ou em complementação às suas aulas de Educação Física, via algum subprojeto, projeto ou programa institucional.

Esta revisão sistemática, tão somente visou contribuir com um material de pesquisa diferenciado, com o propósito de valorizar e estimular o interesse e a participação das/os professoras/es, tentando oferecer às/aos suas/seus discentes

uma vivência democrática, acessível e lúdica, utilizando-se de jogos e brincadeiras destituídos de preconceitos e generificação, para que as aulas de Educação Física escolar possam ser diversificadas e inclusivas, e então impulsionar a equidade e a igualdade entre os gêneros, com o propósito de integrar a todas e todos.

Os 14 (catorze) artigos vinculados aos descritores gênero, jogos e brincadeiras, e Educação Básica, interpretados mais profundamente na última etapa desta pesquisa, constituíram-se de pesquisas de campo. Estas promoveram substanciais intervenções, indagações e contribuições pedagógicas que visaram favorecer o universo educacional e, primordialmente, o universo da Educação Física. Logo mais, procurarei manifestar as principais problematizações e encaminhamentos atinentes a esta pesquisa de revisão sistemática, acerca do terceiro capítulo desta dissertação.

Grande parte dos artigos estudados articulou o elemento da cultura corporal, jogos e brincadeiras, à transversalidade do tema gênero. Conforme diagnosticado na análise dos dados, a maioria dos artigos caracterizou o desenvolvimento da infância nas etapas da Educação Básica, compreendendo a Educação Infantil e os Anos Iniciais, ao entremear o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras aos temas gênero e sexualidade, assuntos considerados delicados, constrangedores e polêmicos para muitos sujeitos. O que eles apontaram sobre o tema e o que propuseram para pensar?

Vale ponderar que mesmo que o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras, em alguns artigos não fora trabalhado simultaneamente, ainda assim, puderam cooperar com o propósito de tentar oferecer elementos e subsídios para colaborar com a maior participação em aulas dinâmicas e inclusivas com possibilidades de discussão e debate entre os gêneros, estimuladas/os por docentes de Educação Física. Além disso, a análise também externou que houve outros elementos da cultura corporal como possibilidades de acesso às questões de gênero, para além de jogos e brincadeiras, os quais também contribuíram com esta análise, indiciando que a Educação Física escolar possui um amplo repertório cultural corporal que precisa ser frequentemente potencializado.

Ademais, alguns estudos produziram materiais que merecem a atenção de professoras/es que se propõem a transformar as relações de gênero, visto que assim como o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras, estes perpassam por aulas repletas de sentidos e significados culturais, sociais, históricos, políticos e humanos. Entretanto, me arriscaria a frisar que especialmente o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras configuram-se como uma execução tranquila, podendo adequar-se a qualquer espaço, com nenhum ou pouquíssimos materiais, sobretudo quando trata-se da realidade da escola pública com escassos recursos e as/os docentes de Educação Física precisam constantemente maximizar e potencializar a criatividade para tentar fomentar as relações de igualdade e de equivalência entre os gêneros.

Determinados artigos abordaram minimamente as relações de gênero e deram mais ênfase a jogos ou brincadeiras, com resultados positivos para a Educação Física, a escola e a Educação Básica, deixando um considerável material pedagógico para a formação inicial e continuada. Considerou-se que houve um único artigo nesta pesquisa que fora realizado com crianças da Educação Infantil, oriundas de uma escola particular de classe social média alta. Trata-se de um estudo que abordou favoravelmente as relações de gênero, nos momentos do brincar.

Ressalto que houve alguns trabalhos diagnosticados nesta revisão sistemática que mesmo abordando indiretamente as questões de gênero, ainda assim deixaram contribuições significativas para a Educação Física escolar.

Todas estas pesquisas podem servir de alerta e denúncia às famílias, à escola, a todo o coletivo docente e, em especial, às professoras e aos professores de Educação Física, uma vez que almeja-se que tenham um grande poder de persuasão, argumentação e carisma, devido aos conteúdos específicos e vinculados às práticas corporais, entrelaçados por aulas recheadas de empatia, tolerância, respeito, amizade, energia e alegria.

Em suma, as pesquisas que abarcaram o elemento da cultura corporal jogos e brincadeiras, articulado ao tema gênero e/ou sexualidade, em qualquer ambiente educacional ou momento escolar, quer seja nos recreios, em horas do parque,

projetos, programas, aulas não formais ou em aulas propriamente ditas contribuíram propositivamente com as professoras e os professores de Educação Física como observado nesta pesquisa, gerando um imponente material de estudo e pesquisa para as/os graduandas/os e as/os docentes em suas formações iniciais e continuadas.

Estes artigos intentaram denunciar os preconceitos, as estigmatizações, as discriminações, as desigualdades e as injustiças vivenciadas por crianças e adolescentes de escolas brasileiras, como também almejaram contemplar consciente e/ou inconscientemente, valores como a afetividade, a sensibilidade, a fraternidade, a solidariedade, a autoaceitação, a amizade, o carinho e o amor.

Deseja-se que esta revisão sistemática seja uma boa produção científica e consiga atingir as/os professoras/es de Educação Física que já atuam ou que pretendem atuar na Educação Básica por este Brasil à fora e almeja-se que estas e estes docentes possam promover uma maior aproximação com suas e seus estudantes, solidarizando-as/os em suas respectivas escolas.

Sabe-se que a Educação Física possui um trabalho nu, pois todo mundo vê. Todos sabem quando estamos em aula fora de sala, porque acontece a céu aberto, felizmente. Sendo assim, as e os discentes já possuem uma opinião formada sobre as nossas aulas dentro e fora de sala e essa opinião depende muito do fracasso ou sucesso vivenciado nesses momentos.

A discussão de gênero, sexualidade, homofobia, racismo, dos marcadores sociais, das questões sociais ligadas às minorias, ou seja todos os preconceitos relacionados às fobias daquilo que é diferente e que, para muitos não é considerado normal na nossa sociedade, devem ser priorizados nas aulas de Educação Física escolar. É preciso debater sobre os conflitos sociais, as tensões, as relações de poder entre os diferentes grupos sociais, os problemas familiares, tematizar e desconstruir estereótipos, discriminações, conservadorismos e preconceitos, ressignificando valores, sentimentos, comportamentos e atitudes.

Enquanto educadora/pesquisadora, eu identifico essas questões no contexto escolar, ou seja, no dia-a-dia da escola, já que os marcadores sociais que nos constituem (de classe, étnico-racial, de gênero, sexualidade, geográfico, religioso, de

geração) não ficam apenas do lado de fora dos muros da escola, pois trata-se de um assunto tão presente que, mesmo inconscientemente/ocultamente no cotidiano das/dos alunas/os já parece ser uma pedagogia que faz parte de um currículo não formal da Educação Física.

Rememoro que esta pesquisa de revisão sistemática foi um trabalho muito gratificante, interessante, inovador e inusitado, porém apresentou uma série de desafios, entraves e contratempos que tive de encarar e perseverar em meu cotidiano escolar e em minha vida pessoal. Sou uma professora de Educação Física da rede pública municipal de Goiânia/Goiás e a única provedora da minha família. Por este motivo, trabalho pelo menos dois turnos diários para poder sobreviver/subsistir às adversidades deste mundo capitalista selvagem.

Desta feita, tive que abrir mão de solicitar uma licença para aprimoramento para fazer o mestrado, posto que o salário diminuiria muito, perdendo o acréscimo de carga horária de 20 (vinte) horas, o qual, renovo todo início de ano, já que o meu concurso foi de 40 (quarenta) horas e preciso trabalhar por 60 (sessenta) horas que é a carga horária máxima. Este foi o primeiro empecilho nesta pós-graduação: Não poder entrar de licença para aprimoramento. Adaptei-me inicialmente, porém, meses mais tarde, no final de 2018, tive que solicitar este tipo de licença e assumir uma perda de salário, devido às várias demandas do mestrado. Ironicamente, a Secretaria Municipal de Educação (SME) não estava liberando, naquele momento, nenhuma licença e continuei me desdobrando diuturnamente como podia.

Outro contraponto foi a minha própria escola, pois a gestão não aceitava que eu fizesse as tarefas do mestrado nas horas de estudo, exigindo que aqueles momentos fossem apenas para planejar as aulas e resolver situações concernentes à escola, sendo vigiada constantemente. Tive que obedecer ou seria penalizada e não poderia assumir este tipo de consequência na minha avaliação de desempenho por competências. Cheguei a procurar os meus direitos junto ao departamento de assistência ao servidor da Secretaria de Educação, questionando que precisava muito estudar no meu próprio ambiente escolar, visto que havia o horário de estudo e que eu necessitava demais destas poucas horas.

Expliquei exaustivamente que uma vez que eu já trabalhava o dia todo no mesmo local e o meu curso de mestrado também tratava da questão profissional e pedagógica, nada mais justo do que eu ter o direito de estudar na minha própria escola, porquanto por mais que eu me esforçasse e me dedicasse aos estudos, o tempo que me restava em casa, era insuficiente. Relatei que estava pesquisando o tema gênero porque eu, assim como uma infinidade de mulheres, também sofria as desigualdades de gênero por toda a vida e vislumbrava uma mudança desta realidade e, ainda assim, recebi a triste resposta que a autoridade máxima era o gestor escolar e que não cabia ao departamento interferir.

Nesse contexto, me ponho a indagar/divagar que o espaço escolar, como uma das poucas instituições que possibilita uma discussão não permeada por questões religiosas, posto que é laico, mas que é também permeado por diversas questões que a sociedade imprime dentro do seu contexto privado, muitas vezes inviabiliza o avanço científico da nossa categoria. Espaço este, em que as pessoas permanecem muitos anos realizando o seu processo de formação, e que mesmo assim não é reconhecido como um local de estudo, de pesquisa e de formação continuada para as/os professoras/es que ali atuam. Escola que é um ambiente propício ao conhecimento sistematizado, mas que torna-se um local de indignação, pois impede/impossibilita o trabalho da/o docente pesquisadora/r.

Haja vista o meu desabafo de professora/pesquisadora absolutamente consternada/constrangida com esta lamentável situação. Isto reflete as impossibilidades de formação continuada e a precariedade em que a classe docente vem sofrendo cada vez mais com o processo de burocratização, de desmerecimento e de desvalorização. O próprio sistema educacional nos mostra como é difícil pensar em algumas questões que não são possibilitadas, que não estão no currículo ou que são autoritariamente retiradas do currículo.

Como resultado deste impedimento de estudo nas dependências da escola, eu adquiri depressão e ansiedade e, então precisei de um tratamento psicológico, que felizmente consegui, após uma entrevista e triagem psicológica em que venho expressar minha gratidão e parabenizar a Universidade Federal de Goiás (UFG) por oferecer um programa gratuito de assistência à saúde mental, com uma excelente

profissional que disponibilizava um horário na sua agenda a todas e todos discentes da graduação e da pós-graduação desta renomada instituição.

Não obstante, esbarrei novamente com outro complicador que foi a não liberação da escola para a participação desta terapia, uma vez que a psicóloga só podia atender-me no mesmo turno em que eu trabalhava, de modo que houve um choque de horário e eu perdi esta chance, inviabilizando este tratamento psicológico.

Outro desafio que tive que tentar superar foi relativo ao meu tema de pesquisa: o gênero. Eu nunca conheci uma/um professora/r que trabalhasse o gênero nas escolas da prefeitura de Goiânia, nem mesmo ouvi falar. Na minha formação inicial, eu nunca aprendi nada sobre o gênero, porque não havia nenhuma disciplina que abordasse o tema, nem mesmo vagamente. Somente no mestrado profissional que, felizmente, tive a chance de estudar a respeito, conforme já descrevi anteriormente. Mesmo assim, as atividades e leituras não foram aprofundadas no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), de modo que tudo o que eu aprendi sobre a temática de gênero foi com muito estudo, contribuições imprescindíveis da minha orientadora, assim como as relevantes pontuações proferidas na banca de qualificação.

Retornando à escola, diante da minha experiência docente, os estudos e as leituras que eu realizei, confrontei-me mais uma vez com um entrave enorme para empreender o desenvolvimento de uma pesquisa de campo. Ao partir de uma experiência pedagógica com uma unidade didática jogos e brincadeiras, abarcando a temática de gênero, eu encontrei vários obstáculos e problemas para desenvolver o estudo, ao esbarrar com a religiosidade, a discriminação, o sexismo, a misoginia, o machismo, o preconceito e a estigmatização.

Tal situação existente desandou, pois teve um grande recuo nestes últimos anos e, especialmente, desde a última eleição para presidência do país, assumindo um governo de extrema direita que governa para a elite brasileira, de modo que estas pautas sociais foram extintas ou retroagiram em décadas, desprezando os interesses da maioria da população. Neste triste contexto, a perspectiva de gênero nas leis e nas políticas públicas não apenas não contribuem com a igualdade de gênero, como configuram-se em um enorme retrocesso para toda sociedade.

Muito além de todo este desrespeito e infortúnio que estamos experimentando, manifesto que tive a coragem de me colocar neste trabalho, não somente recorrendo aos estudos feministas e de gênero, escrevendo em primeira pessoa, mas de mostrar uma realidade que a muitas/os não é possível de ser percebida, vista e vivenciada. Frente a este movimento, eu tentei trazer uma problematização e reflexão acerca da produção acadêmica, articulando o objeto de conhecimento jogos e brincadeiras a uma perspectiva de igualdade e de equidade de gênero, com justiça social, reiterando que não devemos esmorecer, mas sim, continuar correndo atrás dos nossos sonhos, lutando com a esperança de dias melhores.

Com este mesmo engajamento, venho sugerir e pedir encarecidamente que sejam criadas políticas públicas voltadas exclusivamente às professoras e aos professores do chão da escola que, assim como eu, almejam uma chance de voltar a estudar, inovar e aprimorar a sua atuação docente com vistas a uma contribuição sociocultural. É pertinente que eu reforce que este Mestrado Profissional foi uma sublime oportunidade para eu refletir a respeito da importância de uma formação continuada existir, acima de tudo, como um direito de todas e de todos docentes.

Diante de tudo isto, eu peço às autoridades educacionais que as/os professoras/es de todas as redes, sobretudo, das redes públicas recebam convites e sejam respaldadas/os para participarem de intervenções, programas, projetos e concursos com a intenção de vislumbrarem condições dignas e satisfatórias, por meio da realização de cursos de formação continuada, em uma pós-graduação gratuita e de excelência, assim como a que eu tive a chance e o privilégio de cursar. Que as e os docentes sejam amparadas/os, incentivadas/os e valorizadas/os em seus próprios ambientes escolares e que tenham a oportunidade de estudar em seu próprio turno ou turnos de trabalho para não precisarem se desdobrar diuturnamente e exaustivamente para estudarem e conseqüentemente, obterem os seus títulos.

Sugiro, ainda, parcerias entre as Universidades e as Secretarias de Educação, pois ambos precisam se conhecer melhor e colaborar entre si. Deste modo, a universidade passaria a promover cursos e projetos convidando professoras/es e, ao mesmo tempo, a atuação docente e as escolas e ambientes

educacionais poderiam auxiliar e muito, no conhecimento produzido e socializado pelas Universidades. Neste panorama, as Secretarias de Educação passariam a liberar estas e estes docentes para estudarem e pesquisarem em parte de sua carga de trabalho, assim como as/os gestoras/es também seriam convidadas/os a participarem de atividades relativas à sua função. Tal intercâmbio poderia trazer maior engajamento, entusiasmo, empoderamento e valorização à escola e às/aos profissionais envolvidas/os.

Reitero apelativamente que é preciso aproximar mais a universidade das escolas públicas, incrementando e explorando a participação em cursos de aprimoramento, momentos reflexivos, debates, discussões, eventos, palestras, e outros muitos acontecimentos pedagógicos, culturais, sociais, históricos, sobretudo humanos, os quais comumente deixariam uma gama de possibilidades como material reflexivo em seus textos, com ricas informações e contribuições a outras/os graduandas/os e graduadas/os em suas aulas de formação inicial e continuada.

Cabe mencionar que, indubitavelmente devemos promover o amor-próprio, a autoestima, a aceitação de si e da/o outra/o, o acolhimento, o respeito mútuo, a boa convivência, com a finalidade de garantir que estas práticas corporais inclusivas e integrativas possam colaborar com as relações de parcimônia e equivalência entre os gêneros, produzindo experiências humanizadoras e satisfatórias.

Sob este viés, espera-se que este trabalho, o qual foi uma oportunidade de reflexão sobre tudo o que eu passei para que a minha voz fosse ouvida, em detrimento de todas as questões de gênero desiguais e injustas que eu vivenciei, possa possibilitar às educadoras e aos educadores, intervenções nas aulas de Educação Física, a fim de minimizar/extinguir comportamentos segregadores e sexistas, uma vez que temos a intenção de enaltecer a solidariedade, a fraternidade a sororidade, a tolerância e a dignidade, beneficiando a todas e todos, com uma proposta metodológica pertinente à equidade e à igualdade de gênero.

É pertinente observar que eu busquei no mestrado, subsídios para entender melhor alguns elementos da minha prática profissional na escola. Procurei manter minha postura profissional, num contexto em que eu fui obrigada a explicar na escola, porque a/o docente precisa estudar, porque estudar faz parte do trabalho

docente, pois o tempo de estudo faz parte do trabalho. E por tudo o que eu passei, valorizo ainda mais a minha trajetória porque mostra que eu fui firme, apesar de tudo o que foi contra, de todos os obstáculos que eu encontrei, pois passei por muito assédio.

Anseio muito que esta pesquisa venha a contribuir com a categoria docente, com ensinamentos e incentivos, uma vez que procurei transparecer a minha história, com vistas a demonstrar neste trabalho a minha postura de buscar a formação continuada para melhor entender teoricamente, algo que me incomodava muito, no cotidiano da sala de aula. Porquanto, ao diagnosticar e problematizar como essa questão que é o meu objeto de estudo me angustiava, eu tentei explicitar a minha trajetória em busca de uma melhor apropriação do conhecimento para melhor compreender e tentar responder a esta questão, para melhor intervir na realidade.

Vislumbro que venha a ser um exemplo educativo para que a/o leitora/r do meu trabalho possa perceber-se e reconhecer-se nesse processo. Não somente com esse tema específico - gênero, mas com outras tantas temáticas que angustiam as/os professoras/es da Educação Básica, e que mesmo assim não procuram ir atrás dessa formação continuada, justamente por todas as dificuldades que eu expus, dos assédios que são colocados, ocorridos muitas vezes, no próprio ambiente de trabalho. Uma série de dificuldades que são apresentadas e que hoje no âmbito das políticas, vão se materializando e impossibilitando as/os professoras/es de participarem do processo formativo. E reitero que a minha busca por conhecimento ainda não acabou, porque a construção do conhecimento é contínua, ao passo que espero que as portas da UFG estejam sempre abertas para mim, pois quero continuar a participar dos grupos de estudo. Considero que tanto com o que está escrito, quanto com a minha trajetória, a minha postura e iniciativa por tudo o que eu fiz, ressalta o quanto somos seres inconclusos, cujo processo está em constante construção e movimento, conforme nos ensinou o grande professor Paulo Freire.

Concluo esta pesquisa, reforçando que para atingir os objetivos deste trabalho, busquei entremear as leituras das referências, a análise dos artigos que foram recuperados para a revisão sistemática, com a minha experiência pedagógica

e a minha vivência e os estudos deste mestrado profissional. Ao articular o que eu percebi de mais útil e de mais potente num entrelaçamento, com vistas a contribuir com a práxis pedagógica de todas as professoras e todos os professores de Educação Física, também atingirei um objetivo satisfatório com a minha própria prática pedagógica, uma vez que é fundamental partilhar as experiências pessoais e profissionais com as e os colegas da Educação Física, debatendo e dialogando sobre as demandas que nos são corporativas.

Assumir a investigação feminista nesta perspectiva supõe, na verdade, muito mais do que um novo “recorte” nos estudos ou a iluminação de áreas ou aspectos até então escondidos ou secundarizados. Supõe revolucionar o modo consagrado de fazer ciência: aceitar o desconforto de ter certezas provisórias: inscrever no próprio processo de investigação a autocrítica constante, mas fazer tudo isso de tal forma que não provoque o imobilismo ou o completo relativismo (LOURO, 2010, p. 145-146).

E é de modo muito agradecido, por esta oportunidade investigativa, que finalizo esta pesquisa de revisão sistemática, denotando que esta dissertação possui o diferencial de intentar disponibilizar um relevante material de estudo, discussão e pesquisa, com o propósito de ampliar as possibilidades de acesso e permanência à formação inicial e à formação continuada de todas/os as/os professoras/es e, desta maneira ter condições de subsidiar e fomentar a atuação docente da Educação Básica, sobretudo, em aulas públicas e gratuitas de Educação Física escolar, distribuídas por este imenso, diversificado e multicultural Brasil de todos os gêneros, raças, classes, regiões, etnias, gerações e das gentes de escolhas livres e diferentes.

## REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira; LONGHI, Marcia. Para compreender gênero: Uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 75-95, 2009.

ALMEIDA, Jane Soares de. A construção da diferença de gênero nas escolas – Aspectos históricos (São Paulo, séculos XIX-XX). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9 n.1 p. 65-77, 2015.

ALTMANN, Helena. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na Educação Física**. 1998. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação Física, Faculdade de Educação Física da UFMG. Minas Gerais, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85ZJEJ/1000000292.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ANDRÉ, Carlos. et al. **Gênero e Educação Física Escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Conceno, Castanhal e Belém, 2010.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cad. Pesq.** São Paulo, 1983. p 66-71.

ANTAS, Raquel Costa; ARANTES, Adlene Silva. **Supressão do conceito de gênero em documentos de educação no Brasil: Debates e contexto**. 2019. 15 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019. Disponível em: file:///H:/%C3%81rea%20de%20Trabalho/2517-Texto%20do%20Artigo-6953-1-10-20190608.pdf. Acesso em: 03 nov. 2020.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 295p, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Decreto Federal nº 69.450**, de 1º de novembro de 1971. In: São Paulo (Estado), Secretaria de Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação Física; Legislação Básica. São Paulo, 1985.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191)

- plano-nacional-pdf&category\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 maio. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 - **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 6 de abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica/Diretoria de Currículo e Educação Integral, 2013. 542p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/PuFsNnD>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Nota Técnica 24/2015** – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-generovnopne-mec.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em22ago13.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília, DF: MEC SEF, (1º e 2º ciclos), 1997.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola**. Vitória: CEFD – UFES, 1997.  
CARRAHER, David. William. **Senso Crítico: Do dia-a-dia às Ciências Humanas**. São Paulo: Cangage Learnig, 163p, 2008.

CASTELLANI FILHO, Lino. Considerações acerca do conhecimento (re)conhecido pela Educação Física escolar. **Rev. Educ. Fís.**, São Paulo, supl.I p. 10-17, 15.

CHARLOT, B. Ensinar a Educação Física ou ajudar o aluno a aprender o seu corpo-sujeito? In: DANTAS JUNIOR, H. S.; KUHN, R; RIBEIRO, S. D. D. **Educação Física, esporte e sociedade; temas emergentes**. São Cristóvão: Editora da UFS, v.3, p.231-246, 2009.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 03 nov. 2020.

COSTA, Maria Regina Ferreira da; SILVA, Rogério Goulart. A Educação Física e a Co-educação: igualdade ou diferença? In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas. V. 23. N.2. p.43-54. Jan. 2002.

DE OLIVEIRA, M. A. T.; DE OLIVEIRA, L. P. A.; VAZ, A. F. **Sobre Corporalidade e Escolarização: Contribuições para a reorientação das Práticas Escolares da Disciplina de Educação Física**. Pensar a Prática, v. 11, n. 3, p. 303, 4 dez. 2008.

DEL-MASSO, M.C.S; COTTA, M.A.C; SANTOS, M.A.P. **Ética em pesquisa científica: Conceitos e finalidades**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155306>. Acesso em 02/07/2018.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Maria Aparecida Pereira. **Análise Qualitativa e Análise Quantitativa em pesquisa científica**. São Paulo: AVA Moodle Unesp [EduTec], 2018. Trata-se do texto 6 da disciplina 2 do curso Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF). Acesso restrito. Disponível em: <<https://edutec.unesp.br/moodle/>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

DORNELLES, P.G; FRAGA, A.B. Aula mista versus aula separada? Uma questão de gênero recorrente na Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, v. 1, n. 1, p. 141-156, ago. 2009.

FALCÃO, J.M. et al. Saberes compartilhados no ensino de jogos e brincadeiras: Maneiras/Artes de fazer na Educação Física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, V. 34, N. 3. p.615-631, jul./set. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. 18. Imprensa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOLLE, A.; TEIXEIRA, F. A. Motivação de escolares das séries finais do ensino fundamental nas aulas de Educação Física. **Revista da Educação Física (UEM)**. Paraná, v. 23, n. 1, p. 37-44, 2012.

FRANCHI, S. Jogos tradicionais/populares como conteúdo da cultura corporal na Educação Física escolar. **Motrivivência (UFSC)**. Florianópolis, n. 40, p. 168-177, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 52. ed., Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2015.

G1 EDUCAÇÃO. **Projeto de Lei da “Escola sem Partido” avança na Câmara e proíbe disciplinas sobre “gênero” e “orientação sexual”**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/projeto-de-lei-da-escola-sem-partido-avanca-nacamara-e-proibe-disciplinas-sobre-genero-e-orientacao-sexual.ghtml>>. Acesso em 12 jul. 2018.

GOELLNER, Silvana V.; FRAGA, Alex Branco. O espetáculo do corpo: Mulheres e exercitação física no início do século XX. In: CARVALHO, Marie J. S.; ROCHA, Cristianne, M. F. **Produzindo Gênero**. Porto Alegre; Sulina, p.161-171, 2004.

GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Educação e Esporte. **Proposta Político-Pedagógica para a Educação Fundamental da Infância e da Adolescência**. Goiânia (GO): 2016.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. de O. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 01, jan/mar de 2014. p. 395-411.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquiton de Oliveira. Guia para estudos de revisão sistemática: Uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 395-411, 11 dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/41542/28358>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GONÇALVES JUNIOR, L; RAMOS, G. N. S. **A Educação Física escolar e a questão do gênero no Brasil e em Portugal**. 1ª ed. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

GONÇALVES, Eduarda dos Passos. **Gênero Nas Aulas de Educação Física: Investigando O Comportamento Dos Estudantes**. Florianópolis, 2017.

GONÇALVES, Eliane; MELLO, Luiz. Gênero - vicissitudes de uma categoria e seus “problemas”. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n.1, janeiro-março de 2017.

GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. Entre o "não mais" e o "ainda não": Pensando saídas do não-lugar da EF escolar I. **Caderno de Formação RBCE**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p. 9-24, 2009.

GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. Entre o "não mais" e o "ainda não": Pensando saídas do não-lugar da EF escolar II. **Caderno de Formação RBCE**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p. 10-21, 2010.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. **Educação Física Escolar: Entre o “rola bola” e a renovação pedagógica**. 2012. 24 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências do Desenvolvimento Humano., Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Unijuí, 2012. Disponível em: <[https://edutec.unesp.br/moodle/pluginfile.php/138514/mod\\_resource/content/3/texto\\_para\\_impresao.pdf](https://edutec.unesp.br/moodle/pluginfile.php/138514/mod_resource/content/3/texto_para_impresao.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2018.

GUEDES, M. E. F. Gênero o que é isso? In: **Revista do Conselho Federal de Psicologia**. Brasília, 1995.

HILDEBRANDT, R.; LAGING, R. **Concepções abertas no ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física como componente curricular da Educação Básica: Aspectos legais**. São Paulo: AVA Moodle Unesp [Edutec], 2018. Trata-se do texto 3 da disciplina 1 do curso Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF). Acesso restrito. Disponível em: <<https://edutec.unesp.br/moodle/>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

JESUS, Mauro Louzada de; DEVIDE, Fabiano Pries. Educação Física Escolar, co-educação e gênero: Mapeando representações de discentes. **Revista Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 123-140, dez. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/GWMB3S>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

KUNZ, E. O movimento humano como tema. **Revista Eletrônica Kinein**, Florianópolis, v. 1, n.1, dez. 2000.

LEITE, L. G.; FEIJÓ, J. P.; CHIÉS, P. V. Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino”... Aprendendo a ser “menina”. **Motrivivência**, v. 28, n. 47, p. 210-225, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/21758042.2016v28n47p210/31828>>. Acesso em: 25 Jun. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, E.E.; NEIRA, M.G. A Educação Física na creche: Tematizando as práticas corporais. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** (São Paulo), v. 31, n. 1, p. 99-106, Jan-Mar./2017.

MACHADO, Andressa Perkovski. Meninas e meninos e suas relações de gênero nas aulas de Educação Física Escolar. Trabalho: Relatório técnico- científico; **Anais Evento: XXI Jornada de Pesquisa**. Rio Grande do Sul. 2016.

MARSIGLIA, A.C.G, Saccomani, M.C.S. **Contribuições da periodização histórico-cultural do desenvolvimento para o trabalho pedagógico histórico-crítico**. 2016.

MENSCH, D. I. ; SCHWENGBER, M. S. V. JOGAR BOLA, BRINCAR NA PRACINHA e PLANTAR BANANEIRA: Representações sociais de crianças sobre a Educação Física. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 1, n. 32-33, p. 280-295, Jun-Dez./2009.

MEYER, D. E.; SOARES, R. de F. R. Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: Um início de reflexão. In.: MEYER, D. E.; SOARES, R. de F. R. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: Fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília-DF, v. 57, n. 1. p. 13-18, jan./fev., 2004.

MONTEIRO, M. V. P. **Gênero e a Naturalização das Diferenças na Educação Física Escolar. Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 53-71, jan./jun. 2016.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. Análise de Conteúdo: Técnica de Elaboração e Análise de Unidades de Significado. In: **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília - DF, v. 13, n. 4, p. 107-114, 2005.

NAZÁRIO CARDOSO, V.; Cristina Richter, A.; Fernandez Vaz, A.; José Bassani, J. A Brincadeira: Eixo Pedagógico da Educação Infantil e Abordagens na Educação Física. **Póiesis Pedagógica**, v. 11, n. 1, p. 68-85, 23 out. 2013.

NEIRA, Marcos. Entrevista concedida a Rodrigo Ratier. O papel da Educação Física nas escolas. **Revista Nova Escola**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/918/entrevista-com-marcos-neira-sobre-o-papel-da-educacao-fisica-nas-escolas>. 2009. Acesso em: 03 nov. 2020.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte** , v. 40, p. 215-223, 2018.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

NICOLINO, Aline. “Posso falar?” A profilaxia pedagógica e a desordem dos gêneros! Um estudo sobre os discursos produzidos no campo da Educação Física. In: WENETZ, Ileana; ATHAYDE, Pedro; LARA Larissa. (Org.). **Gênero e sexualidade no esporte e na Educação Física**. Natal: EDUFRN, v. 6, p. 13-30, 2020.

NICOLINO, Aline; BUITRAGO, E. C; CAMPOMAR, G. C; GONI, M; PATIERNO, N; DAGLIOTTI, P; DAMICO, R. L. Educação Física e gênero: um estudo panorâmico da legislação e dos currículos de formação docente da América-Latina. In: Ana Márcia Silva; Víctor Molina Bedoya. (Org.). **Educación Física en América Latina**. Jundiaí: Paco Editorial, v. 1, p. 63-105, 2017.

NICOLINO, Aline; LEITE, Jaciara Oliveira; WANDERLEY, Lara. **Educação Sexual em Goiás**. Goiânia: Puc Goiás, 2013.

OLIVEIRA, Flavia Fernandes; VOTRE, Sebastião. **Bullying nas aulas de Educação Física**. Movimento (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 173-197, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimentodo-milenio>. Acesso em: 07 jan. 2017.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PENITENTE, Luciana Aparecida; DEL-MASSO, Maria Cândida Soares, CASTRO, Rosane Michelli de. Processos de pesquisa e de estudo e a formação de professores: Alguns aspectos teórico-metodológicos. **Revista Diálogo Educacional** 2012, 12 (Septiembre-Diciembre). Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189124308004>> ISSN 1518-3483. Acesso em: 04 jul. 2019.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”. Quaestio - **Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 3, p. 567-581, 17 dez. 2018.

PICCOLO, Gustavo Martins. Caminhos da exclusão: Análise do preconceito em sua manifestação nos jogos infantis. **Movimento**, Porto Alegre, vol. 16, n. 01, p. 191-207, janeiro/março, 2010a.

RANGEL BETTI, I. C. **Esporte na escola: Mas é só isso, professor?** Motriz, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 25–31, jun. 1999.

ROCHA, B.; Winterstein, Pedro José; AMARAL, S.C.F. Interação social em aulas de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (USP)**, v. 23, n. 3, p. 235-245, 2009.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. V. 11, n. 1. São Carlos-SP: **Revista Brasileira de Fisioterapia**, p. 83-89, 2007.

SARAIVA, M. do C. Por que investigar as questões de gênero no âmbito da Educação Física, Esporte e Lazer? **Motrivivência**, v.13, n. 19, p. 79-85, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 8ª ed. Editora Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Edição comemorativa, Editora Autores Associados, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 02: 1995, p. 71-99. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott\\_gender2.pdf](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf)>. Acesso em: 02 abril. 2018.

SENA, Silvio; LIMA, José Milton de. O jogo como precursor de valores no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** (USP), v. 23, n. 3, p. 247-262, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alan Marques da; DAOLIO, Jocimar. Análise etnográfica das relações de gênero em brincadeiras realizadas por um grupo de crianças de pré-escola: Contribuições para uma análise em busca dos significados. **Movimento** (Porto Alegre), v. 13, p. 13-36, 2007.

SILVA, Ana Márcia; BEBOYA, Victor Molina. **Formação Profissional em Educação Física na América Latina: Encontros, Diversidades e Desafios**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, p. 287-288, 2015.

SILVA, Ana Márcia; BEBOYA, Victor Molina. **Educación Física en América Latina: Currículos y horizontes formativos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SILVA, Bruno de Oliveira et al. O sequenciador de aulas como possibilidade de organização e sistematização dos conteúdos da disciplina Educação Física. **Revista Didática Sistêmica**, volume especial, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/2752/1540>.

SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

SOARES, Carmem Lúcia. Educação Física Escolar: Conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

SOUSA, Eustáquia. Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na Educação Física Escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP: Unicamp, v. XIX, n. 48, p. 52-68, ago. 1999.

SOUZA JÚNIOR, Osmar M. Educação Física Escolar, co-educação e questões de gênero. In: DARIDO, Suraya Cristina; MAITINO, E. M. (Org.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Educação Física**. São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2004.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Educação Física Escolar e a questão de gênero**. 2018. 17 f. Dissertação - Curso de Educação Física, Educação Física e Motricidade Humana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

TABORDA DE OLIVEIRA, M; OLIVEIRA, L.; VAZ, A. F. Sobre corporalidade e escolarização: Contribuições para a reorientação das práticas escolares da disciplina de Educação Física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 11, n. 3 p. 100-110, 2008.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: Onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 127-152, jan-jun, 2005.

UCHOGA, Liane Aparecida Roveran; ALTMANN, Helena, Educação Física Escolar e relações de gênero: Diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. (38): 163-170, 2016.

VAGO, Tarcísio Mauro. Educação Física na Escola: Circular, reinventar, estimular, transmitir, produzir, praticar... cultura. In: **Naire Jane Capistrano. (Org.). O Ensino de Arte e Educação Física na Infância** - Coleção Cotidiano Escolar. Natal: UFRN/PAIDEIA/MEC, v. 2, p. 1-19, 2006.

VAGO, Tarcísio Mauro. Esporte da escola, esporte na escola. Da denegação radical à tensão permanente: um diálogo com Valter Bracht. **Movimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 4-7, 1996.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a Educação Física na Escola: Para uma formação cultural da infância e da juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, p. 25-42, set. 2009.

VENÂNCIO, Luciana; DARIDO, Suraya Cristina. A Educação Física escolar e o projeto político pedagógico: Um processo de construção coletiva a partir da pesquisa-ação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 97-109, mar. 2012. ISSN 1981-4690. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16876>>. Acesso em: 12 July. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092012000100010>.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEBER, Silker. Desigualdades sociais e escolas: Alguns aspectos a considerar. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 23-40, 2009.

WENETZ, I.; STIGGER, M. P.; MEYER, D. E. A (des)construção do gênero e sexualidade no recreio escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (USP)**, v. 27, p. 115-126, 2013.

WENETZ, Ileana; MACEDO, Christiane Garcia. MASCULINIDADE(S) NO BALÉ: GÊNERO E SEXUALIDADE NA INFÂNCIA. **Movimento (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 25, p. 1-12, jan./ dez. 2019.

WENETZ, Ileana; STIGGER, Marco Paulo. A Construção do Gênero no Espaço Escolar. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 59-80, dez. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/ycXNKI>>. Acesso em: 16 abr. 2018.